

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

CRISTIANE VILMA DE MELO

**Desejo, trabalho e agenciamentos:  
a (des)Plataformização do trabalho sexual no contexto brasileiro**

SÃO CARLOS

2024

CRISTIANE VILMA DE MELO

**Desejo, trabalho e agenciamentos:  
a (des)Plataformização do trabalho sexual no contexto brasileiro**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Leite Junior

SÃO CARLOS

2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

---

**Folha de Aprovação**

---

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Cristiane Vilma de Melo, realizada em 09/08/2024.

**Comissão Julgadora:**

Prof. Dr. Jorge Leite Junior (UFSCar)

Prof. Dr. Jacob Carlos Lima (UFSCar)

Profa. Dra. Carolina Parreiras Silva (USP)

Profa. Dra. Larissa Maués Pelúcio Silva (UNESP)

Profa. Dra. Marie Soenderup Kolling (DIIS)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

## AGRADECIMENTOS

A tese que se apresenta é resultado de um esforço mútuo e que não se iniciou ou se encerra apenas em minha pessoa. Em primeiro lugar gostaria de agradecer aos meus pais, Marcia e Reinaldo por todo apoio e incentivo aos meus estudos e respeito as minhas decisões. Agradeço aos meus ancestrais que estão me guiando e cuidando em todos esses processos. Agradeço ao Evandro por todo apoio e suporte e por cuidar dos meus bens mais preciosos durante minha estadia na Holanda, Billy Nelson, Clarinha (*in memoriam*) e Pedrinho (*in memoriam*). Aos meus amigos e amigas garcenses que sempre me deram suporte e carinho durante todo esse percurso, Carla, Viviane, Maiara, Renan, Melissa e Júlio César.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por todo apoio financeiro para realização da pesquisa (processos 2019/11134-4; 2022/02146-1), o que sem dúvida foi imprescindível também para minha formação enquanto pesquisadora. Agradeço aos meus colegas do grupo de pesquisa SexEnt por todas as trocas, em especial aos meus amigos queridos Dionys Melo, Marco Gavério, Bruno Benichio e João Otávio. Agradeço aos meus colegas da turma de doutorado 2019, em especial ao André Salles e Ana Carina Sabadin. As minhas irmãs de coração que São Carlos me presenteou com todo amor, Isabela Vianna, Beatriz Schwenck, Amanda Felício, Gabriela de Conti e Luísa Tui. Agradeço aos meus colegas que me ajudaram na elaboração do projeto de pesquisa e em outros momentos cruciais do meu doutoramento, João Paulo Gugliotti, Tiago Magaldi, Marcos Pina, Tarcisio Araujo e Juliana Justa. As queridas amigas que fiz tendo com Leiden o vínculo primeiro, Lucia Copelotti e Fernanda de Gobbi, agradeço por todo carinho e suporte.

Agradeço o aceite e toda a colaboração da banca arguidora, Prof Dr. Jacob Carlos Lima que além da contribuição na minha qualificação me ajudou muito no primeiro ano do doutorado, a Prof. Dra. Carolina Parreiras que foi fundamental na qualificação além disso é uma pessoa muito querida e uma inspiração para meu trabalho. A Profa. Dra. Larissa Pelúcido, uma grande referência como pesquisadora, pessoa e inspiração. A Profa. Dra. Marie Kolling, por todo acolhimento que me deu em Copenhagen, por toda colaboração e afeto em nossas trocas. Aos meus professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar que contribuíram para minha formação e a Silmara que sempre resolveu todas as burocracias necessárias, obrigada pela paciência. Aos professores, Dr. Fernando Balieiro, Dra. Lara Facioli e Dr. Felipe Padilha por todas as trocas e colaborações durante esse período.

Agradeço ao meu supervisor de estágio de pesquisa no exterior, Prof. Dr. John D. Boy que me acolheu e me orientou de forma cuidadosa e impecável, me auxiliando a afinar meus objetivos de pesquisa e me inserindo a uma rede de pesquisadores fundamentais para expansão do projeto. Aos colegas que fiz durante minha estadia no Instituto de Antropologia Cultural e Sociologia do Desenvolvimento da Universidade de Leiden, Holanda.

Agradeço as minhas interlocutoras de pesquisa por todo o tempo dispendido na construção da tese que se apresenta e por toda colaboração e inserção no campo. Sem vocês nada disso seria possível.

Por último, e o mais importante, ao meu querido orientador, Prof. Dr. Jorge Leite Jr, o cabelo, pessoa maravilhosa com o qual eu tenho muito orgulho de dizer que fui orientada nesses últimos 12 anos. Jorge, para além de todo seu trabalho e inspiração acadêmica saiba que é uma pessoa muito afetuosa, respeitosa e que me acolheu me oferecendo todo suporte emocional e paciência durante os processos. Sou muito grata por ter tido o privilégio de trabalhar com voce por todos esses anos.

Obrigada a todos vocês.

## RESUMO

A tese em tela buscou *compreender* a (des)plataformização do trabalho sexual experienciada por trabalhadoras sexuais na intersecção dos aspectos objetivos e subjetivos do mercado do sexo digital ao condensar categorias como *trabalho sexual* e *desejo*. Especificamente, procuramos: a) *compreender* como mulheres que atuam no mercado do sexo mediado por plataformas articulam a noção de *diferença* à produção do desejo; b) *descrever* como essas mulheres definem a sua atuação no mercado do sexo e a relação desse universo com a categoria “trabalhadora sexual”; c) *analisar* as rupturas e continuidades dispostas no mercado do sexo digital partindo de conceitos como *pornificação de si*, prazer e visibilidade. A nossa hipótese aponta para a uma extrapolação da categoria *trabalho sexual* cuja construção digitalmente mediada cria uma gramática do desejo afeita à incitação sexual de quem produz, busca e consome, além de criar processos identitários e agenciadores os quais interpelam a categoria “mulher” como sujeito desejante. A metodologia baseou-se em pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas e etnografia digital e multissituada.

**Palavras-chave:** Plataformização; desplataformização; agenciamentos; trabalho sexual; mercado do sexo digital; desejo; etnografia multissituada; etnografia digital.

## ABSTRACT

This thesis sought to understand the (de)platformization of sex work experienced by sex workers at the intersection of the objective and subjective aspects of the digital sex market by condensing categories such as *sex work* and *desire*. Specifically, we aim to: a) *understand* how women who work in the platform-mediated sex market articulate the notion of difference to the production of desire; b) *describe* how these women define their work in the sex market and the relationship between this universe and the category "sex worker"; c) *analyze* the ruptures and continuities in the digital sex market based on concepts such as *pornification of the self*, pleasure, and visibility. Our hypothesis points to an extrapolation of the category of *sex work*, the digitally mediated construction of which creates a grammar of desire related to the sexual incitement of those who produce, search, and consume, as well as creating identity and agency processes that interpellated the category of "woman" as a desiring subject. The methodology was based on bibliographical and documentary research, interviews, and digital and multisited ethnography.

**Keywords:** Platformization; deplatformization; agency; sex work; digital sex market; desire; multi-sited ethnography; digital ethnography.

## FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Modelo da codificação realizada nas entrevistas. Imagem produzida pelo software Nvivo tendo como exemplo a entrevista da trabalhadora “Mica”.....	26
<b>Figura 2.</b> Gráfico região de procedência das entrevistadas, gerado pelo software Nvivo. ....	47
<b>Figura 3.</b> Gráfico escolaridade das entrevistadas, gerado pelo software Nvivo. ....	47
<b>Figura 4.</b> Gráfico de idade das entrevistadas, gerado pelo software Nvivo. ....	48
<b>Figura 5.</b> Gráfico de autodefinição cor/etnia das entrevistadas, gerado pelo software Nvivo. ....	48
<b>Figura 6.</b> Definição da profissão das trabalhadoras entrevistadas. Nuvem de palavras gerada pelo software NVivo .....	81
<b>Figura 7.</b> Definição de atuação das trabalhadoras entrevistadas. Nuvem de palavras gerada pelo software NVivo. ....	81
<b>Figura 8.</b> Definição dos serviços oferecidos/realizados pelas trabalhadoras entrevistadas. Nuvem de palavra gerada pelo software NVivo. ....	83
<b>Figura 9.</b> Contas das trabalhadoras entrevistadas que foram excluídas pelo <i>Instagram</i> .....	108
<b>Figura 10.</b> Plataformas utilizadas pelas trabalhadoras entrevistadas. ....	123
<b>Figura 11.</b> Ilustração/exemplificação da dinâmica denominada “ <i>cruzamento de plataformas</i> ” .....	126
<b>Figura 12.</b> <i>Sex Wor &amp; Tech Tarot cards ESWA</i> em ordem – moderação de conteúdo; serviços de nuvem; deepfake; processadores de pagamento digitais; verificação de idade; vigilância biométrica; abuso de imagem íntima; policiamento preditivo; shadownban. ....	139
<b>Figura 13.</b> Perfil das trabalhadoras entrevistadas .....	157

## SIGLAS E ABREVIATURAS

BDSM – *Bondage, Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo e Masoquismo*

CEO – *Chief Executive Officer*

CNPJ – *Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica*

CP – *Camera Privé*

CV – *Curriculum Vitae*

EAD - *Ensino à Distância*

ESWA - *European Sex Workers' Rights Alliance*

EUA – *Estados Unidos da América*

FOSTA-SESTA – *Allow States and Victims to Fight Online Sex Trafficking Act – Stop Enabling Sex Traffickers Act*

IBGE – *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*

INSS – *Instituto Nacional do Seguro Social*

MV – *Many Vids*

NSFW – *Not Safe for Work*

OF – *Only Fans*

SFW – *Safe for Work*

TIC – *Tecnologias da Informação e Comunicação*

# Sumário

<b>AGRADECIMENTOS</b>	4
<b>RESUMO</b>	6
<b>ABSTRACT</b>	7
<b>FIGURAS</b>	8
<b>SIGLAS E ABREVIATURAS</b>	9
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	12
1.1 Objetivos e Hipótese	19
1.2 Organização da Tese	20
<b>2. NOTAS METODOLÓGICAS</b>	22
2.1 Estratégias empregadas	25
2.1.1 Pesquisa bibliográfica	25
2.1.2 Entrevistas	25
2.1.3 Etnografia digital	27
2.1.4 Etnografia multissituada	28
2.2 Plataformas voltadas ao trabalho sexual	33
2.3 Critérios éticos	41
2.4 Efetivação da Metodologia	42
<b>3. TRABAHO SEXUAL E (IN)FORMALIDADE</b>	50
3.1 Tecnologia e trabalho	50
3.2 O Conceito de Plataformização	60
3.3 Precarização e uberização	63

<b>4. PORNOGRAFIA E TECNOLOGIAS</b>	76
4.1 Pioneirismo tecnológico	76
4.2 Novos significados, contingências e fluxos	79
4.3 Subjetividade, Corporificação (embodiment) e desejo	86
<b>5. DESPLATAFORMIZAÇÃO</b>	97
5.1 Novas guerras sexuais e pornográficas	97
5.2 Gestão do estigma	116
<b>6. O CRUZAMENTO DE PLATAFORMAS</b>	122
6.1 A perambulação digital	122
6.2 Conexão emocional e monetização do cotidiano	127
6.3 Privacidade, segurança e a governança privada	135
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	143
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	148
<b>APÊNDICE</b>	157

# 1. INTRODUÇÃO

A presente tese buscou compreender os aspectos que envolvem a (des)plataformização do trabalho sexual no contexto brasileiro. Partimos da análise da reconfiguração do mercado sexual digital, tendo como foco aspectos objetivos e subjetivos. Grosso modo, utilizamos o conceito (des)plataformização para nos referirmos a dois movimentos ambivalentes<sup>1</sup> que ocorrem de forma simultânea no ambiente digital: a) a *plataformização*: a adoção de plataformas digitais para execução, transmissão, produção e distribuição de conteúdo sexual, o que modifica toda uma forma cultural atrelada ao trabalho sexual e, b) a *desplataformização*<sup>2</sup>: a remoção, banimento, diminuição de visibilidade e alcance de perfis e conteúdo de trabalhadoras sexuais e conteúdos relacionados ao trabalho sexual.

O acesso ampliado às tecnologias digitais em nosso cotidiano, tais como os smartphones e computadores portáteis (Miskolci, 2016), reconfiguraram um novo arranjo nas formas de produção, consumo e distribuição de conteúdo e serviços sexuais na internet. Atreladas as novas maneiras de se relacionar proporcionadas pela inserção das tecnologias digitais em nossa sociedade (Williams, 2016), observamos uma renovação no mercado sexual, assim como nas relações, convenções e definições que envolvem o trabalho sexual antes da era digital<sup>3</sup>.

As plataformas de e para trabalho sexual facilitam trocas de formas diversas e que podem ser empregadas de formas distintas por profissionais do sexo. A primeira delas refere-se a encontros presenciais, onde tanto a trabalhadora quanto o cliente estão fisicamente presentes, tendo se utilizado de plataforma e serviços digitais como um meio prévio para combinar o encontro. A segunda categoria abrange experiências remotas, diretas e “ao vivo”, como é o caso do *camming* e das mensagens instantâneas das quais dependem de plataformas como mediadoras indispensáveis para a execução dos serviços. A terceira diz respeito à compra e visualização

---

<sup>1</sup> O termo ambivalência foi mobilizado nesta tese para compreender a existência simultânea de dois movimentos em relação a plataforma do trabalho sexual que ocorrem na mesma intensidade, mas se completam em uma oposição mútua.

<sup>2</sup> Tradução nossa para o termo de origem na língua inglesa “deplatformization”.

<sup>3</sup> Raymond Williams realizou em 1974 um estudo detalhado sobre as tecnologias sociais que se converteram no formato cultural que denominamos televisão, assim como as instituições sociais que essa forma cultural criou nos Estados Unidos e Reino Unido. Williams analisa o formato dos programas comparativamente, as relações comerciais das empresas envolvidas na rádio fusão e sua relação com o Estado. Ao fim o autor já antecipava algum tipo de comunicação em rede que permitisse ao telespectador interagir com os programas da TV, como acontece atualmente nas plataformas digitais com conteúdo interativo sexual.

indireta de material explícito, onde as plataformas são utilizadas para a aquisição e/ou consumo de conteúdo sexual sem a interação ou presença direta da trabalhadora do sexo. Esse é o caso da pornografia digital, seja por meio de vídeos ou fotos. Já a quarta abrange a compra e interações assíncronas, em que há engajamento de perfis das profissionais do sexo e o conteúdo é hospedado em plataformas de assinatura, como é o caso da plataforma *Only Fans* e similares, ou de plataformas convencionais de mídia social, como o *Telegram*, *Whatsapp* e *Google Drive* (Rand, 2019); (Swords, Laing, & Cook, 2023).

As atividades nas quais centramos a análise nesta tese dizem respeito a transmissão ao vivo (*camming*) e a venda de pacotes de fotos e vídeos, ou seja, a produção e venda de conteúdo adulto digital, tanto em sites pagos quanto em plataformas alternativas e redes sociais. Denominamos de “conteúdo adulto” as formas de representação discursiva, literária e audiovisual que envolvem conteúdo sexualmente explícito ou potente em estimulação sexual que são produzidas pelas trabalhadoras sexuais. A adoção desse termo nessa tese acompanha a forma pela qual o mercado e as trabalhadoras sexuais absorveram as políticas de uso das plataformas digitais, ou seja, é um termo estratégico e que opera em negociação por diferentes atores sociais.

Essas atividades ainda são compreendidas dentro de uma ordem material de economia de plataforma (Slee, 2017; Abilio, 2017) atrela a chamada *gig economy* (Jones, 2020). Tal conceitualização situa essas atuações enquanto trabalho sexual em que se articulam trocas econômicas, materiais e simbólicas ajustadas a um mercado da pornografia digital que privilegia formas flexíveis e “autônomas” de trabalho (Lima & Oliveira, 2017). Essas trabalhadoras configuram-se como “contratantes” em plataformas digitais e trabalham de acordo com suas “próprias determinações”, ainda que o trabalho delas seja balizado por interesses mercantis externos e da própria plataforma e de redes sociais que fazem parte da criação e divulgação do conteúdo.

Definimos o termo *camming* para se referir a exibição sexual *online* via *webcam* mediada por um dispositivo tecnológico proporcionando a interação em tempo real entre quem se exhibe e quem paga uma taxa fixa para entrar nos *chats* (Beakley, 2014; Jones, 2016; Rost, 2016; Caminhas 2018, 2021). Estes serviços são oferecidos em sites especializados<sup>4</sup> que se dividem em salas e perfis onde cada trabalhadora pode fazer transmissões ao vivo, colocar suas próprias fotos,

---

<sup>4</sup> Os referidos sites são: <[www.cameraprive.com/br/](http://www.cameraprive.com/br/)>; <<https://onlyfans.com/>>; <[https://www.privacy.com.br](https://www.privacy.com.br/)>; <<https://www.manyvids.com/>>. Acesso em agosto de 2024.

vídeos<sup>7</sup> e monetizá-los<sup>5</sup> por meio da cobrança de assinaturas mensais e pela venda direta de conteúdo específicos. Por outro lado, há a alternativa da realização de chamadas de vídeo direta entre as trabalhadoras e os clientes em outras mídias digitais. Tais dispositivos midiáticos promovem demandas e desejos sexuais que remodelam as representações corporais disponíveis, ao mesmo tempo em que reconstitui as fronteiras das atividades que definem o que é trabalho sexual.

As trabalhadoras ou *cammmodels*<sup>6</sup> entrevistadas para essa tese, são pessoas com e sem experiência anterior no mercado sexual, atraídas para esse setor por diversos motivos, seja como um meio de “se virar” em um momento de escassez de dinheiro, desemprego, falta de perspectiva em carreiras anteriores e/ou por motivos de exibicionismo e satisfação pessoal. Entretanto, o que a pandemia provocou nesse nicho de mercado vai muito além de questões objetivas de trabalho. A pandemia de *COVID-19* levou um número considerável de pessoas engajadas na indústria do sexo, que normalmente ofereciam seus serviços presencialmente, a fazer a transição para uma plataforma on-line de trabalho (Brouwers & Herrmann, 2020; Berg, 2021; Callender *et al*, 2022).

Diante de uma nova oportunidade de produção e distribuição de serviços sexuais as trabalhadoras se depararam com a possibilidade de produzir e vender seu conteúdo de forma autônoma, sem a necessidade de intermediação de produtora e agentes, em troca de um único cachê por cena ou serviço. A viabilidade de monetizar seu próprio conteúdo e aumentar a rentabilidade dele se mostrou muito maior do que a paga pelas produtoras<sup>7</sup>. Ainda, o aumento da visibilidade dada a essa forma de trabalho também gerou curiosidade em muitas mulheres que já se consideravam “exibicionistas” e viram uma maneira de fazer dinheiro ao mesmo tempo em que afirmam sentir prazer.

De modo geral, definimos como plataformas privadas aquelas em que os usuários/consumidores/clientes precisam se cadastrar para obter acesso, assistir às performances, interagir com as trabalhadoras ou então pagar uma assinatura mensal para ter acesso ao conteúdo

---

<sup>5</sup> Monetização é o termo utilizado para se referir quando um conteúdo específico passa a gerar renda, seja por meio de um número mínimo de visualizações, inscritos, parcerias e publicidades, por exemplo. A monetização de alguns sites de conteúdo adulto como o *PornHub* funciona da seguinte maneira: a trabalhadora cria um canal, esse é verificado e validado pela plataforma e assim que isso acontece a ela passa a poder cobrar por uma assinatura, deixando alguns vídeos como “exclusivos” sendo necessário pagamento para acessá-lo, mas, também, alguns vídeos são colocados como conteúdo grátis e vão gerando monetização por número de visualizações e tempo de duração.

<sup>6</sup> *Cammmodel* é um termo utilizado pelas plataformas para se referir as trabalhadoras. No entanto, no decorrer do texto e seguindo a denominação trazida pelo campo de pesquisa, irei me referir a elas como trabalhadoras sexuais.

<sup>7</sup> Informação disponível em: <<https://www.ladbible.com/news/latest-mia-khalifa-making-far-more-money-on-onlyfans-than-in-porn-20220615>>. Acesso em agosto de 2024.

produzido. No caso das transmissões ao vivo em cada perfil as trabalhadoras delimitam quais os serviços oferecidos e os “*chats*” são divididos entre os públicos e os privados/exclusivos. Após a interação, é possível atribuir uma classificação para cada interação (de zero a cinco estrelas) assim como comentá-las. Nas plataformas privadas, uma parte do dinheiro vai para as trabalhadoras e outra para a plataforma. Assim como nas transmissões em tempo real, a venda de conteúdo, de forma geral, ocorre tanto dentro das plataformas pensadas para esse fim, como de forma independente.

Nas plataformas é cobrada uma assinatura mensal para ter acesso a todo conteúdo produzido pela modelo e fora das plataformas geralmente elas vendem os conteúdos em forma de *packs* (pacotes), onde é cobrado um valor para ter acesso a um número específico de fotos e vídeos, enviados uma única vez diretamente para o comprador. Essas vendas independentes geralmente acontecem em plataformas *mainstream* de mídia social na qual iremos denominar nessa tese como “*alternativas*”. Essas plataformas não foram projetadas para realização de trabalho sexual e “*são uma alternativa*” para as trabalhadoras oferecerem seus serviços. Nos referimos as mídias de redes sociais como o *WhatsApp*, *Telegram*, *Direct do Instagram* e *X* (antigo *Twitter*). Algumas trabalhadoras também oferecem o serviço de chamada de vídeo nessas redes sociais.

As discussões em torno do trabalho sexual, do desejo e da agência de mulheres envolvidas neste mercado passaram a se modificar com as possibilidades atribuídas as tecnologias digitais no que concerne a produção do próprio conteúdo, de uma maneira supostamente mais controlada (Beakley, 2014). Historicamente, o trabalho sexual e de forma mais específica, a pornografia, mobiliza inúmeras perspectivas, discursos e posicionamentos divergentes, pois ao mesmo tempo que questiona pode, também, estabilizar algumas relações e posições sociais normalizadas. O corpo da mulher enquanto objeto e/ou sujeito de desejo, foi historicamente e socialmente produzido, classificado, domesticado, configurando-se como objeto de poder, sempre em disputa.

Pensar a respeito do trabalho sexual requer que possamos colocar em perspectiva a naturalização da posição da mulher quando inserida em relações que não envolvem explicitamente o intercâmbio entre afeto e dinheiro. Concretamente, a naturalização do casamento heterossexual, por exemplo, enquanto uma relação ideal burguesa<sup>8</sup>, apaga as dinâmicas implícitas entre afeto e dinheiro que funda essas relações e, das quais, necessitam de um binarismo, de uma relação posta enquanto imoral, não natural, o que se atribui a relações afetivas e sexuais que envolvem de forma direta o intercâmbio de dinheiro. A experiência da sexualidade

---

<sup>8</sup> O casamento expressa de forma plena as demandas e expectativas colocadas sob as mulheres, ao passo que fundamenta processos sociais históricos que tem como pano de fundo transformações econômicas e políticas mais amplas.

não reprodutiva, que se assenta na intersecção entre entretenimento, consumo, tecnologias e trabalho podem nos fornecer elementos importantes para compreendermos como os sujeitos sociais e sexuais se constituem em meio aos significados que se entremeiam entre o que é posto como hegemônico e subalterno (Miskolci, 2009).

A despeito disso, o sexo e a maneira de vivenciá-lo tornam-se interesses (bio)políticos responsáveis por moralizar alguns prazeres, assim como estabelecem uma verdade “natural” e científica sobre o sexo e o gênero, fazendo com que o que era entendido como biológico/instintivo passe a ser político. Por meio dessa relação é que se institui o dispositivo da sexualidade e é por meio dos corpos e dos prazeres que reside um potencial de resistência (Foucault, 2012). Os prazeres, desejos e os atos sexuais assim como as maneiras entendidas enquanto “*dissidentes*” ou “*anormais*” de experimentá-lo tornam-se um fator moralizador que pode ser percebido nas discussões e disputas em torno de uma das representações sobre sexo e da constituição dos sujeitos desejantes.

Essa tensão constitui-se em um território normativo que aponta para um “além da norma” percebido na justaposição entre práticas “*comuns*” e “*incomuns*”, desejáveis e indesejáveis. Desta forma, o desejo torna-se objeto de investigação sociológica, pois é condicionado socialmente. Com isso reiteramos o caráter articulador entre o sujeito a sociedade, moldado nas interações sociais. Assim, a invisibilidade condicionada a algumas formas de desejo e de trabalho é resultado de um longo processo histórico. Compreender socialmente como se configura o trabalho que mobiliza *desejo* e *prazer* em ambientes digitais, ao posicionar as trabalhadoras sexuais em uma posição de agente ativo na produção de conteúdo, pode gerar leituras sobre controles e transformações sociais mais amplas apoiados em lutas por reconhecimento e visibilidades.

Nos termos de Miskolci (2017), pensar a respeito dos “*desejos digitais*” é reconhecer a articulação entre o mercado e uma estética midiática onde revela-se um palco para negociação de diversos capitais, como o simbólico, corporal e sexual, sem que se esvazie os sujeitos sexuais que operam nesses espaços em suas lutas por reconhecimento. Ainda o reconhecimento de que somos socialmente vistos como sujeitos de desejo, insere-nos criticamente nas disputas políticas sobre o papel da sexualidade no ordenamento social.

Situando o objeto de pesquisa em um campo de disputa, buscaremos elucidar o duplo e ambivalente movimento que envolve a (des)plataformização do trabalho sexual, considerando as relações entre trabalho e a mobilização do desejo e da sexualidade operada pelas trabalhadoras sexuais pela via da produção, venda e distribuição de conteúdo sexualmente explícito. Procuramos compreender de um lado, como algumas disputas históricas em torno da categoria

mulher e, principalmente na figura da trabalhadora sexual se consolida da dinâmica das plataformas digitais, e, por outro lado, de que maneira a noção de *diferença* funciona como um vetor de desejo tanto para quem produz, observa e consome, constituindo-se como fundamental na construção de uma identidade desejante das trabalhadoras, assim como revelam-se em nichos específicos de mercado.

Com base no cenário de transformação informacional no mundo do trabalho sexual e tendo como foco o conceito de plataformização (Van Dijck, Poell, & Waal, 2018), procuraremos demonstrar que novas formas de agenciamentos e visibilidades são acionadas pelas trabalhadoras, apoiados no discurso da autonomia e do empreendedorismo, tensionando as contradições inerentes a esse modelo de negócios e também as formas anteriores de trabalho sexual ao facilitar uma troca sexual entre “amadores” e proporcionar um duplo movimento de prazer - o de ver e de ser visto.

Enquanto produtoras do próprio conteúdo sobre si e de sua “auto-pornificação” (Paasonen et al, 2007; Baltar & Barreto, 2014), o trabalho sexual plataformizado parece funcionar como um meio possível de produção de desejo. O contato com essas trabalhadoras nos possibilitou criar caminhos para que sejam analisadas as experiências sexuais produzidas no/em contextos digitais, cuja materialidade se constitui a partir de repertórios desejantes que atendem a interesses pessoais e coletivos nos quais confluem em uma ética que envolve prazer, desejo, consumo, trabalho e mercado.

A tese, ainda, buscou apreender como as diferenças são negociadas nas interações comodizadas por meio das plataformas digitais ao articular sistemas de significações sobre o desejo. Essa diferença é imbricada em uma produção social, cultural e política, conectado a eixos que posicionam e enfatizam uma nova subjetividade, caracterizada pela busca do prazer e da visibilidade. Em contextos midiático e digitais os sujeitos constroem sentidos para novas práticas que confluem na visibilização da intimidade o que reverbera na constituição de uma subjetividade alterdirigida que se reconhece nos olhos alheios (Sibilia, 2016).

Nesse sentido a internet vem demonstrando seu caráter relacional do que diz respeito a agência dos atores envolvidos que reconfiguram cotidianamente os usos da tecnologia como também seu contexto de criação (Miller & Slater, 2004). Utilizamos como base metodológica os estudos etnográficos compreendidos no espectro da Sociologia e da Antropologia Digital. Neste sentido compreendemos a inviabilidade de considerar uma universalidade na forma de uso das tecnologias digitais, pois as arquiteturas dispostas na rede carregam propriamente os símbolos

culturais e políticos que permeiam realidades culturais de gênero, sexualidade, classe, raça e outras diferenças que incidirão diretamente na especificidade dos usos e trânsitos tecnológicos (Miller & Horst, 2015; Miller *et al*, 2019).

Pela análise da (des)plataformização do trabalho sexual em que se articulam *diferenças estéticas, desejo, prazeres e trabalho* buscamos salientar como esses termos estão abertos a ajustes de sentidos e agenciamentos de posições de visibilidade muitas vezes ambivalentes. O trabalho sexual plataformizado tem se configurado enquanto uma alternativa rentável e ao mesmo tempo almeja uma visibilidade marcada por uma subjetividade que tem prazer em se exhibir. Partimos do pressuposto analítico de que a (des)plataformização do trabalho sexual enquanto um produto da cultura e da mídia estabelece, por meio da mediação que se dá digitalmente, perspectivas e novos discursos e convenções passíveis de constituírem identidades desejanter, performáticas e ligadas a estéticas modelares de sexualidade, gênero e corporeidades.

Por meio disso admitimos que os contextos digitais não são um universo a parte, e o pertencimento a este universo envolve subjetividades específicas que irão articular de forma individualizada suas diferenças de acordo com uma bagagem pessoal que adentra a experiência digital (Miller, et al., 2019). Ainda, na investida etnográfica que essa tese se propôs levamos em conta o complexo arranjo de significados compartilhados entre as trabalhadoras, bem como suas ações e racionalizações a respeito de suas atividades (Hine, 2015). Com relação ao espaço de interação, as plataformas, compreendemo-lo como um território de batalha que contribui na produção de uma subjetividade e em modos de classificação específicos para essas trabalhadoras.

Ainda, pela via da Sociologia do Trabalho, discutimos sobre o desenvolvimento das novas tecnologias da informação como um fator que impulsionou as relações de trabalho a serem definidas pela capacidade de processamento, acesso e distribuição e posse dessas informações (Kumar, 1997). Castells (2003; 2011) foi paradigmático ao demonstrar a direção que a teoria de uma sociedade da informação tomaria, enfatizando a mudança na chave da tecnologia para as pessoas, percebendo que as modificações no mundo do trabalho gerariam novas experimentações com as identidades e subjetividades. Nessa chave de transformação, a dimensão cultural que envolve os desejos, perspectivas e os significados atribuídos pelos indivíduos ao pensarem sobre seu trabalho, modelam-se por meio da tecnologia da informação.

Diante de uma nova forma de regulação laboral – o regime flexível, pontuamos as mudanças ocorridas no mercado sexual. Inserido na lógica da web 2.0 com foco na interatividade, o trabalho sexual plataformizado borrou as fronteiras antes estabelecidas entre produtores e consumidores, performes e pessoas “comuns” por meio de plataformas especializadas nessa

conexão. Embora à primeira vista as plataformas apresentem oportunidades para as trabalhadoras sexuais desde o acesso a ferramentas tecnológicas para aprimorar o trabalho, como para a troca de informações e criação de redes com outras profissionais. por outro lado, as plataformas também apresentam barreiras para essas trabalhadoras.

De modo geral, essas barreiras se mostram na limitação e/ou proibição de utilização de determinados processadores de pagamento, na moderação excessiva de conteúdos, como também em questões que evidenciam os riscos que podem ser vivenciados por essas trabalhadoras, como vazamento de conteúdo de forma criminosa, *stalkeamento*<sup>9</sup>, entre outras. Esses fatos denotam o caráter ambivalente que o trabalho sexual assume no digital e informam sobre a ocorrência de dois processos simultâneos: a *plataformização* e *desplataformização* do trabalho sexual.

Por fim, nossa proposta de análise buscou se afastar, de certa forma, da noção totalizante do poder das plataformas, buscando examinar as *experiências, agenciamentos, interações e usos* das tecnologias pelas trabalhadoras envolvidas no mercado sexual digital. Nossa perspectiva apresenta a maneira pela qual determinados arranjos culturais e históricos são importantes para pensarmos a maneira pela qual ocorre a interação entre os sujeitos e as tecnologias. Ainda que as plataformas detenham um certo poder de indicar determinado modo de uso, ela não captura ou elimina completamente as fissuras que os usuários podem experimentar, criando condições para que as trabalhadoras pensem e naveguem em sua própria subversão (Qadri & D’Ignazio, 2022).

## 1.1 Objetivos e Hipótese

O objetivo geral desta tese foi, portanto, *compreender* a (des)plataformização do trabalho sexual experienciada por trabalhadoras sexuais na intersecção dos aspectos objetivos e subjetivos do mercado do sexo ao condensar categorias como *trabalho sexual* e *desejo*. Especificamente, procuramos: a) *compreender* como mulheres que atuam no mercado do sexo mediado por plataformas articulam a noção de *diferença* à produção do desejo; b) *descrever* como essas mulheres definem a sua atuação no mercado do sexo e a relação desse universo com a categoria “trabalhadora sexual”; c) *analisar* as rupturas, continuidades dispostas no mercado do sexo digital partindo de conceitos como *pornificação de si*, prazer e visibilidade.

---

<sup>9</sup> A palavra *stalker* tem origem na língua inglesa e significa “perseguidor”. O termo *stalkeamento*, adaptado a língua portuguesa, refere-se ao ato de perseguir de forma incisiva uma pessoa. O termo tem sido mobilizado para o contexto digital, mas não se limita a ele.

A nossa hipótese aponta para a uma extrapolação da categoria *trabalho sexual* cuja construção digitalmente mediada cria uma gramática do desejo afeita à incitação sexual de quem produz, busca e consome, além de criar processos identitários e agenciadores os quais interpelam a categoria “mulher” como sujeito desejante.

A ênfase dada as mulheres que produzem conteúdo sexual de forma independente alça compreender uma subjetividade desejante, caracterizada pela busca do prazer e da visibilidade, aliada a uma noção de autonomia característica de um regime flexível. Como destacou Miskolci (2017), questionamentos investigativos que partem de casos íntimos e de grupos historicamente marginalizados fazem compreender processos sociais e históricos mais amplos e podem caracterizar transformações sociais que estão em curso.

Buscamos demonstrar que a dimensão subjetiva ao mesmo tempo que produz os usos dessas tecnologias digitais também está sendo produzida por meio dele e, ainda, podemos alçar uma investigação que extrapola as funcionalidades de plataformas e sites específicos, engendrando conexões mais amplas a respeito de relações de poder, questões de gênero, sexualidade, presentes em todo o *continuum on-offline*. Afinal estamos diante de contextos multifacetados em que *incorporamos, corporificamos e inserimos* múltiplas instrumentalidades das redes e do digital em nosso cotidiano, modificando em várias esferas sociais de nossa vida a maneira como concebemos, sentimos, vivemos e nos dispersamos nesses contextos relacionais (Hine, 2015). Tais contextos permanecem e aprofundam moralidades e regimes normativos exatamente porque estabelecem ao mesmo tempo rupturas, conexões e continuidade com outros contextos que já se encontram estruturados socialmente para além dos contextos digitais.

## 1.2 Organização da Tese

A tese está organizada em quatro pontos principais. No primeiro ponto discorreremos a respeito da introdução de tecnologias no mundo do trabalho o que confere uma mudança subjetiva na percepção que as trabalhadoras possuem a respeito de suas atividades, aprofundando questões históricas latentes. Com isso alguns conceitos foram mobilizados e colocados em análise tendo em vista as especificidades do mercado sexual no contexto brasileiro ao passar pelo processo de plataformização.

No segundo ponto, trazemos a questão histórica sobre o pioneirismo da adoção de tecnologias no mercado sexual, principalmente na pornografia, tendo em vista as diversas

definições e significados que passam a recompor as definições de trabalho sexual e de serviços sexuais, além do papel da mulher nos trânsitos que são operados nesses contextos. Noções como subjetividade e desejo passam a fundamentar essas práticas.

No terceiro ponto, discutimos a desplateformização do trabalho sexual, considerando como o estigma e as guerras sexuais<sup>10</sup> são reatualizadas em uma moralidade algorítmica que é operada de forma automatizada por tecnologias distintas.

No quarto e último ponto, apresentamos as *estratégias, agenciamentos, negociações e trânsitos* que são empreendidos pelas trabalhadoras sexuais para navegarem entre riscos, oportunidades e desafios.

---

<sup>10</sup> As guerras sexuais (*sex wars*) ou guerras pornôs (*porn wars*) referem-se ao conjunto de debates do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, entre movimentos feministas, a respeito de questões amplamente relacionadas com a sexualidade e as atividades sexuais. As diferentes opiniões polarizaram o movimento feminista, particularmente as lideranças, e influenciam até hoje o debate entre feministas e movimentos sociais diversos. Os lados polarizados foram caracterizados pelos grupos feminismo anti-pornografia/abolicionista e feministas pró sexo, com divergências em relação à pornografia, a prostituição, principalmente no que diz respeito a regulação ou até proibição delas.

## 2. NOTAS METODOLÓGICAS

O fenômeno da *body modification* foi objeto de estudo sociológico privilegiado e central nas discussões que procurei desenvolver em pesquisas anteriores. As modificações corporais podem ser definidas como as técnicas utilizadas milenarmente para pluralizar as formas estéticas e delinear as corporalidades de formas antes inimagináveis, seja a partir da colocação de implantes faciais, da divisão da língua ao meio e até da tatuagem nos olhos, por exemplo (Pires, 2009). No ano de 2016 desenvolvi uma pesquisa de iniciação científica que procurou entender os discursos que associam os corpos modificados a uma corporalidade entendida enquanto “diabólica”<sup>11</sup>. Portanto, uma corporalidade que não é vista como “normal” e causa certa “repulsa” aos não adeptos. Constituindo-se como uma estética abjeta, tais corporalidades acabavam sendo alvo de discursos que as definem em termos de monstruosidades e, portanto, distante de serem passíveis de objeto de desejo.

No desenvolvimento de tal pesquisa pude compreender que além de serem “demonizadas”, essas modificações e, principalmente, os *profissionais* que as executam, são alvos de tentativas de criminalização. Estas encontram-se apoiadas em uma compreensão patologizante sobre a aquisição das marcas e os possíveis riscos que os sujeitos sofrem ao realizar a modificação com alguém que não seja entendido legalmente como habilitado para isso. Deste modo, a execução e aquisição das práticas é relegada a uma ilegalidade fomentada pelo discurso biomédico-legal (Melo, 2019), conclusão que chegamos ao analisar a maneira como a normalização desses corpos fomentam uma possível ilicitude dessa estética<sup>12</sup>.

Entretanto, uma outra “faceta” deste meio ficou evidente enquanto concluí a pesquisa de campo citada. Algumas agentes que foram interlocutoras das pesquisas anteriores atuam no chamado mercado do sexo (Piscitelli, 2005, 2011, 2016) facilitados pela introdução das tecnologias digitais (Sibilia, 2016; Miskolci, 2011, 2016; Van Dijck, 2016) em seu cotidiano. Na

---

<sup>11</sup> MELO, C V. Com o Diabo na pele: a associação entre a *body modification* e a imagem do diabo. Monografia de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Departamento de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

<sup>12</sup> MELO, C V. Bod Mod e Bod Med: uma reflexão sobre como xs agentes da *body modification* entendem as tentativas de criminalização de suas práticas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2019.

época, as atuações mais evidenciadas pelo campo diziam respeito às *camgirls*<sup>13</sup> e a produção de conteúdo adulto de forma independente, ou seja, autogeridas.

Corporalidades lidas socialmente como “não desejáveis” ou “fora dos padrões” passam a constituir um nicho específico de visibilidade estética nessas plataformas. A despeito disso, salientamos que essas mulheres possuem modificações corporais “extremas”, conceituadas nos termos da *body modification*, como implantes subcutâneos<sup>14</sup>, bifurcação de língua<sup>15</sup>, *eyeball tatto*<sup>16</sup>, entre outras. O diferencial destas modificações específicas para as “convencionais”, como os implantes mamários, a lipoaspiração ou a rinoplastia, diz respeito a um tensionamento que elas provocam na compreensão estética entendida enquanto padrão, bela e no limite, “desejável”. Por não delinear os corpos nos contornos compreendidos socialmente como “naturais”, ou seja, aqueles que visam enaltecer características entendidas como inatas ao gênero humano, a *body modification* carrega a possibilidade de adornar os corpos a partir de uma outra perspectiva, muitas vezes salientadas enquanto “não humanas” (Vieira, 2015), ou fora do padrão de beleza vigente na sociedade.

A relação entre *body modification* e o mercado sexual se relacionam nesse aspecto enquanto uma forma estética, portanto política de articulação de visibilidades e agenciamentos nesses espaços midiáticos digitais. Quando pensamos nesse projeto de pesquisa a ideia inicial era compreender como as trabalhadoras manejavam essas corporalidades como uma fonte principal de produção de desejo. O desenvolvimento do projeto inicial seguiu um cronograma iniciado ainda no primeiro semestre de 2020, partindo da leitura orientada da bibliografia e fichamento de artigos para um embasamento teórico da metodologia e condução da pesquisa dado que pandemia do novo Coronavírus exigiu mudanças no desenvolvimento do projeto proposto no que diz respeito a condução da pesquisa empírica.

---

<sup>13</sup> As mulheres que estão nesse meio geralmente cobram uma taxa fixa por minuto, como também incentivam os espectadores a comprarem itens em listas de desejos online ou a adicionar dinheiro às contas online. Elas também podem ganhar dinheiro através de publicidade ou ganhar comissão quando os clientes se inscrevem em sites adultos pagos. As comissões obtidas por câmeras variam, mas geralmente estão na forma de uma taxa fixa conhecida como "recompensa", ou com base em uma porcentagem das vendas brutas para cada cliente que se inscreve em um site.

<sup>14</sup> Implantes subcutâneos são peças, de silicone ou outros materiais, inseridas abaixo da pele gerando um relevo que dá uma aparência tridimensional quando comparada à outras técnicas corporais como a tatuagem e o *piercing*.

<sup>15</sup> Bifurcação de língua é uma modificação corporal que consiste em seccionar a ponta da língua, dividindo-a em duas partes.

<sup>16</sup> *Eyeball tatto* é um método utilizado para tatuar a esclera do olho, conhecida popularmente como “branco do olho”, esse tecido fibroso externo é pigmentado dando uma nova aparência ao olhar, colorindo a parte branca do olho.

No primeiro semestre de 2020 ainda num contexto de finalização das disciplinas e avaliações do Doutorado e de adequações por conta da necessidade do isolamento social pude ir organizando um calendário para abordagem das minhas interlocutoras chaves, visando a realização do método bola de neve (Vinuto, 2014) e consequente entrevistas. Durante essa reorganização um fato ficou muito evidente no campo de pesquisa: a explosão das plataformas e serviços sexuais nesse contexto de pandemia. Por explosão quero chamar a atenção para o aumento exponencial do acesso e cadastro de clientes e de novas trabalhadoras, do surgimento de novas plataformas e uma crescente desse mercado no contexto nacional.

Sem perder de vista os objetivos propostos inicialmente aumentamos o escopo do projeto, levando em consideração o crescimento e as substanciais mudanças no campo de pesquisa que acompanhamos. A pandemia fez com que o campo de pesquisa se revelasse para nós como algo muito mais amplo e durante as entrevistas o fenômeno se mostrou muito mais complexo e abrangente do que parecia. Assim, fixar-se apenas no trabalho da questão das modificações corporais extremas poderia limitar a pesquisa a acessar questões maiores que envolvem a noção de *diferença* e a prestação de serviços sexuais. Com isso expandimos a compreensão do fenômeno aprofundando os objetivos propostos inicialmente em busca de como alçar questões sociais maiores que envolvem toda uma nova mentalidade de trabalho que está totalmente envolvida a uma informatização da sexualidade e da vida cotidiana.

Contudo, é importante mencionar que os contatos estabelecidos nos campos das pesquisas anteriores foi o que abriu caminhos para a interlocução com as trabalhadoras sexuais entrevistadas. Partimos do contato já consolidado com algumas trabalhadoras que conheci no desenvolvimento das pesquisas anteriormente citadas e a expansão da amostra ocorreu pelo método denominado “bola de neve”<sup>17</sup> (Vinuto, 2014). Este método se utiliza de cadeias de referências, ou seja, as informantes chaves indicam outras que estejam nesse meio para desenvolver os objetivos propostos nesta pesquisa. A vantagem dessa forma de amostragem é o fato de as entrevistadas serem recrutadas a partir da relação pessoal das trabalhadoras dispostas a indicar contatos, o que pôde emprestar confiabilidade à pesquisadora.

Deste modo foi possível estabelecer e adensar uma maior rede de trabalhadoras, dado que as “informantes chaves” já possuem uma rede de contato em comum com outras possíveis informantes. O critério para agrupar as interlocutoras da pesquisa objetivou reunir mulheres com e sem experiência anterior no mercado do sexo, mas que atuam em trabalhos sexuais mediado

---

<sup>17</sup> O método “bola de neve” se mostrou como uma ferramenta de amostragem produtiva para penetrar em grupo de difícil acesso.

por plataformas. Foi por essa abertura que pudemos rearticular o escopo, objetivos e desejo da pesquisa, chegando ao formato proposto nessa tese.

## 2.1 Estratégias empregadas

A execução da pesquisa teve natureza qualitativa. O cronograma de desenvolvimento da lançou mão da articulação entre quatro momentos de análise<sup>18</sup>.

### 2.1.1 Pesquisa bibliográfica

Primeiramente, por meio de uma pesquisa bibliográfica, realizamos uma revisão sistemática de literatura com a finalidade de buscar e selecionar as discussões teóricas pertinentes sobre o assunto. Visitamos os sites e/ou anais de conferências, além de periódicos em busca dos artigos relacionados; analisamos bibliotecas digitais objetivando encontrar artigos a partir de conceitos chaves como: a pornografia alternativa, mercado do sexo, trabalho sexual, plataformização, trabalho digital e sua articulação com as diferenças. As bibliotecas digitais nacionais as quais buscamos os materiais foram: *Google Scholar*, *SciELO*, Portal de Periódicos CAPES. A análise bibliográfica permitiu relacionar a perspectiva e trajetórias das trabalhadoras às discussões socioantropológicas e conceitos transversais a esta tese.

### 2.1.2 Entrevistas

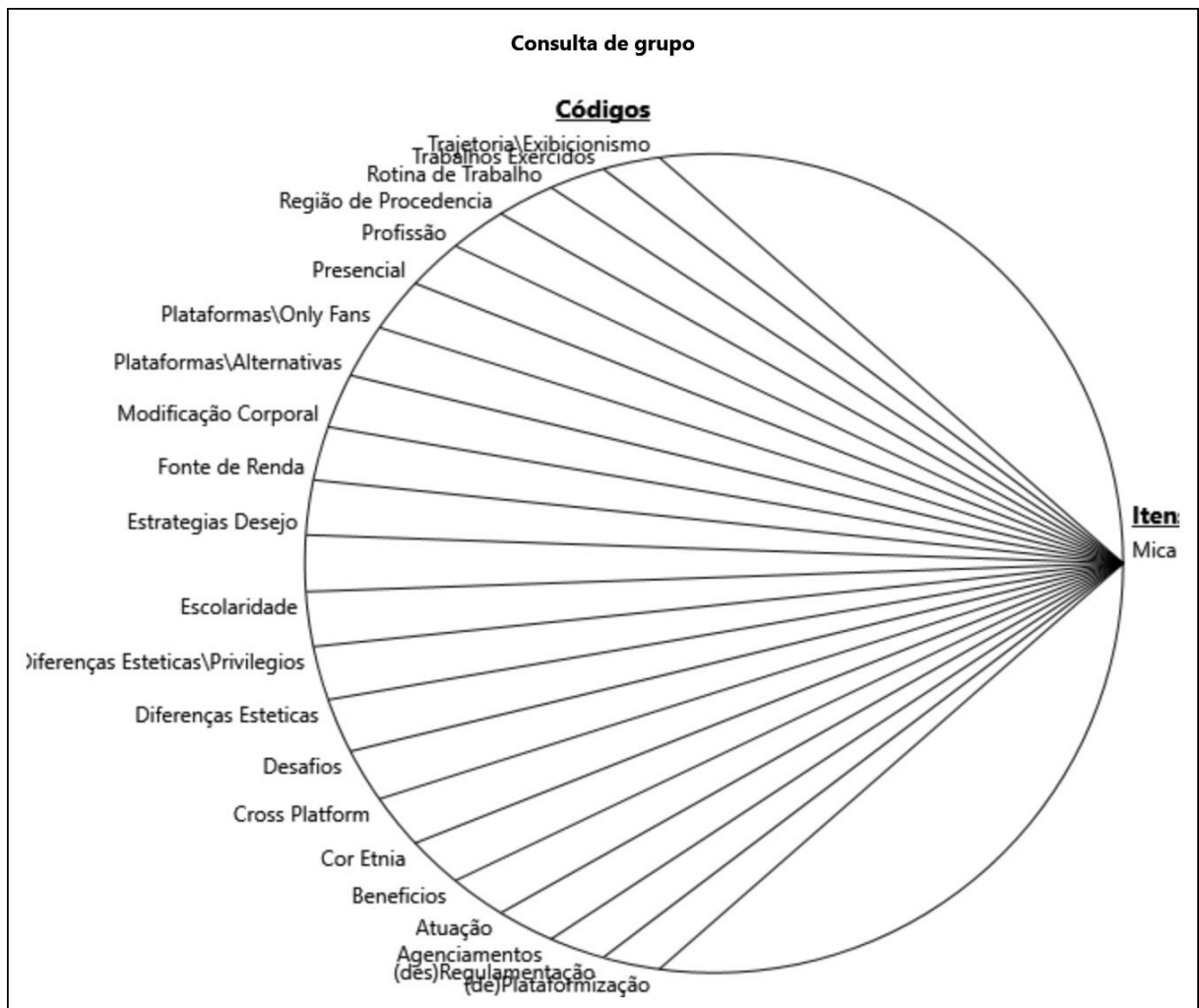
Outro método realizado foram as entrevistas semiestruturas, com boa parte realizada de forma remota, por meio de vídeos chamadas. Foram realizadas trinta e uma entrevistas até o final da coleta de dados. Essas entrevistas foram construídas em modelo de questionário, totalizando dezoito questões abertas que buscaram, em um primeiro momento, descrever a amostra das participantes, tendo em vista a construção de uma caracterização interseccional (Collins, 2017) que traga informações sobre faixa etária, região de procedência, cor/etnia, escolaridade, entre outras diferenças. Ainda, em um segundo momento, as questões formuladas também objetivaram compreender na perspectiva das trabalhadoras a relação entre suas trajetórias de vida, experiências de trabalho, sua entrada no campo do mercado do sexo, suas definições a respeito de sua atuação, assim como e sua articulação com as plataformas digitais.

---

<sup>18</sup> De início havíamos planejado a interação face a face com as trabalhadoras (Becker, 2008) e observação acompanhante (Diaz-Benitez; 2010), fato que foi impossibilitado devido as restrições da pandemia de COVID-19. A observação acompanhante ensejaria acompanhar as performances conduzidas pelas interlocutoras durante suas exibições nas salas privadas assim como observar toda a construção de cenário utilizada pelas mesmas para conduzir suas transmissões e produzir seus conteúdos.

Com isso, procuramos compreender e analisar os discursos mobilizados pelas mesmas ao discorrerem sobre suas vivências no mercado do sexo e a maneira pela qual articulam suas diferenças corporais à construção do desejo, dando enfoque a alguns conceitos-chaves para aprofundar o debate articulado às suas experiências pessoais. A imagem abaixo ilustra como cada questão construída foi codificada no software NVivo para facilitar a análise e categorizar os conceitos-chaves que foram trabalhados aliado ao aporte teórico e outros conceitos transversais que foram trazidos pelas próprias trabalhadoras e se mostraram essenciais para a análise proposta.

**Figura 1.** Modelo da codificação realizada nas entrevistas. Imagem produzida pelo software NVivo tendo como exemplo a entrevista da trabalhadora “Mica”.



### 2.1.3 Etnografia digital

Nos utilizamos da etnografia digital como um método para realizar o acompanhamento e análise dos materiais audiovisuais – redes sociais, *sites* pessoais, páginas sobre a temática e correlacionados. Em minha conta pessoal no *Instagram* e *X*, acompanhei as minhas interlocutoras e perfis correlacionados. Os perfis, páginas e canais que denominamos sobre correlacionados a temática, dizem respeito a conteúdos e pessoas que produzem materiais artísticos, ilustrações, cursos, *coach*, *lives*, entre outros tópicos relacionados a trabalho sexual plataformizado, venda de conteúdo adulto, *camming* etc. Além dos perfis das trabalhadoras que colaboraram com a pesquisa, um total de trinta e uma, acompanhamos outros perfis de trabalhadoras que não colaboraram de forma direta com as entrevistas. Com relação aos perfis de mentoria, cursos, artes e ilustrações foram acompanhados cinco perfis. Os materiais correlacionados tornaram-se um banco de dados com os *printscreen* das principais postagens nas redes sociais das interlocutoras, divididos em temáticas como: enquetes e caixa de perguntas e discussões sobre as questões de trabalho e produção de conteúdo adulto.

Ainda, participamos de grupos de divulgação de conteúdo no *WhatsApp* e *Telegram*, e acompanhei alguns canais sobre transmissão e venda de conteúdo no *Youtube*. Correlacionado a isso, foi utilizada a ferramenta *Google Alerta*, onde recebemos diariamente e-mails que nos notificavam a respeito de notícias e reportagens sobre a temática, para isso cadastramos as palavras-chave *camming*, venda de conteúdo adulto, *pornô* e *camgirl*. No início da pesquisa o acompanhamento dessas notícias de mostrou algo frutífero, mas durante a pandemia e com o aumento do interesse da mídia no assunto essas reportagens começaram a aparecer de forma saturada. Foi necessário fazer uma filtragem até o ponto de cancelarmos a inscrição dos alertas.

Ainda, no início da pesquisa de campo em 2020 foi criado um perfil nas plataformas *Câmera Prive* e *Only Fans*, onde me definia enquanto pesquisadora e socióloga, e buscamos acompanhar e compreender as funcionalidades da plataforma, as interações, assim como sua arquitetura. Devido à alta procura no cadastramento de usuários e trabalhadoras as plataformas passaram a cobrar por qualquer tipo de interação. Deste modo a coleta de dados dentro dessas plataformas tornou-se algo insustentável e se mostrou como um material que aludiria apenas ao desenho de interações que as plataformas permitem. Devido às restrições de termos de uso e determinadas interações, o acompanhamento do trânsito das trabalhadoras em outros espaços digitais firmou-se como mais produtivo sendo a fonte principal para coleta dos dados.

Os documentos referidos foram utilizados como ferramentas adicionais para elucidar a maneira pela qual o campo de pesquisa aciona e articula a noção de trabalho e diferenças no ambiente digital assim como buscamos compreender a construção dos discursos disponíveis nos perfis das trabalhadoras, a interação dos clientes com esses discursos e com as performances apresentadas por elas. Neste aspecto, a análise das articulações dispendidas pelas trabalhadoras nas plataformas digitais para acionar e demarcar seu espaço profissional e ao mesmo tempo suas estratégias de desejo e conexão emocional, apresentou-se como um material rico para fornecer elementos etnográficos adicionais que vão além das pesquisas acadêmicas que acionaram a sexualidade puramente como normalizadora dos corpos, desejos e gêneros.

A realização de uma etnografia digital revelou-se enquanto uma experiência plataformizada (Gonçalves, 2020), considerando os modos imprevistos de nossas práticas e usos individuais que extrapolam as funcionalidades pensadas para as redes sociais. Essa técnica envolveu tanto a execução da pesquisa quanto a minha presença enquanto pesquisadora e usuária ativa dessas redes.

Ainda que a ideia de uma observação acompanhante não ocorreu da forma tradicional, diríamos que foi possível experienciar uma observação acompanhante plataformizada. A dinâmica dos perfis das trabalhadoras nos possibilitou o acompanhamento da vida dos sujeitos de pesquisa de forma interativa. Foi possível por meio desse acompanhamento sistêmico a observação, coleta e reflexões a respeito dos perfis, dos conteúdos compartilhados assim como os agenciamentos dispendidos pelas trabalhadoras para determinamos acontecimentos que envolviam suas práticas laborais.

### **2.1.4 Etnografia multissituada**

A realização de uma etnografia multissituada ocorreu por conta do Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE). Em agosto de 2022 iniciei meu estágio no Instituto de Antropologia Cultural e Sociologia do Desenvolvimento na Universidade de Leiden, Holanda. Na proposta inicial do projeto propomos a realização de entrevistas com as trabalhadoras sexuais, havíamos pensado em seguir a metodologia que vinha sendo utilizada na pesquisa do Brasil. Durante a escrita do projeto eu estava em contato com três possíveis informantes que até então tinham se disponibilizado para conversarmos quando eu chegasse a Holanda. Entretanto, quando cheguei e entrei em contato com elas novamente, duas não me responderam e a terceira sempre me dizia estar com problema de agenda e tempo para nos encontrarmos.

A ideia inicial do projeto seria a de entender as práticas individuais relacionadas aos usos das plataformas digitais para o trabalho sexual em locais que possuem enquadramentos legais para esse trabalho, mas enfrentei algumas dificuldades para entrar no meu trabalho de campo. Uma delas é a prática compartilhada por profissionais do sexo e indicada pelas organizações: o pagamento/recompensa pelas entrevistas. Desde quando cheguei a Holanda minhas redes sociais, principalmente o X começaram a me sugerir páginas de trabalhadoras sexuais, organizações e pesquisadores. O algoritmo entendeu rapidamente o tipo de conteúdo que eu estava interessada e por qual localidade. Foi por meio dele que tive conhecimento do Congresso ESWA<sup>19</sup>, organizado pela Aliança Europeia pelos Direitos das Trabalhadoras Sexuais que aconteceria em Bruxelas na Bélgica. Outro ponto interessante é que comecei a receber indicações de postagens de outros pesquisadores que realizam pesquisa sobre trabalho sexual e que estavam à procura de interlocutores de pesquisa.

Nessas postagens percebi que sempre havia uma parte escrita “ofereço compensação” ou “recompensa por hora”. De início tive um estranhamento pois no Brasil o pagamento/compensação por entrevistas é uma questão complexa. A discussão sobre o pagamento de entrevistas é extensa, mas o entendimento principal é que o pagamento torna a coleta de dados tendenciosa. Dada a profunda situação de desigualdade social no Brasil, os conselhos de ética veem a mediação financeira de uma forma muito heterogênea. De qualquer forma, se houvesse tempo para que pedíssemos autorização e que isso fosse permitido, algo que foi discutido em reuniões de orientação era que não haveria recursos financeiros suficientes para realizar uma pesquisa dessa forma. Então, tivemos que recalcular rota. Esse fato e algumas outras diferenças culturais quanto ao entendimento dos espaços público e privado nos fizeram focar nas organizações e movimentos sociais de trabalhadoras sexuais.

Na pesquisa de campo que realizei no congresso ESWA, participei de um workshop denominado “Academia & Activism”. Nessa atividade ocorreu uma discussão sobre como pesquisadores podem fazer pesquisas mais éticas colocando as trabalhadoras sexuais como sujeitos ativos de interlocução, o que inclui a participação ativa de trabalhadoras enquanto sujeitos e não objeto de pesquisa e uma maior aproximação entre os centros de pesquisa e as trabalhadoras

---

<sup>19</sup> "Com dezenas de workshops sobre os direitos dos trabalhadores do sexo, enquadramentos legais, acesso à justiça, saúde ou direitos digitais; uma conferência pública e um evento no Parlamento Europeu, o Congresso da ESWA será uma oportunidade fantástica para os trabalhadores do sexo de toda a Europa e da Ásia Central se encontrarem, estabelecerem redes, definirem estratégias e desenvolverem as suas capacidades para continuarem a lutar pelos direitos dos trabalhadores do sexo! Para além disso, em 2022, a ESWA vai tornar-se uma Associação (Vereniging) após 18 anos como Fundação (Stichting). O Conselho de Administração aprovou esta alteração jurídica que dará maior poder aos membros da ESWA, em particular às organizações lideradas por trabalhadores do sexo." Informações disponíveis em: < [https://www.eswalliance.org/congress\\_2022](https://www.eswalliance.org/congress_2022)>. Acesso em agosto de 2024

(Murphy, 2022). Outro ponto de destaque dizia respeito a necessidade do pagamento pelo tempo que as trabalhadoras sexuais “perdem” quando cedem entrevista para pesquisadores. Nesse ponto me ficou claro que sem recursos destinados eu não conseguiria realizar as entrevistas da forma que havia pensado. Algumas organizações de trabalhadoras sexuais também costumam solicitar uma “compensação” ou “doação” para conceder entrevistas.

Interessante observar como o desenho metodológico de uma pesquisa se alteram em diferentes cenários sociais. Ainda que o maior slogan sobre a demanda das organizações de trabalhadoras ainda seja “trabalho sexual é trabalho” (“sex work is work”), o que coloca no centro a luta para que o trabalho sexual seja um trabalho reconhecido como outro qualquer, as próprias organizações operam em uma distinção quando mobilizam a questão do trabalho sexual. Para outros tipos de profissionais não é requerido o pagamento pelas entrevistas. Ainda que haja um contexto de valorização de um grupo historicamente marginalizado, esse ordenamento e sugestão ética para o pagamento de entrevista priva pesquisadores com poucos recursos de seguirem com as entrevistas.

Outra questão relevante é que algumas trabalhadoras sexuais que contactei me indicavam falar diretamente com as organizações. Desta forma, sem uma compensação pelo tempo que seria dedicado à interlocução com a pesquisa, as trabalhadoras tendem a terceirizar sua participação de forma que as organizações tenham a autoridade de “falar por elas”. No congresso ESWA, mencionado anteriormente, pude conhecer algumas organizações que trabalham diretamente com a questão de plataformas e “soluções digitais”. Após perceber que a questão do pagamento seria um entrave para a realização das entrevistas optei por contactar essas organizações em vias de realizar entrevistas com as pessoas envolvidas nesses projetos. Da mesma maneira que não obtive respostas de algumas trabalhadoras, com as organizações ocorreu o mesmo. A compensação também é uma prática compartilhada entre as organizações que buscam doações que apoiem os projetos propostos.

As que me retornaram me orientaram a entrar em seus respectivos sites e baixar os arquivos, relatórios e propostas desses projetos, pois lá, “tudo estaria disponível para minha consulta”. Posto isso, percebemos que a forma mais concreta para seguir com a pesquisa de campo e alcançar os objetivos propostos seria pela coleta e posterior análise destes documentos para compreender as iniciativas e relatórios que essas organizações anualmente disponibilizam em suas plataformas.

O evento indicado possibilitou minha participação em dias de extensos debates e *workshops* sobre a situação legal do trabalho sexual em alguns países da Europa, incluindo discussões sobre

ferramentas digitais, plataformas, privacidade, segurança e outras preocupações em espaços digitais. No quarto e último dia, participei de uma reunião no Parlamento Europeu que contou com representantes de movimentos de trabalhadoras sexuais além de membros do ministério Belga. Importante pontuar que a escolha do país para o congresso se deu tendo em vista que a Bélgica foi o primeiro país da Europa a descriminalizar completamente o trabalho sexual, ainda em 2022.

A pesquisa de campo no evento me mostrou como a questão do trabalho sexual é extremamente complexa no contexto Europeu. Existem inúmeras organizações e movimentos sociais que atuam em diferentes contextos e que se engajam ativamente para dialogar com a elaboração e efetivação de políticas públicas. Ainda que no contexto brasileiro existam diversas organizações de trabalhadoras sexuais, não há um efetivo diálogo com instituições formais visando a implementação de políticas públicas que as incluam no debate sobre trabalho e direitos, a não ser pela via de associações regionais com o Ministério da Saúde, focado em questões de saúde pública, mas em uma chave dos chamados “grupos de risco”.

O caso da descriminalização total do trabalho sexual no contexto Belga, é um exemplo concreto de como o diálogo entre estado e organizações sociais alocam o trabalho sexual como mais uma forma de trabalho. Quando o trabalho sexual é de alguma forma regulado, legalizado e/ou descriminalizado e debatido em espaços público e governamentais, a adoção e uso de plataformas e mídias digitais tende a operar de acordo com a realidade social específica do país em questão.

Ainda que a pesquisa no contexto europeu tenha se desdobrado de forma distinta da planejada, consideramos que foi possível compreender as finalidades dos usos, e o papel que as plataformas digitais vem desempenhando na Holanda e na Europa de forma mais abrangente. No que concerne ao entendimento sobre as percepções e usos de plataformas digitais por e para profissionais do sexo, a adoção de plataformas digitais em locais com algumas regulamentações sobre trabalho sexual, como as vigentes na Europa e no Reino Unido, é alimentada por considerações diversas. Principalmente, elas são utilizadas para melhorar a segurança no trabalho face a face.

É claro que outras plataformas – como plataformas de fãs e de transmissão ao vivo – também foram adotadas, mas, nesses casos, sua adoção geralmente é vista como uma compensação a um contexto regulatório já existente. Os movimentos e iniciativas tecnológicas analisados geralmente buscam melhorar o arranjo legal existente, fornecendo conselhos e

ferramentas para melhorar a segurança do trabalho sexual. No contexto holandês encontramos algumas iniciativas que fornecem informações e conselhos para as trabalhadoras sexuais sobre questões digitais como a “*Sw Digitaal NL* (Holanda)<sup>20</sup>”.

Outros projetos vão além, buscando fornecer um banco de dados com o perfil do cliente, incluindo nome, telefone, placa de carro, características pessoais e alguns comentários sobre a experiência do trabalhador com aquela pessoa. Curiosamente, este tipo de iniciativas invertem a política de privacidade habitual nas plataformas digitais: em vez de proporcionar privacidade ao cliente e transparência sobre o prestador de serviços, procuram melhorar a segurança do prestador de serviços ao retirar a privacidade do cliente/cliente, nesse sentido apontamos os projetos da “*National Ugly Mugs*<sup>21</sup> (Reino Unido) e do *Jasmin Project*<sup>22</sup> (França)”.

Outros serviços também estão disponíveis, incluindo recursos para excluir material divulgado indevidamente, dados de controle, informações de saúde e assistência jurídica. Esses projetos combinam esforços de desenvolvimento de software e de defesa de profissionais do sexo. Alguns projetos são ainda mais ambiciosos. Eles visam soluções algorítmicas voltadas para plataformas de trabalho sexual menos discriminatórias, incluindo questões relativas à discriminação bancária experienciada pelas trabalhadoras. Iniciativas como *Horizontl*<sup>23</sup> (Reino Unido) buscam incluir profissionais do sexo na concepção e construção dessas ferramentas digitais.

Percebemos que os projetos digitais apontados colocam as discussões em torno de plataformas para trabalho sexual em um longo caminho em direção à segurança de dados e governança de plataforma, entre outros. O papel das plataformas digitais caminha conjuntamente ao desenvolvimento de aplicativos projetados para reforçar a proteção de um arranjo legal e com o objetivo de criar plataformas inclusivas que considerem as profissionais do sexo nos desenvolvimentos desses aparatos. Assim, foi possível compreender como as plataformas surgem em vazios institucionais, como no caso brasileiro, ou são modeladas em contextos regulatórios específicos, como no contexto europeu.

No contexto holandês, e de forma mais abrangente no europeu, a adoção de plataformas é vista como um compromisso/troca que procura inverter a política de privacidade habitual: não facilitando a autorrevelação das profissionais do sexo, mas trazendo transparência para a

---

<sup>20</sup> <https://swdigitaal.nl/>. Acesso em agosto de 2024.

<sup>21</sup> <https://nationaluglymugs.org/>. Acesso em agosto de 2024.

<sup>22</sup> <https://projet-jasmine.org/application>. Acesso em agosto de 2024.

<sup>23</sup> <https://horizontl.co/>. Acesso em agosto de 2024.

transação, disponibilizando informações sobre os clientes para as trabalhadoras. Iniciativas de organizações de defesa buscam melhorar a compreensão e execução existentes sobre o trabalho sexual. Essas diferenças sociais em relação às estruturas legais para o trabalho sexual moldam as perspectivas de segurança e privacidade e o papel que os usos das ferramentas e aplicativos online podem desempenhar para protegê-los.

Com dados obtidos no estágio de pesquisa no exterior, não buscamos um quadro comparativo, dado a impossibilidade de entrevistar as trabalhadoras, mas sim contrastar campos etnográficos e realidades distintas quanto aos usos e compreensão das plataformas. O mapeamento sobre as perspectivas de uso e entendimento das plataformas digitais exige que consideremos os contextos locais e particulares de uso, incluindo a interação com essas ferramentas e os agenciamentos que são pensados em torno dela (Leitão & Gomes, 2017).

A mudança de localidade (geolocalização) altera o ecossistema que a plataforma nos oferece (van Dijck, 2013). Isso demonstra a relevância da escala multissituada (Marcus, 1995) de pesquisas mediadas digitalmente. As dinâmicas que multissituam as plataformas revelaram-se enquanto contornos relevantes que se atualizam para pensarmos nossos objetos de pesquisa. A composição de campo de pesquisa multissituado permitiu a observação da maneira pela qual objetos, espaços e significados culturais circulam em espaços e tempo difusos e distintos. As diversas acepções e modalidades de usos e entendimento das plataformas digitais por/para trabalhadoras sexuais possibilitou o aprimoramento da análise dos movimentos e fluxos sobre a (des)plataformização do trabalho sexual, um fenômeno que se manifesta em vários lugares e de formas distintas.

## 2.2 Plataformas voltadas ao trabalho sexual

O *Câmera Prive* (CP)<sup>24</sup> é uma empresa brasileira de camming inserida na lógica da economia informacional. Reproduz a lógica das startups, marca registrada dos negócios dessa economia. É uma empresa que veio do ramo da Tecnologia da informação que inicialmente fornecia serviços diversos de streaming, como transmissão de aulas EAD. Hoje ela é a maior empresa no ramo do *camming* da América Latina, contando com uma filial nos Estados Unidos.

O *streaming* é uma tecnologia pioneira usada pela pornografia (Barss, 2011) que permite a transmissão instantânea de conteúdo multimídia em tempo real. A estrutura do CP se divide em salas e perfis onde cada *camgirl* pode colocar suas próprias fotos e vídeos, uma espécie de perfil

---

<sup>24</sup> Ao longo desse relatório usarei a abreviação CP para se referir ao site *Câmera Privê* e OF para me referir ao *Only Fans*.

comum como em outras redes sociais. Para ter acesso aos conteúdos e interagir com as trabalhadoras os usuários/consumidores precisam realizar um cadastro nessa plataforma. Em cada perfil os/as trabalhadoras delimitam o que pode ou não ser feito durante os “*chats*” – estes se dividem entre os públicos e os privados/exclusivos. Após a interação é possível atribuir uma nota para cada relação (de zero a cinco estrelas) assim como comentá-las. Todo esse acesso ao site é pago, onde uma parte do dinheiro vai para as/os trabalhadoras e outra para a plataforma. Atualmente o CP tem trabalhado também com venda de conteúdo e agora, além das transmissões ao vivo as trabalhadoras podem subir alguns conteúdos exclusivos e cobrar por cada um deles de forma individualizada.

As narrativas pessoais das trabalhadoras são parte fundamental da mensagem corporativa empregada pelo CP para alavancar publicidade: afirmaram que os ganhos delas podem chegar até R\$ 30 mil reais por mês<sup>25</sup>. Entretanto, os dados disponibilizados pela BBC News Brasil afirmam que os ganhos variam de R\$ 3.500 a R\$ 8 mil mensais. Esses dados ainda apontam o perfil dos *cammers*: a maioria são mulheres (61%); seguidas por homens (26%), mulheres transexuais (12%) e homens transexuais (1%), o que demonstra a dominância de mulheres cisgêneros nesse setor. Quanto à moradia, a maior parte está no Sudeste (35%), Sul (25%), Nordeste (20%), Centro-Oeste (10%), Norte (5%) e outros países (5%). Com a obrigatoriedade de que sejam maiores de idade, as trabalhadoras se distribuem nas faixas de 18 a 24 anos (11%); 25 a 34 (71%); 35 a 44 (13%); e acima de 45 anos (5%)<sup>26</sup>.

A renda mensal também está relacionada ao tempo em que ficam *online* na plataforma e a habilidade em conseguir e fidelizar clientes que estejam dispostos a pagar pelos shows, principalmente os exclusivos ou privados com muitos *voyeurs*<sup>27</sup> e que comprem conteúdo regularmente. As trabalhadoras têm desenvolvido estratégias de tempo de trabalho, assim como metas a serem alcançadas de acordo com o fluxo de acesso que elas vão percebendo tanto no site quanto em suas salas.

No caso do *camming* a lógica de remuneração algorítmica funciona da seguinte maneira: no CP existe uma tabela com intervalos de preços que podem ser escolhidos pelas trabalhadoras: no

---

<sup>25</sup> Informações disponíveis em: <<https://models.cameraprive.com/br/>>. Acesso em agosto de 2024.

<sup>26</sup> Esses dados possuem similitudes com a amostra de colaboradoras dessa pesquisa. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49886712>>. Acesso em agosto de 2024.

<sup>27</sup> *Voyeurismo* é uma prática que consiste num indivíduo conseguir obter prazer sexual por meio da observação de pessoas. Essas pessoas podem estar envolvidas em atos sexuais, nuas, com roupas, ou com qualquer vestuário que seja apelativo para o indivíduo em questão, o/a *voyeur*. O uso do termo *voyeur* nesse momento da tese diz respeito a maneira pela qual a plataforma CP define as possibilidades de interação no site.

chat simples onde há apenas conversa e vários clientes conectados na sala o valor varia de R\$ 1,20 a R\$ 2,10 por minuto e usuário conectado; o chat privado é restrito entre a trabalhadora e o cliente, os valores variam de R\$ 2,10 a R\$ 3,00 o minuto. No chat privado ainda a possibilidade da participação de um *voyeur* – a pessoa que irá apenas assistir a conversa privada sem poder interferir, nesse caso, o observador paga uma taxa de R\$ 1,20 a R\$ 2,40 o minuto. Há ainda o chat exclusivo, apenas a trabalhadora e o cliente sem possibilidade de observadores, sendo a interação mais cara e varia de R\$ 2,70 a R\$ 3,60 o minuto.

Outras modalidades disponibilizadas a pouco tempo é o *Prive Call*, onde mesmo que a trabalhadora não esteja conectada ao site os clientes fidelizados podem fazer ligações diretamente para elas pagando um valor de R\$ 3,00 a R\$ 4,20 por minuto e o *Prive Toy*<sup>28</sup>, onde os clientes podem controlar a distância um brinquedo sexual que a trabalhadora irá utilizar durante o show, o uso dos *sex toy* (brinquedo sexual) varia de R\$0,60 a R\$ 2,10 por minuto. O valor total pago para as trabalhadoras funciona de maneira muito semelhante à dos aplicativos de transporte e entregas: cerca de 30% a 50% dos ganhos delas vão para a empresa/plataforma dona do site, o restante é enviado via depósito para as trabalhadoras. Entretanto, como relatado por algumas delas esse valor pode ser negociado contratualmente quando a plataforma tem interesse em que elas transmitam exclusivamente na plataforma.

Em certos aspectos, as trabalhadoras que se utilizam dessas plataformas mantêm certa autonomia sobre suas criações, pois podem determinar o tempo e a frequência da produção de conteúdo. No entanto, as plataformas assumem um papel semelhante ao das produtoras convencionais de pornografia, pois por meio de seus termos de uso passam a controlar, em certa medida, o tipo de conteúdo que pode ser oferecido para venda, ao passo que decidem sobre a promoção de pessoas em específico. A promoção envolve colocá-las de forma proeminente na página inicial da plataforma, oferecer contratos personalizados e, ainda, conceder a elas posições mais altas nos rankings de busca ou impor seletivamente restrições de conteúdo. Conseqüentemente, isso faz com que as plataformas exerçam influência sobre os ganhos das trabalhadoras de forma individual (Easterbrook-Smith, *OnlyFans as gig-economy work: a nexus of precarity and stigma*, 2022).

Com relação aos contratos personalizados a porcentagem negociada entre a trabalhadora e a plataforma se diferenciam basicamente nos quesitos exclusividade e direito: o primeiro quesito é referente as trabalhadoras que se apresentam também em outras plataformas e a que estão

---

<sup>28</sup> Os *PriveToys* são vibradores compatíveis com a funcionalidade do chat no Câmera Prive, onde o/a cliente pode remotamente, por meio de uma funcionalidade adicionada ao chat exclusivo, controlar vários tipos de vibradores usados pelas trabalhadoras.

exclusivamente no CP, já o segundo diz respeito a prioridade na aparição do perfil na tela inicial do site e uma maior agilidade no recebimento do pagamento. A plataforma indica que presta dois tipos de serviços: o de hospedagem de conteúdo e a intermediação entre o pagamento trabalhadora-cliente<sup>29</sup>. Desta forma afirmam que são as trabalhadoras que contratam o serviço de “locação” da plataforma, e não o contrário. A contratação envolve um processo de envio de documentos e validação de dados.

Já o *Only Fans* (OF) foi criado em 2016 pela *Fenix International Ltd* e que mais tarde foi comprada pelo proprietário da empresa de *camming* internacionalmente conhecida como *MyFreeCams*. Atualmente está sediada em Londres e o CEO da empresa é *Timothy Stokeley*. O *Only Fans* é uma plataforma que se beneficia substancialmente do aumento do interesse e acesso aos perfis dos criadores de conteúdo e é classificado como uma plataforma de “patrocínio digital”, que prevê troca financeira para “expressão criativa”. Concretamente oferece um serviço de conteúdo por assinatura onde cada criador de conteúdo pode elaborar um perfil e cobrar uma assinatura mensal para que seus “Fans” tenham acesso exclusivo a conteúdos produzidos unicamente para esta plataforma.

Inicialmente o *Only Fans* não havia sido pensado como uma plataforma dedicada a produção e venda de conteúdo adulto, entretanto atualmente é com este tipo de conteúdo que a plataforma se popularizou e vem acumulando fortunas<sup>30</sup>. A plataforma é conhecida por ser uma alternativa segura tanto para impedir vazamentos de conteúdo como pelas funcionalidades de receber pagamentos. Assim como outras mensagens corporativas, o OF se promove com o slogan de “conectar e aproximar as pessoas a seus criadores de conteúdo favoritos”.

No caso do OF, há uma porcentagem maior para as trabalhadoras, a plataforma recebe 20% e repassa 80% para elas e toda cobrança e pagamento é realizada em dólar, somente por cartão internacional. Porém, deferentemente do CP o OF funciona por assinaturas mensais e não por minuto. Entretanto, em 2021 a plataforma passou a colocar um teto de valores a serem cobrados pelas modelos. Atualmente elas podem cobrar de \$ 4,99 a \$ 49,99 por assinatura, até \$ 50 para foto ou vídeo vendidas separadamente e as gorjetas recebidas por elas não podem ultrapassar o valor de \$ 100 dólares. Especula-se que o estabelecimento de teto de cobranças

---

<sup>29</sup> É importante mencionar que nos termos de uso do CP o termo utilizado pela plataforma é “modelo” e “contratante”, o que será discutido de forma específica no ponto 5.2 dessa tese.

<sup>30</sup> Informações disponíveis em: < <https://techreport.com/statistics/software-web/onlyfans-statistics/>>. Acesso em agosto de 2024.

ocorreu após uma atriz internacional faturar \$ 2 milhões de dólares em menos de uma semana na plataforma<sup>31</sup>.

O que acontece no OF é que algumas trabalhadoras vendem conteúdo personalizados para seus assinantes por via direta (chat) e recebem um pagamento a mais por aquilo, as chamadas gorjetas, e é nesse sistema de gorjetas que se sobressai ao pagamento da assinatura mensal, onde as trabalhadoras conseguem obter maiores lucros em comparação com as assinaturas. Fato característico também do *Privacy*, o OF brasileiro, que tem o seu funcionamento bem semelhante, entretanto a cobrança é realizada em reais e aceita formas alternativas de pagamento como pix e boleto, não somente por cartão de crédito internacional.

O *Privacy* foi lançado ainda no fim de 2020 como uma opção brasileira do OF. Com uma proposta parecida ao do OF, a *Privacy* paga 80% dos ganhos com vendas para as trabalhadoras assim como não exige um cartão internacional para cadastramento na plataforma e ainda permite que elas vendam conteúdos separadamente e não apenas em assinaturas. Influenciadores e criadores de conteúdo de diversos nichos podem publicar fotos e vídeos e cobrar de R\$ 5,00 a R\$ 200,00 mensais pela assinatura. Além da assinatura mensal que é renovada de forma automática, as trabalhadoras também podem lucrar com a venda de conteúdos que podem ser vendidos por meio do perfil ou via chat. Além disso, também é possível aumentar os rendimentos por meio de links de indicação. Nessa modalidade, o usuário pode receber uma comissão de 5% sobre as vendas do contato que se cadastrou na *Privacy* a partir do link, fato que também ocorre no OF. Além da *Privacy*, atualmente outras plataformas têm surgido com as mesmas funcionalidades do OF, entretanto elas não têm sido utilizadas pelas trabalhadoras, demonstrando que o OF tem se constituído enquanto uma referência de modelo de negócios, extremamente lucrativo quando olhamos para o nicho da produção de conteúdo adulto.

A *ManyVids* (MV) é uma empresa canadense de hospedagem de vídeo destinado ao entretenimento adulto, transmissão ao vivo e comércio eletrônico com sede em Montreal, Quebec, Canadá. A empresa permite que as trabalhadoras produzam, promovam e distribuam seu próprio conteúdo, mantendo os direitos autorais completos de seu trabalho. Elas ainda podem vender vídeos, pacotes de fotos, itens de uso pessoal como calcinhas, meias, brinquedos, serviços de mensagens de texto, chamadas telefônicas e fazer transmissões ao vivo. Nessas transmissões os clientes podem enviar gorjetas que também serão contabilizadas no final com todas as vendas realizadas. Se o cliente preferir também pode fazer uma assinatura *premium* e ter

---

<sup>31</sup> Maiores informações sobre este caso encontram-se disponível em: <<https://www.latimes.com/entertainment-arts/movies/story/2020-08-25/bella-thorne-sean-baker-onlyfans-movie>>. Acesso em agosto de 2024.

acesso a todo conteúdo disponibilizado pela trabalhadora requerida. Os membros podem deixar gorjetas e desbloquear status especiais enquanto interagem com as trabalhadoras em tempo real.

A plataforma determina uma política de preços mínimos e máximos em dólares sendo: o preço mínimo que uma trabalhadora pode cobrar por vídeos é \$ 1,99 e o máximo é \$ 999,99; as assinaturas têm um mínimo de \$ 39,99 e um máximo de \$ 999,99, e os planos adicionais de assinatura devem estar entre \$ 1,99 e \$ 29,99, os pedidos de vídeos personalizados têm um limite de preço de US\$ 9,99 e os itens da loja não podem exceder US\$ 1.000. A estrutura de pagamento da plataforma *ManyVids* funciona da seguinte maneira: o *ManyVids* fica com uma porcentagem de 40% das vendas e as trabalhadoras com 60%. A *ManyVids* realiza pagamentos bimestrais. Para receber um pagamento por meio de depósito direto ou cheque dos EUA, a trabalhadora precisa ganhar pelo menos cem dólares em sua parte do pagamento, pois não inclui a parte do *ManyVids*. Isso significa que a modelo precisa ganhar no mínimo aproximadamente 167,00 dólares por período de pagamento para receber um depósito de 100.

Outras plataformas já estabelecidas no mercado sexual digital atualmente têm incorporado o cadastramento de criadoras de conteúdos e a monetização de seus conteúdos, ou seja, o modelo proposto pelo *Only Fans* e pelos sites especializados em *camming* tem alterado toda uma arquitetura tradicional relacionada a produção e comercialização de conteúdos sexual. Em sua tese de doutoramento intitulada “*Desire for Data: Pornhub and the Plataformization of Culture Industry*”<sup>32</sup>, Margareth MacDonald (2019) investiga as táticas organizacionais do maior conglomerado atual de pornografia digital, o *PornHub.com*. A autora analisou como a empresa responsável pela marca obteve controle sobre o mercado digital ao operar por um modelo oligopólico que passou a influenciar quais os tipos de vídeos seriam os mais lucrativos.

Ao descrever os mecanismos que essa plataforma opera, a autora demonstra como as indústrias criativas foram impactadas quando a tecnologia digital passa a ser o sistema dominante de produção e distribuição de conteúdo, tornando as anteriores obsoletas. O *PornHub* é um site de vídeos adultos no modelo denominado “*free tub*”, o que significa que grande parte do conteúdo pode ser acessado sem nenhuma cobrança direta. Segundo a autora, a abundância de conteúdo grátis demonstra que o site não tira o seu lucro por meio de assinaturas, mas sim de um “sistema complexo entre publicidade e coleta de dados” (MacDonald, 2019, pag 2).

A empresa passou a incorporar o modelo de monetização de conteúdo grátis já utilizado em outras plataformas como as de domínio *META* e *Youtube*, por exemplo. Além da distribuição,

---

<sup>32</sup> Em tradução literal: “Desejo por dados: Pornhub e a plataformização da indústria cultural.

a marca *PornHub* concentra alguns estúdios de produção de filmes adultos, manejando um grande fluxo de dados e acessos além de definir quais cenas, performances e atos sexuais terão maior visibilidade em seu site. De acordo com McDonald (2019) o efeito dessa longa cadeia de produção que não é conhecida pelo público consumidor foi responsável pelo monopólio que a empresa alcançou no ramo da pornografia digital. A autora ainda demonstra, que o ofuscamento dessa cadeia de produção é algo proposital para que as empresas de capital fechado tenham uma vantagem frente a seus concorrentes, ao passo em que sua visibilidade é quase nula nas mídias e nos mercados de aplicativos (Paasonen, 2011).

A concentração dos dados e a invisibilidade dada a toda a cadeia de produção somado ao não entendimento que a indústria pornográfica é uma indústria cultural, reflete, segundo McDonald (2019) em pouca discussão a respeito da pornografia ser um dos pilares da mídia moderna ao se consolidar como um vetor que pode influenciar na modelagem e no desenvolvimento tecnológico e econômico de forma mais ampla (Barss, 2011). Ao centralizar mídia e dados, empresas como a *PornHub* forçam os desenvolvedores a se alinharem com sua ideologia de mercado, tornando-se complementadores de um modelo já estabelecido.

As demais plataformas tendem a naturalizar a infraestrutura material de empresas que estão o topo, dirigem as indústrias culturais as quais fazem parte e condicionam por controle direto e indireto quais conteúdos são passíveis de gerarem lucro e conseqüentemente acabam sendo os mais acessados. Além disso a consolidação de um modelo de pornografia entendida como grátis, faz com que as trabalhadoras que produzem conteúdo de forma independente fiquem à mercê das plataformas, levando em conta que na mediação digital a precificação do conteúdo já se encontra em desvantagem na competição com um modelo gratuito estabelecido.

De acordo com McDonald (2019 p.97) considerar as implicações de uma economia da pornografia baseada em dados pressupõe pensarmos a respeito da dataficação do desejo. A plataforma *PornHub* tem produzido “verdades” e criações de significado a respeito dos hábitos de escolhas sexuais por meio de sistemas de recomendação que confluem com o tráfego de navegação. Com isso, a plataforma mercantiliza a atenção ao passo que busca tornar homogêneo uma única forma de interação com essa mídia.

Plataformas voltadas ao *camming*, semelhantes a outras plataformas que lucram com hierarquia de dados, tendem a fornecer informações limitadas sobre o funcionamento de seus algoritmos, como proposto por Van Doorn (2014). Essa ocultação visa, segundo o autor, a não divulgação do funcionamento interno dos sistemas de classificação e ranqueamento, o que teria o efeito de evitar que usuários explorem e manipulem a plataforma por meio de comportamentos e

estrategicamente planejados (Faraj, Pachidi *et al.* 2018). Por outro lado, a decisão de reter detalhes algorítmicos serve como uma medida de proteção para salvaguardar a integridade jurídica da plataforma.

Ao manter um certo nível de sigilo em torno de seus algoritmos, as plataformas argumentam garantir uma experiência de usuário mais confiável e, ao mesmo tempo, impedem que esses usuários desenvolvam mecanismos destinados a minar a funcionalidade e a eficácia planejada pela plataforma. Consequentemente, essa opacidade intencional protege, em última análise, os interesses da plataforma e obscurece a maneira como o lucro é projetado (Velthuis, Van Doors; 2018).

Ainda, é importante salientar que as plataformas apresentadas não cobram uma taxa de manutenção mensal, semestral ou anual para que as trabalhadoras utilizem as plataformas. Ao trabalharem via porcentagem as plataformas lucram, para além do tráfego de dados e publicidades, em cima do tempo de trabalho e transmissão de cada trabalhadora levando em conta o tipo de chat, quantidade de assinaturas e conteúdos vendidos. Essa forma de trabalho é denominada pelas plataformas como “taxa de locação” e acontece somente quando a trabalhadora efetivamente “usou” a plataforma, deste modo, caso a trabalhadora não faça shows, não venda conteúdos e não receba mensagens diretas, não haverá porcentagem a ser paga e, tampouco, recebida.

A questão dos contratos estabelecidos entre as trabalhadoras e essas plataformas é algo ainda situado em uma zona cinza, pois caso uma pessoa qualquer queira abrir uma conta e se tornar um criador de conteúdo adulto basta entrar no site e criar uma conta como *modelo*, criadora de *conteúdo* ou *uploaders*, pois dependendo da plataforma o termo pode variar. Ao criar essa conta, assim como em todas as redes sociais, aparecerá a opção para assinar se concorda com os termos de uso e contratos da plataforma. Esses termos trazem condições e regimentos gerais que perpassam a plataforma<sup>33</sup>, trazendo informações como o seu funcionamento, o que é ou não permitido, os deveres e direitos das trabalhadoras, porcentagens de hospedagem e pagamentos, assim como as informações sobre a prestação de serviço da plataforma, ou seja, logo de início a plataforma se define enquanto uma prestadora de serviço que irá hospedar o conteúdo assim como mediar os pagamentos.<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> Essa discussão será aprofundada no tópico 5.2 Gestão do Estigma

<sup>34</sup> Os referidos contratos, termos e políticas de uso encontram-se disponíveis em: <<https://models.cameraprive.com/br/legal/platform-agreement>>; <<https://onlyfans.com/terms#terms-use-all>>

Entretanto, uma informação coletada em campo é que o CP recorrentemente entra em contato com algumas trabalhadoras que estão tendo grande visibilidade e um grande fluxo em suas salas para disponibilizar um contrato personalizado, oferecendo uma maior porcentagem de lucro desde que ela assine um termo de exclusividade com o site.

Neste tópico procuramos caracterizar de forma geral o funcionamento e a forma de monetização das plataformas voltadas diretamente para o trabalho sexual e que são mais utilizadas pelas trabalhadoras que colaboraram com a pesquisa. Interessante apontarmos que para além de uma delimitação de um modelo de negócios baseados em dados e no posicionamento das plataformas enquanto mediadoras uma nova gramática tem sido estabelecida para definir a atuação das pessoas cadastradas. O uso de termos como “criadora de conteúdo” e “conteúdo adulto” são utilizados pelas empresas como uma forma higienizada para se distanciar da pornografia, por exemplo, e do trabalho sexual de forma mais ampla.

Para além da mensagem corporativa que se atrela a política das plataformas, esse novo repertório e vocabulário foi sendo apropriado pelas próprias trabalhadoras e são acionados de forma estratégica<sup>35</sup>, a depender dos contextos que são apresentados a elas.

## 2.3 Critérios éticos

Com relação a coleta e análise dos dados, é importante ressaltarmos que a tese se ancorou eticamente no documento denominado *Internet Research: Ethical Guidelines 3.0*<sup>36</sup> elaborado por um conjunto de pesquisadores da *Association of Internet Researchers* (2020). Este documento é de suma importância pois demarca algumas questões fundamentais que não podem ser negligenciadas por pesquisadores que estejam realizando pesquisa sobre/em/dos contextos digitais. Portanto, seguimos os critérios éticos sobre o consentimento e esclarecimento sobre a pesquisa e sobre o questionário a ser aplicado, levando em conta a caracterização das interlocutoras para produção de uma análise interseccional da amostra, sem que isso acarrete algum risco de serem identificadas ou a exporem a algum dano ou violência.

---

users>; <<https://info.manyvids.com/home/terms-uploaders>>; <<https://privacy.com.br/termos>>; <<https://pt.pornhub.com/information/terms>>. Acesso em agosto de 2024.

<sup>35</sup> Especificamente na sessão 4.2 buscaremos recompor como novos termos e significados são mobilizados pelas trabalhadoras de forma a incluir e/ou restringir determinadas práticas e significações que permeiam a maneira pela qual definem suas atividades.

<sup>36</sup> O referido documento encontra-se disponível em: <<https://aoir.org/reports/ethics3.pdf>>. Acesso em agosto de 2024.

Também nos utilizamos de nomes fictícios e apontamos quais seriam os benefícios e desdobramentos da colaboração delas para esta pesquisa, pensando em um contexto mais amplo de divulgação científica, comunitária, política e social. Tivemos um cuidado especial ao coletarmos dados de mídias sociais e sites, a fim de garantir a privacidade e dignidade das colaboradoras. Assim, os mesmos critérios éticos empenhados em pesquisas etnográficas em contextos “*offline*”, foram utilizados nesta pesquisa, tendo em vista aspectos singulares que este contexto de investigação necessita (Leitão & Gomes, 2017; Facioli & Padilha, 2019). Por motivos éticos, assim como os nome das interlocutoras, os nomes dos perfis e dos canais mencionados foram modificados.

Outro ponto importante do referido documento e substancial a pesquisa realizado diz respeito a pesquisas feministas em contextos digitais. Para uma pesquisa feminista em contextos digitais, o poder individual das lutas subjetivas deve ganhar visibilidade como parte do processo de pesquisa. Questões sobre a trajetórias e histórias de vida, assim como suas experiências anteriores a esse trabalho podem ser entendidas como uma prática relacional que desempenhará um papel central dentro da ética de pesquisa feminista. Assim, por meio desse conhecimento situado (Haraway, 1998), alcançamos conceitualizações comunitárias e não apenas individuais.

Tendo em vista que as interlocutoras se posicionam enquanto trabalhadoras sexuais situadas nessa chave identitária, o corpo e a noção sobre o que é ser mulher foram compreendidos enquanto dotados de agência ativa e não apenas como recurso analítico. Assim, a questão do consentimento inicial, a possibilidade de que a qualquer momento elas pudessem decidir por não mais colaborar e o anonimato foram os pilares para a construção sólida do grupo de interlocutoras. Para além do guia ético para pesquisa nos contextos digitais, todas as considerações postas anteriormente se apoiaram no “*Research Guide to Conducting Ethical Research on the Sex Trades*” organizado pelo Projeto dos Trabalhadores do Sexo do Centro de Justiça Urbana<sup>37</sup>.

## 2.4 Efetivação da Metodologia

Ainda durante o início do período de isolamento social no ano de 2020 o mercado do sexo plataformizado atingiu um ápice até então não imaginado e forçou plataformas que já existiam a se remodelarem, diversificando seus serviços, ainda que inúmeras outras plataformas estavam surgindo. Seguindo o rastro dessas mudanças passei a assistir, em tempo real, as alterações no meu campo e objeto de pesquisa e no desenvolvimento das minhas relações com as interlocutoras: conversas com elas passaram a se estagnar, minhas mensagens não eram mais

---

<sup>37</sup> Disponível em: <<https://nationalsurvivornetwork.org/document/research-guide-to-conducting-ethical-research-on-the-sex-trades/>>. Acesso em agosto de 2024

respondidas ao passo que eu observava o crescimento de seguidores e das interações delas em redes sociais.

O mercado cresceu tanto que todos os dias eu chegava em média a dez novos perfis de trabalhadoras que estavam oferecendo esses serviços. Com as plataformas alcançando nichos cada vez maiores, as trabalhadoras passaram a exercer funções retroalimentadas: algumas já faziam *camming*, passaram a vender conteúdo em outras plataformas, ganhavam mais visibilidade, passavam a fazer propagandas pagas em suas redes sociais, ficavam mais tempo *online* e não estavam mais com disponibilidade para dar andamento as nossas conversas.

Como já mencionado, muitas trabalhadoras que já possuíam carreiras estáveis no meio da pornografia passaram a atrair seu público para as exposições ao vivo e para venda de conteúdo independente tendo e vista a paralisação das gravações em estúdios por conta da pandemia. Do mesmo modo trabalhadoras que começaram a ter maior visibilidade tanto no CP quanto no OF passaram a fazer parcerias com algumas produtoras de conteúdo adulto bem conhecidas. Percebendo que era uma mudança fundamental do meio do campo de pesquisa, estruturamos uma mensagem explicando minuciosamente quem eu era, a pesquisa que estava desenvolvendo, a importância da participação e colaboração das mesmas e ao fim deixava um *link* com currículo *latte*, essas mensagens foram enviadas via *Direct Message* pelo aplicativo *Instagram* ainda no mês de junho de 2020.

Entre os meses de agosto a novembro de 2020 passamos a aprofundar o acompanhamento das redes sociais das trabalhadoras que eu já possuía vínculo buscando alcançar cada vez mais outras possíveis informantes. As que me respondiam diziam estar muito ocupadas com a demanda dos sites, falavam sobre a importância da minha pesquisa, mas solicitavam que nossa conversa fosse deixada para mais adiante. E assim foram esses meses, até meados de novembro de 2020: acompanhando as redes sociais, me cadastrando nas novas plataformas que surgiam, tentando compreender o funcionamento delas e seguindo as trabalhadoras tanto em redes sociais pessoais quanto nas próprias plataformas.

Desta maneira foi possível acompanhar e observar as experiências cotidianas ao mesmo tempo em que aprofundava a compreensão da relação entre o contexto pandêmico vivido e o aumento da visibilidade de cada uma delas. Foi necessária uma adaptação dos procedimentos metodológicos que havia pensado realizar de maneira presencial para as contingências peculiares de uma observação participante em que há a mediação de um dispositivo tecnológico. O método adotado por nós é observacional e participante, pois interajo nas redes sociais das trabalhadoras, e serve aos objetos propostos a partir do momento em que reconhecemos a importância da

mediação de dispositivos tecnológicos tanto para o trabalho dispendido por elas, quanto pelo trabalho exercido por mim.

Ao usar abordagem dos estudos sobre o digital, compreendendo tanto a sociologia quanto a antropologia pretendemos chamar a atenção para não somente a presença, mas o peso do componente tecnológico digital. Tentamos combinar uma abordagem ao mesmo tempo observacional e participativa, mesmo que ainda não estivesse em contato face a face com elas. Ainda a 2020 para relatar quando e como efetivamente consegui adentrar ao campo de pesquisa por meio de uma conversa com uma *performer* e *youtuber* que produz conteúdo sobre pornografia e, como ela mesma definiu, “arte sexual”.

Babi é uma mulher branca, de 22 anos de idade, com ensino superior completo e residente na região sul do Brasil que trabalha como influencer digital em uma temática que envolve performances para festas eletrônicas atrelado a “arte sexual”, termo utilizado por ela. Na época Babi possuía 48,8 mil pessoas cadastradas em seu canal no *Youtube* e 30,5 mil seguidores no *Instagram*. Em meados de outubro de 2020 ela subiu um vídeo em seu canal onde trazia algumas trabalhadoras sexuais para discutir sobre o mercado do sexo e o “lado bom” dele. O vídeo causou grande controvérsia no *X* (ainda *Twitter* a época), principalmente por trazer argumentos contra a ideias proibicionistas e moralistas a respeito de trabalhos sexuais, foi repostado por grande parte das trabalhadoras que eu já vinha seguindo a um tempo. Percebi que Babi seria uma boa entrada para concretizar a interlocução com as demais. Entrei em contato via *Instagram*, expliquei quem eu era e o que estava estudando, enviei meu currículo *lattes* e reiterei a importância de conversar com ela.

No mesmo dia Babi me respondeu dizendo que havia gostado muito do meu currículo e da temática e que gostaria de contribuir com a pesquisa. Marcamos uma chamada de vídeo e mesmo que na época Babi ainda não trabalhava diretamente com *camming* e venda de conteúdo, resolvi iniciar nossa conversa com o questionário base que havia produzido para conduzir as entrevistas. Fiz algumas perguntas a respeito da trajetória dela no meio, tendo em vista que o conteúdo que ela produzia para o *Youtube* abordava trabalho sexual e a pornografia de forma mais ampla, procurei traçar de onde veio a ideia do canal e como atingiu tanta visibilidade, tornando-se uma influência muito compartilhada pelo meio. Babi me relatou que sempre teve muito interesse sobre conteúdos eróticos e sensuais e que já na adolescência pensava em trabalhar com algo que envolvesse esses temas. Na época formada em publicidade e propaganda e ela me disse que essa formação a ajudou muito a construir a ideia de seu canal no *Youtube* que entrou no ar no ano de

2017. Entre 2018 e 2019 Babi viu seu canal decolar, coincidentemente período que tanto o CP quanto o OF começaram a ter uma visibilidade maior.

Babi me relatou que tentou atuar como *camgirl* por um período em um site dos EUA para não ser reconhecida, mas que não se adaptou a rotina e as demandas dos clientes que segundo ela “precisam de muita atenção”. Afirmou ainda que na época não pode fazer grandes investimentos em aparelhos eletrônicos, computador e uma *webcam* boa, materiais fundamentais para ter uma maior visibilidade na plataforma e manter a clientela. A partir daí Babi passou a investir na criação de conteúdo para seu canal no *Youtube* e começou a crescer na plataforma. Com a alta visibilidade dos trabalhos sexuais digitais plataformizados, o canal de Babi passou a ter cada vez mais acessos, passando a fechar parcerias com marcas e produtos e o canal se tornou sua fonte de renda principal. Babi ainda conta que “na onda das censuras das redes sociais” o *Youtube* passou a bloquear alguns de seus conteúdos e classificá-los como +18, quando isso acontece o vídeo passa a não gerar mais monetização<sup>38</sup>, pois não fica visível na plataforma. Tendo isso em vista, Babi criou uma conta no site *PornHub*<sup>39</sup> para postar exatamente os vídeos que estavam sendo censurados pelo *Youtube*, pois como o *PornHub* é um site exclusivo para conteúdo adulto os vídeos renderiam monetização.

Nessa conversa com Babi todo esse cenário descrito anteriormente, sobre como a pandemia gerou uma grande visibilidade tanto para o *camming* quanto para venda de conteúdo independente, ficou mais explícito. Ela reforçou que esse mercado é muito interconectado e que como as meninas estavam com uma grande demanda de atendimentos e trabalho para manter as redes ativas eu estava precisando de um “empurrãozinho”. Foi aí que tudo mudou. Logo após nossa conversa Babi postou em seu *Instagram* uma foto em que marcou meu perfil e escreveu uma mensagem sobre minha pesquisa e que seria de suma importância que as *sex workers* colaborassem. No mesmo dia passei a receber muitas solicitações de mensagens de mulheres interessadas em contribuir. Muitas eu já havia entrado em contato e essas se desculparam, me explicaram todo esse contexto descrito sobre a demanda nos últimos meses e que era quase impossível visualizar todas as mensagens que elas recebiam nas redes sociais.

---

<sup>38</sup>No *Youtube*, em específico, a inscrição de um canal precisa passar por uma análise da própria plataforma para se tornar um canal parceiro e fazer parte do Programa de Parcerias do Youtube (YPP).

<sup>39</sup> O *PornHub* é um site destinado ao compartilhamento de conteúdo adulto, como já citado anteriormente, sendo um dos mais populares desse gênero. Pessoas que se inscrevem na plataforma e após terem suas contas verificadas, podem subir conteúdos e ter seu próprio perfil e participar do Programa de Parcerias de Modelos. Aqui a monetização também é gerada por meio de anúncios em vídeos grátis, venda de vídeos, venda de conteúdo personalizado, “mimos e fã club” e exportando automaticamente o conteúdo para os parceiros desse site – *YouPorn*, *Redtube* e *Tube8*.

Ainda em dezembro de 2020 passei a organizar todas as datas de entrevistas tendo em vista que havia a necessidade de agenciar os horários e datas disponibilizados por elas. Desde a primeira entrevista o método da bola de neve se concretizou. Ao todo realizamos trinta e uma entrevistas. Nesses encontros buscamos compreender a trajetória delas nesse meio e questões que envolvem a objetividade do trabalho sexual, como rendimentos, tempo, organização e demais questões profissionais, como também a subjetividade dele, ou seja, questões que abordam a posição da mulher nesse mercado, a auto-pornificação, desejo, prazer, autonomia e conhecimento sobre o próprio corpo, tendo em vista que corroboram com a noção de que a mulher possui agência nesse mercado. As entrevistas nos auxiliaram a alargar nossa compreensão sobre os fenômenos que tínhamos observando *online* assim como relacioná-los a um contexto social mais amplo que permeia esses trabalhos. Uma compreensão subjetiva do fenômeno se mostrou essencial em muitos aspectos quando pensamos que uma nova maneira de executar trabalhos sexuais vêm alterando a forma geral do que se entendia por esse termo.

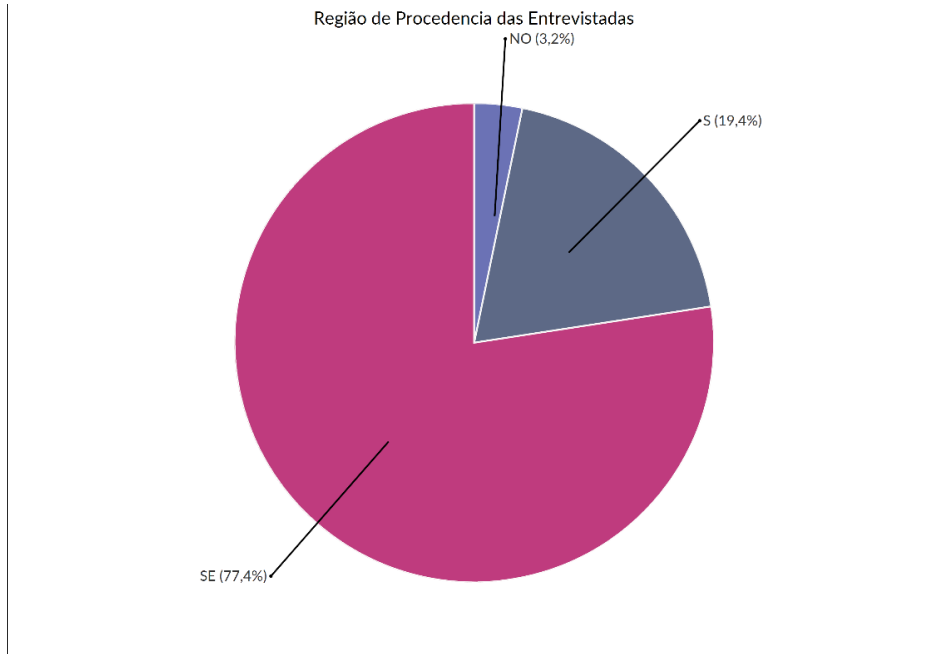
A importância das redes sociais e das plataformas também foi sendo muito explorada em nossas conversas, pois além de ser uma espécie de vitrine, é ferramenta fundamental de trabalho e alterou profundamente a maneira como o trabalho sexual era divulgado, executado e comercializado. Durante a pesquisa de campo pudemos perceber que a explosão das plataformas e a da demanda do mercado, assim como teve seu momento de ápice de julho a dezembro de 2020, teve no início de 2021 uma queda, atribuída por elas ao fim do auxílio emergencial e agravamento da crise financeira sentida pelos brasileiros de forma mais ampla. Após esse período o mercado se mostrou aquecido e uma nova alta foi ocorrendo.

O envio do currículo acadêmico (*lattes*) foi pensado para dar materialidade ao contato inicial que estávamos empreendendo. Algo muito interessante é que grande parte das entrevistadas disseram ter acessado o currículo e que acharam muito interessante os temas de pesquisa que realizei anteriormente. Após o processamento dos dados das entrevistas ficou muito evidente que o nível educacional da maior parte delas já trazia certa proximidade com o vocabulário e dinâmicas encontradas nos currículos acadêmicos.

Tendo em vista o perfil das entrevistadas, de modo geral as trabalhadoras situam-se geograficamente em grande maioria no Sul (S) e Sudeste (SE) do Brasil, com apenas duas entrevistadas na região Nordeste (NO). Mais da metade delas contam com nível superior de ensino, completo e/ou incompleto e encontram-se predominantemente na faixa etária de vinte e dois a vinte oito anos. Além disso se autodeclararam majoritariamente como brancas (BR) e em

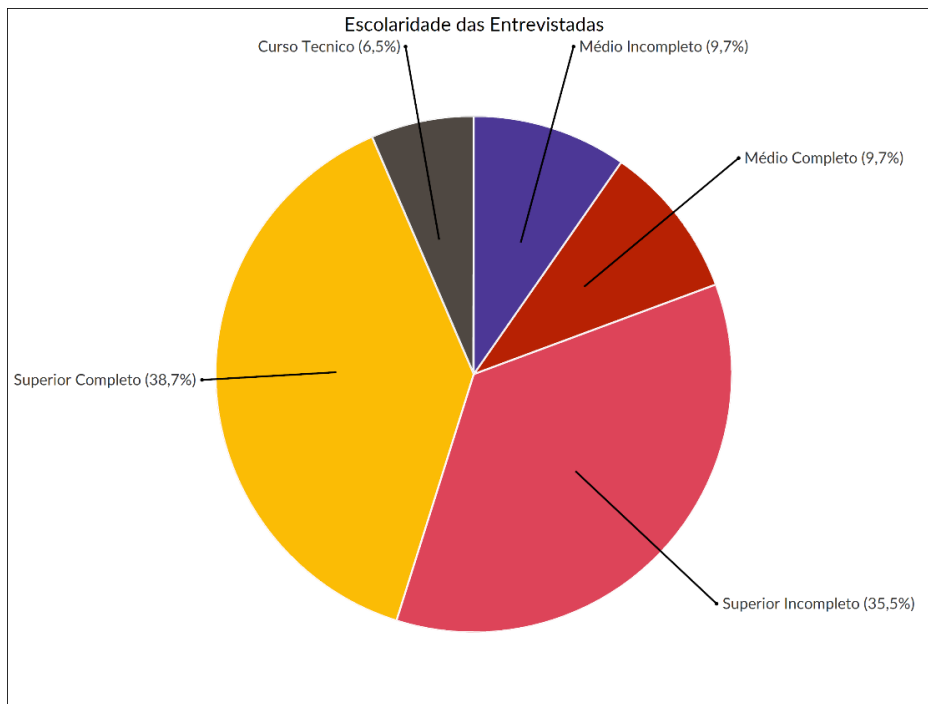
menor identificação com “pardas” (PD) e negras (NR). Essas informações, coletadas nas entrevistas, podem ser mais bem visualizadas pelos gráficos abaixo:

**Figura 2.** Gráfico região de procedência das entrevistadas, gerado pelo software Nvivo.



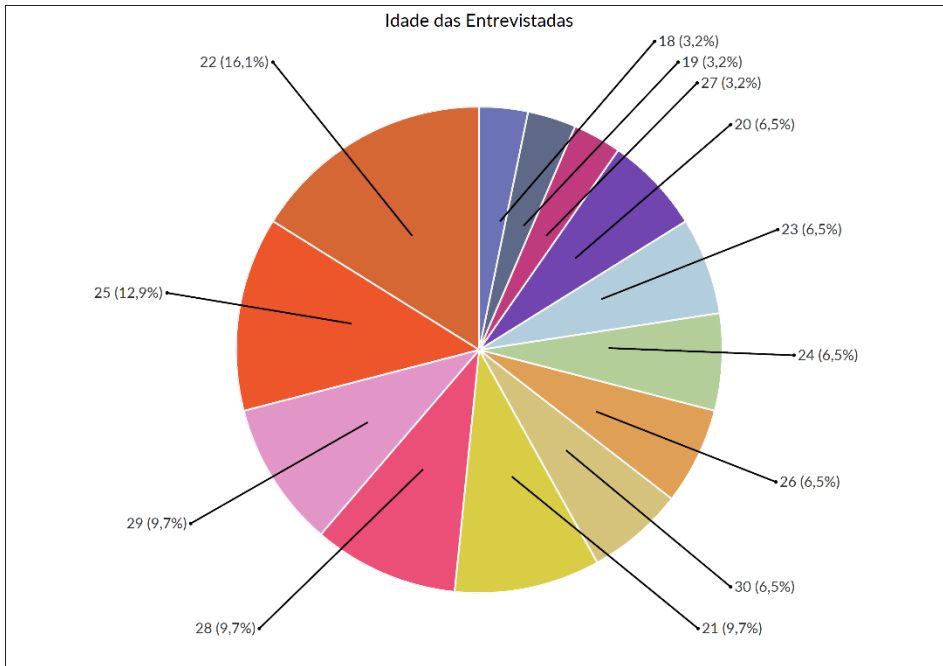
FONTE: CRISTIANE VILMA DE MELO, 2024.

**Figura 3.** Gráfico escolaridade das entrevistadas, gerado pelo software Nvivo.



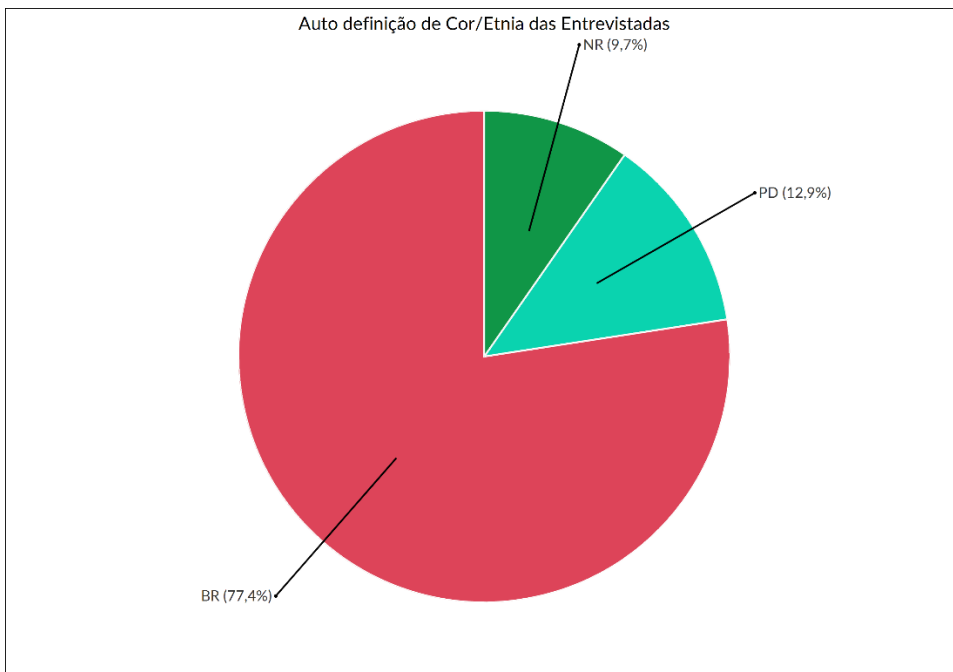
FONTE: CRISTIANE VILMA DE MELO, 2024

**Figura 4.** Gráfico de idade das entrevistadas, gerado pelo software Nvivo.



FONTE: CRISTIANE VILMA DE MELO, 2024.

**Figura 5.** Gráfico de autodefinição cor/etnia das entrevistadas, gerado pelo software Nvivo.



FONTE: CRISTIANE VILMA DE MELO, 2024.

Por meio desses gráficos ilustramos o recorte do qual as trabalhadoras fazem parte e se auto identificam, evidenciando algo que Jones (2021) já trazia a respeito da indústria de *camming* nos Estados Unidos e Reino Unido: essas indústrias tendem a inferir em diferenças na experiência com o trabalho para trabalhadoras de diferentes raças e nacionalidades. Segundo a autora, trabalhadoras brancas tendem a ficar no topo das plataformas, além do fato de que há uma grande parcela pertencente a classe média com alto nível educacional, os que as confere maior visibilidade. Em nosso campo de pesquisa podemos inferir que as condições materiais e de experiência de vida das interlocutoras as colocam em uma posição de acesso a um vocabulário midiático que entende que por meio de pesquisas acadêmicas algumas formas de resoluções para questões que marginalizam e alienam trabalhadoras podem ser superadas.

Todas essas informações para além de caracterizar as trabalhadoras, produzem efeitos diretos sobre a maneira pela qual essas trabalhadoras manuseiam as tecnologias digitais e incidem diretamente sobre a percepção sobre o poder de escolha de estarem se utilizando desses dispositivos digitais enquanto ferramentas de trabalho e subjetivação. Essas informações nos guiaram a compreender as conceitualizações que as trabalhadoras sexuais entrevistadas acionam para relatar suas experiências no trabalho sexual plataformizado, pois articulam suas diferenças que estão expressas na interseccionalidade entre faixa etária, pertencimento étnico racial, nível educacional e regiões geográficas das quais procederam.

## 3. TRABAHO SEXUAL E (IN)FORMALIDADE

Eu não nasci pra trabalhar como CLT,  
Eu não nasci pra trabalhar como CLT,  
Abri meu OnlyFans e é foto que eu vou vender,  
Abri meu OnlyFans e é foto que eu vou vender. (Música OnlyFans – Bibi BabyDoll)

### 3.1 Tecnologia e trabalho

O trecho exposto acima da música da artista Bibi BabyDoll retrata a introjeção de uma lógica de trabalho que tem como núcleo, entre outras coisas, a necessidade de uma modelação subjetiva dos trabalhadores. Ainda que o trecho fale diretamente de uma plataforma voltada ao trabalho sexual, o ideal do empreendedorismo de si e do afastamento da noção de que o Estado deve regular formalmente as relações de trabalho tem ligação direta com mudanças objetivas no mundo do trabalho de forma mais ampla. Essas mudanças foram aprofundadas com a tendência à introdução de diversas tecnologias da informação nos mais diversos campos dos processos produtivos.

Foi do ponto de vista do conceito de “economia informacional global” que Manuel Castells (2003, 2011) forneceu uma caracterização do desdobramento de uma lógica organizacional que está intrinsecamente entrelaçada com os processos de transformações tecnológicas. A base histórica da chamada “economia informacional” e do modelo de acumulação flexível é constituída, segundo o autor, pela interação entre uma nova lógica organizacional e um novo paradigma tecnológico.

De acordo com Lima e Holzmann (2015), dentro da estrutura do modelo de acumulação flexível que acompanha a economia informacional, há um novo reconhecimento e incentivo pela participação dos trabalhadores, que é vista como um meio de promover ao mesmo tempo envolvimento e a responsabilidade dos mesmos. Essa política de participação dos trabalhadores está intimamente ligada ao questionamento dos direitos associados à condição salarial, pois esta é percebida como um ônus para as empresas. Os autores postulam que existe um discurso global em torno da desregulamentação das relações de trabalho que, ao colocar o ônus sobre o trabalhador e obrigá-lo a aceitá-lo como condição de empregabilidade, gera uma cultura laboral na qual o trabalhador é compelido a assumir um papel de autoridade.

O crescimento visto de forma global revela as substanciais alterações nos valores atribuídos ao trabalho em duas dimensões principais: a objetiva – perda de direitos e o afastamento do Estado como mantenedor e mediador das relações de trabalho; e aquela subjetiva que envolvem fatores socioculturais que constituem uma nova mentalidade de trabalho que cultua o individualismo. Nesses processos históricos, vinculado à emergência e disseminação de tecnologias digitais e ao advento de novas ocupações resultou na indefinição dos limites previamente estabelecidos entre o local de trabalho, de descanso e de lazer, colocando os trabalhadores em situações de trabalhos ininterruptos.

Em conjunto com essas mudanças na cultura de trabalho e seus modos de execução, houve um movimento para flexibilizar a legislação trabalhista, reduzindo assim os laços entre capital e trabalho, o que posteriormente levou a um aumento na informalidade. Esse processo de erosão das relações de trabalho estáveis, que antes estavam ancoradas em direitos e garantias legais, agora é postulado, dentro da estrutura da lógica neoliberal, como “empreendedorismo”.

A perspectiva do empreendedorismo assume o papel de uma ideologia que considera indispensável a integração dos trabalhadores nesse novo mercado de trabalho, pois vincula o “trabalho autônomo” à noção de crescimento individual. A flexibilidade que esse novo regime oferece se manifesta principalmente na capacidade do indivíduo em administrar seu tempo, e manejar o espaço físico no qual ele escolhe para realizar seu trabalho, o que é altamente valorizado e considerado como um exercício de autonomia. O “potencial” de se tornar um empreendedor tornou-se, portanto, um atributo indispensável para manter um regime flexível que está intrinsecamente ligado à economia informacional. No caso do trabalho sexual plataformizado, essa dinâmica fica muito evidente como podemos perceber no relato a seguir que relaciona os ideais de liberdade e empreendedorismo à noção de flexibilidade:

Liberdade, se quero tirar férias tiro, meu sucesso depende exclusivamente de mim, já trabalhei em muitas coisas antes de entrar aqui, no escritório como vendedora, mesmo em uma empresa eu dependo de ela ter um marketing bom, produto em estoque, serviço financeiro etc., não depende só de mim. Liberdade de fazer o que quiser quando quiser, na hora que eu quiser, flexibilidade de horário e dia, trabalho e rotina acertados. Faço meu trabalho e meu público. Com tudo isso quebro muitos tabus, mostro a realidade para as pessoas, que precisa ser normalizado na sociedade, quebrar o preconceito. (Entrevista com a trabalhadora Paula, 2022).

Paula, uma trabalhadora sexual branca de 22 anos de idade, entende que o maior benefício de sua ocupação está relacionado a um ideal de “liberdade”. Em termos históricos analíticos, a fala da trabalhadora ilustra a consolidação dessas transformações econômicas e subjetivas que foram definidas por Boltanski e Chiapello (2009) como “o novo espírito do capitalismo”<sup>40</sup>, responsável por engajar os trabalhadores a ampliar os preceitos capitalistas por meio de legitimações de perspectivas que dão importância a informação como fonte de lucro e de maior produtividade. Esse “novo espírito” deve ser capaz de tirar proveito, interpretar e combinar conhecimentos, criando e colocando-os em circulação por meio da manipulação de símbolos que tragam inovação. A flexibilização aqui, tem a função de enfraquecer os dispositivos institucionais vistos como responsáveis por enrijecer as relações de trabalho característica do período anterior aos anos de 1990.

Especificamente no contexto brasileiro, a partir dos anos de 1990 esse processo teve uma guinada com o favorecimento da regulação privada que centralizou nas mãos do mercado os parâmetros a serem considerados na determinação das condições de trabalho e de sobrevivência (Krein, 2018). Os argumentos neoliberais utilizados para embasar essas políticas apontavam para uma suposta necessidade em flexibilizar as relações de trabalho como uma antídoto para o desemprego e a informalidade.

Tais argumentos levavam em conta que essa nova regulamentação das relações de trabalho estaria aliada as transformações tecnológicas contemporâneas. Segundo Krein (2018) a característica fundamental dessas políticas seria a de alocar o trabalhador numa condição de insegurança e vulnerabilidade em relação a renda e ao trabalho, sendo possível, diante dessa fragilidade, a sujeição a uma lógica concorrencial permanente com os demais indivíduos. Essa nova mentalidade seria, segundo os autores, uma resposta as demandas de autonomia e autenticidade extraídas nos anos de 1968. As reivindicações dos movimentos sociais naquela época acabaram incorporados pela lógica capitalista, onde o mercado e as empresas privadas apropriam-se de críticas atribuídas a eles enquanto uma estratégia para aumentar a produtividade por meio do engajamento subjetivo de cada trabalhador.

Nesse processo é que se constitui o tipo ideal de trabalhador onde se valoriza a capacidade de se adaptar a essas mudanças, transformando-os em “*empreendedores de si*”, capazes de se autogerir ajustando-se aos dinamismos organizacionais e informacionais que o mundo do

---

<sup>40</sup> Boltanski e Chiapello (2009) definem o que seria o primeiro espírito do capitalismo nos anos de 1960 onde havia uma autonomia em relação as esferas da vida (doméstica/privada e o trabalho), já no novo espírito, a autonomia é em relação aos meios burocráticos das relações, assim, procura-se mobilizar o desejo dos trabalhadores, no sentido de internalizar o trabalho enquanto vida.

trabalho engendrava. Essa nova mentalidade individual e empreendedora opera sobre a lógica do risco como fundamento nuclear para sua manutenção. Sennet (1999) demonstrou que a disposição em arriscar passou do domínio dos capitalistas de risco para uma necessidade a ser enfrentada diariamente pela massa de trabalhadores, alocando-os em um estado permanente de vulnerabilidade.

O “*empreendedorismo de si*” aparece como uma faceta da flexibilização das relações de trabalho que tem por função a auto responsabilização dos ganhos e das perdas vivenciadas pelos indivíduos no mundo do trabalho. Desta forma, o neoliberalismo torna-se um princípio de realidade subjetiva onde práticas discursivas são internalizadas como uma forma lógica para garantir a empregabilidade e ao mesmo tempo garantir uma “razão de governo”. Nasce aqui o “*neo sujeito*”, supostamente livre, discursivamente impelido a sentir-se liberto em um mundo onde o empreendedorismo pessoal será o meio para obter sucesso (Dardot & Laval, 2016), fatores e condições não tão novas ao pensarmos a realidade social do trabalho sexual.

O trabalho no regime flexível de acumulação, ao imperar sob a subjetividades de uma massa de trabalhadoras situadas na informalidade, passa a mediar, ambigualmente, uma suposta realização plena do ego - que traria emancipação e, ao mesmo tempo, torna-se fonte de sofrimento para aquelas que não conseguem se enquadrar nessa nova lógica e sentem-se fracassadas, sobressaindo a lógica da responsabilização, seja pelo êxito, seja pelo fracasso (Dejours, 2003).

No tocante a produção e comercialização de bens que acompanha tais processos subjetivos, o capitalismo passa a estimular a produção de bens renovados – criam-se serviços personalizados ao cliente, buscando a mobilização dos desejos pessoais em relações supostamente individualizadas, tendo em vista, assim, introduzir aquilo que seria “autêntico”, “único” e cotidiano na produção e nas experiências. Paradoxalmente, a ênfase na suposta autonomia dos trabalhadores é acompanhada de maior subordinação sob o respaldo da noção de empreendedorismo (Lima, 2010). A valorização imposta sob aqueles que de forma autônoma seriam capazes de se conduzir no mundo do trabalho, reinterpreta a condição do trabalho informal ao destacar o caráter inovador atrelado as predisposições individuais. Essa inovação pode ser percebida no discurso de algumas trabalhadoras entrevistadas como a introjeção desafiadora de uma lógica empresarial às práticas cotidianas e subjetivas.

Eu diria que em qualquer mercado, independentemente, [o desafio] é a inovação. Sou uma pessoa totalmente criteriosa, então, tem que trazer coisas novas, nunca fazer mais do mesmo. Às vezes, você já criou de tudo e se pergunta o que fazer agora de atrativo, porque os clientes

pedem muitas coisas novas. Gerou pack novo, tem conteúdo novo? Então, você tem que estar sempre inovando, fazendo alguma coisa diferente. É inovação, para qualquer empresa, pessoa ou marca conseguir inovar e sempre trazer algo diferente para o cliente se manter atraído por aquilo, gerando interesse. (Entrevista com a trabalhadora Mel, 2022).

O que a trabalhadora Mel, mulher negra de 29 anos de idade, nos apresenta é que na lógica da economia neoliberal informacional necessita-se de uma disciplinarização pessoal que será responsável pela formar diversos tipos de “empreendedores de si” que irão se diferenciar pelo grau de formalidade, necessidade e precariedade. Essas aparentes relações paradoxais configuram uma dupla faceta de um processo denominado “*engajamento subjetivo*” (Zarifian, 2002) que se constitui nas modalidades modernas das relações de trabalho e, ao mesmo tempo, configuram-se como cerne de controle, dominação e fonte de emancipação: é uma correlação de forças. Essa convergência implica em uma duração histórica ainda indeterminada entre as sociedades disciplinares e as de controle, com tensões, rompimentos e fissuras. A inserção das tecnologias digitais citadas anteriormente, seriam responsáveis por renovar os meios de obtenção dos resultados implicados no modelo disciplinar tradicional.

Miskolci (2021) utiliza-se do conceito de *inconsciente tecnológico* para salientar como o uso das tecnologias comunicacionais digitais passam a transformar a maneira pela qual os sujeitos percebem seus desejos, agência e experiências. O autor ainda postula que nesses espaços, por haver um apelo mercadológico muito grande, ocorre uma adesão neoliberal a esses conceitos de forma individualizante e competitiva. Nesse sentido, é importante precisar que o grupo de trabalhadoras que colaboraram com essa pesquisa compõem uma amostra muito específica, o que leva a uma percepção singular sobre esses processos. Como indicado em tópicos anteriores, as trabalhadoras situam-se em uma faixa etária jovem e possuem um nível de escolaridade relativamente alto, tendo em vista que mais da metade já passaram pelo ensino superior, tendo concluído ou não.

Essa caracterização é relevante para compreendermos como essas mudanças no mundo do trabalho de forma mais ampla já se encontravam consolidadas socialmente quando esse grupo de trabalhadoras passam a ingressar no mercado de trabalho. A trajetória de vida delas e principalmente sua entrada no mercado do sexo pode ser esquematicamente dividida em quatro grupos principais. Em primeiro lugar e com maior número de correspondentes, a entrada no mercado sexual se deu devido a experiências anteriores com trabalhador mal remunerados, em segundo lugar, a entrada se deu devido a uma percepção subjetiva das trabalhadoras de se

entenderem como “exibicionistas”, em terceiro lugar a entrada se deu devido a pandemia de *COVID-19* e em último lugar, devido a experiências anteriores com produtoras de filmes adultos. As duas últimas motivações se encontraram em alguns momentos relacionadas, pois a pandemia, por um lado, impulsionou um determinado grupo a ingressar nesse mercado devido a paralização das gravações de filmes e, por outro, levou algumas mulheres ao ingresso devido a perda de empregos no período pandêmico.

No grupo de trabalhadoras que situam sua motivação de ingresso no mercado sexual pautado no entendimento de que são “exibicionistas” é perceptível que a lógica dos mecanismos de controle que são acionados pelas plataformas digitais passam a operar mais pela tentação e manipulação dos desejos individuais do que pela simples e pura coerção. Nesse sentido as trabalhadoras possuem a sensação de livre arbítrio e sentem que não estão submetidas a uma força externa, afinal pensam que o controle vem do interno, aliando esse pensamento a preceitos que relacionam “prazer em ser vista”, “prazer em se exibir”, dentre outras categorias que associam um “desejo individual” a uma lógica de trabalho que mobiliza “o útil ao agradável”.

Comecei fazendo amizade com uma pessoa no *Twitter* que postava fotos do corpo não como trabalho, mas por querer. Eu falei que tinha interesse em começar a vender pack, porque sempre gostei de tirar foto do meu corpo e seria interessante para mim. Tinha um perfil onde seguia essas pessoas, uma comunidade legal. Aí essa menina me encorajou a criar um perfil no *Twitter* primeiro, não comecei vendendo, só mostrando fotos minhas quando eu queria e interagia com algumas sex workers, até que por incentivo de cliente pedindo, comecei a vender. Já deixava tudo mais bonitinho para vender mais, produzia conteúdo e foi virando uma coisa mais séria. É uma coisa bem moldável assim, fora que é um trabalho legal, você conversa com outras pessoas, praticamente trabalha transando [risos]. Acho que é mais isso, aumenta a autoestima. (Entrevista com a trabalhadora Barbara, 2022).

O relato de Bárbara, uma trabalhadora sexual branca de 22 anos de idade, nos traz uma percepção que é amplamente difundida pelas trabalhadoras entrevistadas, a associação entre a flexibilidade e uma maior autonomia em relação aos desejos individuais. Essa percepção estaria alinhada a uma forma de controle que produz um sujeito adequado a lógica de flexibilização das relações laborais e dos processos produtivos, na mesma medida em que viabiliza diferentes níveis de autonomia na execução e tomada de decisões no que concerne ao mundo do trabalho, fatores esses aprofundados quando pensamos em trabalhos mediados por plataformas digitais.

Essa lógica de flexibilização ocorrida no mundo do trabalho desde os anos de 1990 possibilitou a ascensão das “indústrias criativas”, setores nos quais a dimensão nuclear do negócio é a criatividade. Esses setores compreendem diversas atividades que envolvem desde o teatro, música, cinema, artes plásticas e demais performances (Bendassoli *et al*, 2009). Ainda, essas indústrias comumente aparecem associadas a retórica que acentua as exigências de originalidade e criatividade e exaltam o culto às rupturas, inovações e mudanças. Os símbolos e significados passam a prevalecer sobre o consumo de bens materiais e imateriais mantendo a premissa da produção feita sob medida (*on demand*).

Uma demanda que surge de tais industriais é a da reconstrução mercadológica do consumidor, pressupõe-se a existência de um regime econômico que mobilize as subjetividades e identidades do público-alvo. O consumidor passa a ser requerido como um agente ativo para geração de valor econômico e simbólico por meio das suas características identitárias pessoais. No caso dos trabalhos sexuais plataformizados, a produção de conteúdo sob medida ou, ainda, como nomeado pelo campo de pesquisa, *conteúdo personalizado*, é fundamental para construção de uma base sólida de clientes que participam ativamente dos processos de criação das trabalhadoras.

A procura por um serviço sexual que se baseia na construção personalizada de conteúdo encontra em seu núcleo um consumidor que está subjetivamente sendo acionado e o seu desejo sendo mobilizado por um perfil específico de trabalhadora. As trabalhadoras procuram, de forma geral, alinhar a percepção de seus desejos e prazeres pessoais aos desejos e demandas dos clientes.

Tem as coisas que eu gosto mais de fazer, eles gostam muito de comprar conteúdo personalizado, acompanhar outros perfis é muito importante, trocar informação com outras sex workers é muito importante. Construo e penso os roteiros [dos conteúdos] tendo isso em vista. Acompanho as alterações nas plataformas etc. Fazer uma pesquisa de campo é muito importante, precisa mostrar o que faz, precisa entrar num nicho, o retorno é muito maior. (Entrevista com a trabalhadora Carol, 2022)

A fala de Carol, uma trabalhadora sexual branca de 25 anos de idade, ilustra a necessidade de um alinhamento por parte das trabalhadoras a um nicho específico, ou seja, a uma parcela de mercado que englobe tanto a percepção individual de prazer quanto a mobilização subjetiva do desejo do outro. Esse alinhamento garante que as trabalhadoras percebam uma liberdade criativa em seus processos produtivos, bem como asseguram um rendimento financeiro maior. É importante considerarmos também que na economia informacional a flexibilização das relações de

trabalho e o setor da economia criativa se desenvolvem conjuntamente com o que Castells (2003) aponta como a “cultura da internet”.

A internet, assim como tecnologias anteriores, funcionou em seus primórdios como uma força propulsora da construção de uma nova economia, formada por novas logicas de produção e cálculo econômico. Esses processos tecnológicos contribuíram para a ascensão de um modelo de negócio em escala, flexível, interativo e que criaram marcas respaldados no controle da inovação, visando como resultado a customização de seus serviços e de seu público consumidor. Outro ponto muito importante a ser ressaltado é que os usuários passam a desempenhar um papel muito parecido com o dos consumidores das indústrias criativas, onde por meio dos usos e apropriações realizadas eles conduzem os rumos que a economia irá tomar e, ao mesmo tempo, concebem a maneira como a inovação será alcançada. A novidade é que ocorre um *feedback* em tempo real entre produtor e consumidor, o que coloca no cerne desses processos o nível da subjetividade dos atores envolvidos.

Em relação aos aspectos objetivos, os negócios contidos na economia de compartilhamento alteraram as formas de acumulação e geração de capital que envolvem todo o aparato tecnológico digital e se ergueram sob aspectos já elencados: o apelo a inovação e a supressão de direitos trabalhistas e/ou regulamentações, fatores que, quando pensamos especificamente no trabalho sexual, nunca foram vivenciados pelas trabalhadoras. De acordo com Slee (2017) os problemas inerentes a esse modelo de negócios residem principalmente na sua associação com o capital de risco. Para o autor, falar sobre economia de compartilhamento é falar sobre um modelo específico de negócio.

Aplicativos foram criados sob o pretexto da mediação entre indivíduos e relações, sendo as plataformas uma ferramenta essencial para contabilizar os comportamentos, por meio da geração de dados, tornando-se mais uma fonte de acumulação de capital. Em referência ao termo plataforma, podemos defini-lo de acordo com os estudos de Poell, Nieborg e Van Dijck (2019, p.3) como “infraestruturas digitais (re)programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementadores, organizadas por meio de coleta sistemática, processamento algorítmico, monetização e circulação de dados”.

Os estudos de plataforma surgem para compreender a relação entre digitalização e capitalismo, trabalho, tecnologia e formas sociais que se expandiram e se centralizaram nos últimos anos por meio de determinadas empresas. O modelo de negócios apropriado pelo gerenciamento de plataforma se refere apenas a maneira pela qual o valor econômico é criado e

capturado, e isso pode ser mensurado em termos de dinheiro, atenção, dados e avaliação do usuário, o que tem sido denominado como monetização (Van Dijck, 2018).

O surgimento de estudos de plataforma visa compreender a intrincada relação entre a digitalização em vários aspectos da sociedade, como capitalismo, trabalho, tecnologia e formas sociais. Nos últimos anos, certas empresas desempenharam um papel significativo na expansão e centralização dessas infraestruturas. Srnick (2016) enfatiza as empresas de plataforma como atores econômicos. No entanto, esse foco tende a obscurecer a complexa rede na qual as empresas e o capitalismo de plataforma se entrelaçam e transformaram sociedades em escala global e em níveis para além do econômico.

Além de um modo de produção, o capitalismo é também, crucialmente, um modo de reprodução social. Isso significa que, para entender o futuro do capitalismo neoliberal mediado por plataformas, também teremos que examinar como essas tecnologias reconfiguram o que Nancy Fraser (2014) chamou de “morada oculta de Marx”: a organização profundamente generificada, classista e racializada de cuidado e manutenção trabalho que permaneceu invisível na maioria das análises econômicas, devido à sua natureza amplamente informal, enquanto sustenta a força de trabalho e a acumulação de capital. (van Doorn, 2018 p. 106-107, tradução nossa)<sup>41</sup>

Posto isso, é interessante colocarmos em perspectiva a consideração que diz respeito a compreensão do papel que os governos nacionais desempenham na construção de políticas monetárias que estimulem o investimento em capital privado, conforme destacado por Niels Van Doorn (2018). O autor chama a atenção para o fato de que essas empresas desenvolveram um imenso potencial transformador, pois monetizam de forma instantânea ativos potenciais, resultando na disseminação de uma lógica de mercado baseada na racionalidade política atualizada do empreendedorismo. Consequentemente, isso levou à pulverização do espírito do capitalismo neoliberal em novos territórios. Nesse cenário, as plataformas não devem ser analiticamente isoladas em seu espectro econômico, pois sua atividade e funcionamento está imbricada em estruturas políticas, sociais e culturais que também se encontram interdependentes de estruturas globais.

---

<sup>41</sup> Beyond a mode of production capitalism is also, crucially, a mode of social reproduction. This means that to understand the future of neoliberal capitalism mediated by platforms we will also have to examine how these technologies reconfigure what Nancy Fraser (2014) has called “Marx’s hidden abode”: the deeply gendered, classed, and racialized organization of care and maintenance work that has remained invisible in most economic analyses, due to its largely informal nature, while it sustains labor power and capital accumulation.

Outros fatores que devem ser levados em consideração incluem, mas não estão limitados a natureza do trabalho em si, a posição legal que ela ocupa no âmbito dos espaços públicos e jurídicos, bem como sua posição social e histórica (van Doors; 2019). Os aspectos mencionados exercem uma profunda influência na compreensão e interpretação de certas categorias de trabalho que são precárias por natureza, sem reconhecimento formal e tradicionalmente desprovidas de qualquer tipo de estrutura regulatória, disposições estatutárias ou interesse substancial no discurso público. Consequentemente, torna-se imperativo situar e contextualizar essas formas específicas de trabalho dentro da estrutura mais ampla de seus contextos históricos e urbanos, avaliando assim até que ponto elas foram intensificadas, modificadas ou transformadas como resultado do advento e proliferação e introdução de várias plataformas em suas dinâmicas internas.

Van Doors (2019) lança luz para uma abordagem mais abrangente ao examinar o trabalho da plataforma, considerando a presença de economias, mercados e contextos distintos. Além disso, é importante levar em consideração fatores além dos econômicos que podem (co)determinar como e em que grau os trabalhadores da plataforma podem e estão inclinados a se organizar. Surge a questão de como podemos conceituar a organização de trabalhadores que, em sua maioria, realizam suas tarefas de forma isolada, sem o sentimento de pertencer a uma identidade profissional, pois adotam uma perspectiva empreendedora de si mesmos.

A expansão e centralização das plataformas trouxeram mudanças significativas na forma como os indivíduos interagem com as infraestruturas digitais. As plataformas têm a capacidade de moldar e personalizar interações, permitindo uma experiência mais customizada para usuários finais e complementadores. Por meio de coleta e circulação sistemática de dados, processamento algorítmico e monetização, as plataformas conseguiram facilitar e aprimorar essas interações.

Tais dispositivos operam sob a égide de um capitalismo digital plataformizado. É nesse espectro que há a mobilização de termos como economia de compartilhamento, capitalismo de plataforma, plataformização e uberização do trabalho para analisar diferentes facetas, ainda que interconectadas, sobre os efeitos desses processos nas relações sociais.

### 3.2 O Conceito de Plataformização

O fenômeno da plataformização foi originalmente definido por Van Dijck et al (2018) como o processo no qual plataformas digitais são inseridas em estruturas políticas e sociais e pelo qual setores inteiros passam por transformação como resultado da modelagem recíproca que ocorre nas relações digitalmente mediadas entre conectores e complementadores. Nesse processo, as plataformas remodelaram a maneira na qual as pessoas se conectam, consomem e produzem bens e serviços ao passo que constroem novas economias de valores e regimes normativos (van Doors, 2018).

Os autores propõem que o conceito de criação de valor público, considerado um bem comum, costuma ser propositalmente definido pelas empresas e plataformas de forma a mesclar-se com a criação de valor econômico. Essa “confusão” surge de uma fusão proposital de interesses públicos e privados, em que as empresas responsáveis por gerenciar e operar as plataformas frequentemente afirmam que seus serviços são benéficos para o público em geral, sem declarar explicitamente seus próprios interesses. Tal indefinição levanta questões sobre as verdadeiras motivações e intenções por trás de tais afirmações e convida a uma análise mais aprofundada da dinâmica subjacente aos discursos mobilizados pelas empresas.

Na verdade, tais alegações não são novidade: ao longo do século XX gigantes da mídia e empresas farmacêuticas se esconderam em um benefício público declarado quando se trata de informações ou serviços de saúde. As plataformas online adaptaram e expandiram esse argumento ao afirmar que podem substituir o papel que os governos e as comunidades desempenham ao auxiliar a auto-organização das pessoas online. (Van Dijck, et al, 2018; pag 23, tradução nossa)<sup>42</sup>

Ao considerar as cinco maiores plataformas de infraestrutura, comumente denominadas de “cinco grandes” (*Big Five*) - *Google, META, Amazon, Microsoft e Apple* (Jin, 2013), ou seja, aquelas que formam o núcleo central do ecossistema em que outras plataformas e aplicativos podem ser construídos, operam como manejadores, processadores e catalizadores de dados e ainda oferecem serviços que:

(...) incluem mecanismos de busca e navegadores, servidores de dados e computação em nuvem, e-mail e mensagens instantâneas, redes sociais, redes de publicidade, lojas de aplicativos, sistemas de pagamento,

---

<sup>42</sup> Indeed, such claims are nothing new: throughout the twentieth century, media giants and pharmaceutical companies have cloaked themselves in a declared public benefit when it comes to information or health services. Online platforms have adapted and expanded this argument by claiming they can substitute for the role that governments and communities play by assisting the self-organization of people online.

serviços de identificação, análise de dados, hospedagem de vídeo, serviços geoespaciais e de navegação e um crescente número de outros serviços (Van Dijck, et all, 2018, p. 12, tradução nossa)<sup>43</sup>

No monopólio desses serviços e mecanismos podemos perceber a maneira pela qual o raciocínio imperialista se torna cada vez mais sofisticado quando submetido a algoritmos, o que se manifesta na prevalência global das plataformas norte-americanas. Essas plataformas estabeleceram um ecossistema complexo que é caracterizado por uma arquitetura específica composta por um conjunto de normas e valores. Esse ecossistema se manifesta ainda mais por meio da formulação de políticas de uso de dados, algoritmos e modelos de negócios, que contribuem coletivamente para o funcionamento geral dessas plataformas e gera implicações para além de seus contextos locais de origem.

De acordo com Rodrigo Ochigame (2020) as plataformas ofuscam deliberadamente as ideologias imperiais e os modelos de negócios em virtude do fato de que os processos sociais e econômicos implícitos a elas foram transformados em algoritmos e em dados que nem mesmo são conhecidos pelos próprios usuários. Esse estado de coisas opera de maneira que está aberta a múltiplas interpretações, ao passo que é validado e desafiado por usuários e reguladores, gerando assim uma dinâmica contenciosa que engloba um choque entre sistemas ideológicos concorrentes.

Grosso modo, os estudos sobre o fenômeno da plataformização tem se debruçado principalmente em três dimensões principais. A dimensão inicial gira em torno da progressão da *infraestrutura* de dados, que é predominantemente compreendida no campo dos estudos de software. Dentro dessa dimensão específica, torna-se imperativo compreender o conceito de dataficação, que serve como uma ferramenta crucial para compreender como as plataformas digitais englobam dados e práticas que não podem ser totalmente quantificadas, dando origem à formação de metadados comportamentais. Essa dimensão se concentra principalmente no estabelecimento e aprimoramento das estruturas e sistemas subjacentes que facilitam o armazenamento, o processamento e a recuperação eficazes de dados. Ao capturar e quantificar interações complexas, os metadados comportamentais são formados, produzindo informações valiosas sobre os padrões e tendências subjacentes que moldam e governam os ecossistemas digitais.

---

<sup>43</sup> (...) include search engines and browsers, data servers, and cloud computing, email and instant messaging, social networking, advertising networks, app stores, pay systems, identification services, data analytics, video hosting, geospatial and navigation services, and a growing number of other services.

A segunda dimensão diz respeito ao domínio dos *mercados*, especificamente no campo dos estudos de negócios, que enfatiza a organização das relações econômicas de forma multilateral, em contraste com a natureza unilateral dos mercados antes da era digital. Com o advento das plataformas, surge uma nova responsabilidade de alterar a dinâmica previamente estabelecida, resultando na formação de mercados bilaterais ou redes multilaterais que abrangem uma gama maior de intermediários. Conseqüentemente, as mudanças que ocorreram não se limitaram apenas às modificações institucionais, mas também são influenciadas pelas ações e comportamentos dos usuários, bem como dos produtores de conteúdo e de outras partes interessadas.

Já a terceira dimensão, no entanto, diz respeito à gestão de um sistema que se estende além da esfera econômica, a chamada *governança*. Essa dimensão abrange as ações e interações dos usuários, que também são guiados pelas plataformas que utilizam. A interface gráfica das plataformas desempenha um papel crucial na definição da natureza das interações dos usuários entre si e com outros complementadores. Além disso, a classificação algorítmica empregada pelas plataformas serve para solidificar essa dinâmica. Ao gerenciar dados, certos serviços e conteúdos recebem maior visibilidade, enquanto outros são intencionalmente ofuscados. De acordo com Van Dijck (2013) o aspecto de governança da plataforma é evidente nos contratos, políticas de uso e termos de serviço em vigor. Embora atores externos possam ter alguma influência sobre essa dinâmica, as plataformas não oferecem informações concretas a respeito do manejo desses instrumentos (Poell, Nieborg & Van Dijck 2018).

Estudiosos do processo de plataformação tem argumentado que o ecossistema que envolve as plataformas está imbricado em paradoxos e ambivalências: pode ser compreendido como igualitário e hierárquico; corporativo, mas com aparência de servir a valores públicos, pode parecer neutro, mas sua arquitetura carrega um escopo próprio de valores e ideologias. Seus efeitos podem ser locais ao passo que possui impactos globais; pode discursar em nome de substituir os governos e empoderar os usuários, ao mesmo tempo que pensa realizar isso por meio de uma estrutura tecnológica altamente centralizada e da qual os usuários não têm acesso.

A entrada de plataformas digitais enquanto mediadores em vários ramos do mercado do sexo, evidencia a proliferação de diferentes formas de se realizar trabalho sexual, o que demonstra o impacto que as tecnologias exercem ao reformarem antigos sistemas de produção e distribuição de conteúdo sexual (Baars, 2011; McDonald, 2019). Com isso, um setor de trabalho que sempre foi precário, informal e marginalizado, pensando no contexto brasileiro, passa a ser parte

integrante da dinâmica plataformizada. Nesse sentido, caberia pensarmos analiticamente nos termos precarização e/ou uberização do trabalho sexual no contexto brasileiro?

### 3.3 Precarização e uberização

No Brasil, grande parte das pesquisas sobre o fenômeno da plataformização concentrou-se nos estudos sobre trabalhos formais, regulados pelo Estado, apoiado no entendimento de que as plataformas têm gerado precarização do trabalho (Abílio, 2017; Lima & Oliveira 2017). O conceito de uberização tem sido mobilizado para analisar como as plataformas têm desempenhado nos últimos anos um papel predominantemente regulador em relações laborais que eram anteriormente regulamentadas por instituições formais. O termo empresta o nome da plataforma *Uber* e é um dos exemplos empíricos a respeito do processo de plataformização.

A uberização pode ser entendida como uma forma de trabalho que se expande por meio de plataformas digitais (Antunes & Filgueiras, 2020). Em nível global, esse conceito demonstra a expansão da precarização da força de trabalho, por meio da negação de salários, direitos e garantias previamente acordados (Abílio, 2020). O argumento central do processo de uberização é a perda de formas estáveis de gestão, direitos e regulamentações.

Muito além de exprimir um compartilhamento supostamente livre e cooperado entre indivíduos, tal modelo de negócios tem formado grandes corporações que são regidas por algoritmos, como a *Uber* e o *Airbnb* por exemplo e inclui aqui a *MindGeek*<sup>44</sup>, o *Only Fans* e as plataformas de *camming*. De acordo com Antunes e Filgueiras (2020), os novos modos de organização do trabalho associados à utilização de tecnologias da informação e comunicação (TIC) resultaram em um campo propício para que corporações se posicionem no mercado como plataformas ou aplicativos, o que, em realidade, conota diversas táticas para gerenciar empregos e mão de obra negando a condição de remuneração que são inerentes às relações que elas estabelecem.

As tecnologias tornam-se nesse processo uma ferramenta que amplia e intensifica a negação da relação de trabalho. Para o autor, a uberização é um fenômeno inerente a expansão das plataformas digitais, pois essa tecnologia opera em seu funcionamento a individualização do

---

<sup>44</sup> *MindGeek* é uma empresa privada canadense fundada em 2004 que tem como foco a pornografia digital. Legalmente ela é registrada em Luxemburgo, um paraíso fiscal e conta com algumas sedes em outros países europeus e estadunidenses. Hoje a *MindGeek* possui e opera muitos sites pornográficos bem populares como o *PornHub*, *RedTube*, *YouPorn* e possui algumas produtoras de filmes adultos como a *Brazzers*, *Digital Palyground*, *Men.com*, entre outros.

trabalho e dos trabalhadores ao passo em que se apresenta enquanto um facilitador/mediador do trabalho que implica sua existência.

Nas grandes plataformas de *camming* e venda de conteúdo a estratégia empregada por essas empresas é negar a condição de empregador, pois é uma condição fundamental para aumentar seu domínio sobre o trabalho e, ao mesmo tempo em que expandem a exploração e a subjugação, camuflando-se sob o pretexto de maior autonomia das trabalhadoras. O ato de se recusar a ser empregador se manifesta como um meio de supervisionar e regular o trabalho, e esse fenômeno é um processo histórico que vem se consolidando a alguns anos. A experiência de Mariah, uma trabalhadora sexual parda de 21 anos de idade que que a época da entrevista estava finalizando o ensino superior, ilustra muito bem a dinâmica da negação de empregador.

Se parar para ler todas as cláusulas, eles usam termos que, para mim, que me considero letrada, mudam toda a impressão que dá. É tipo displicente, a pessoa pensa que é negligente, depois descobre que é outra coisa. O termo não deveria estar ali ou é uma galera que também não leu o contrato. Inclusive, os sites de *camming* tem esse problema de tratar como uma funcionária na hora de punir, mas na hora de pedir comprovante para o imposto de renda com facilidade, falam que não, você que se vire sozinha.

Aconteceu esse mês. Minha mãe é contadora e o Camera Prive se refere à modelo realmente como contratante, mas quando se trata de entregar as regras do site, tem que estar lá. Eles tratam como funcionária, você tem que obedecer, seguir, não pode infringir regras. Tipo assim, lá tem muito cara que gosta de *Golden Shower*, mijo é fetiche proibido. Teve mulheres banidas por fazerem *live* e escapar xixi, ou *live* no banho, quando faz xixi, essas coisas. Eles exigem comportamento de funcionária, se ficar muito tempo sem logar mandam mensagens, vários e-mails “nós percebemos que você não está muito online, está perdendo tantos reais por hora”. Quando você volta, eles exigem de você como uma funcionária, mas quando chega abril e você pede comprovantes de transferência para poder fazer uma tabela, falam que não podem, pois são empresa contratada. Ficam com 50%, é como você contrata uma empresa que faz tecidos e 50% da roupa que você cobra não vai para essa empresa de tecidos, vai tipo 10% ou é prédio comercial onde se aluga sala vazia. Quem compra câmera, computador, tudo é você. Na hora de tratar como funcionária, eles te tratam como bicho. (Entrevista com a trabalhadora Mariah, 2022)

O relato de Mariah retrata a negação de condição de trabalho que é atravessada pela denominação das empresas serem “mediadores tecnológicos” o que também propicia que operem enquanto um “recurso” que visa mostrar certa “neutralidade” a respeito da técnica algorítmica que foi empregada na intermediação entre oferta e demanda desse mercado. No entanto, como demonstrado por (Gillespie, *The Relevance of Algorithms*, 2013), a programação do algoritmo é diretamente influenciada pela ação humana e, nessa ação, devemos reconhecer

que há um modelo ideológico presente que serve a interesses específicos e a relações sociais desiguais.

Outro ponto importante da noção de plataformização do trabalho é o sistema de reputação. Essa regulação algorítmica passa a substituir as normas de proteção ao consumidor por meio da classificação via “estrelas”. O sistema de classificação deixa nebulosa a relação entre a nota atribuída pelo cliente ao serviço e a real qualidade do que foi oferecido. De acordo com Slee (2017), a introdução desses mecanismos automáticos na mediação do trabalho seria uma das formas mais agressivas do capitalismo, pois se apoia na desregulação, na flexibilização de leis trabalhistas, gerando novas formas de consumo exacerbado e cria uma onda de trabalho precarizados. A separação entre risco e recompensa, faz com que o primeiro seja repassado aos fornecedores de serviço e consumidores na forma do sistema de classificação/reputação, e o segundo, aos donos da plataforma e capitalistas de risco que erguem suas fortunas. A formação de uma economia sob demanda gera acumulação privada ao mesmo tempo em que constrói novas formas de exploração do trabalho, subsumidas por algoritmos.

Outro fator importante destacado por Slee (2017), é que no contexto dessa economia informacional, as primeiras classificações a respeito de um serviço irão influenciar o comportamento posterior dos clientes. O que para o autor é algo falho no que concerne a distinção entre os serviços de alta ou baixa qualidade. Desta forma, a nota atribuída torna-se um sistema de vigilância para a empresa plataforma ao passo que fornece um mecanismo que reitera relações disciplinares. A economia do compartilhamento, inserida em uma agenda de mercado informacional, se utiliza de ideias consideradas progressistas para construir fortunas privadas, além de fornecerem novos mecanismos de consumo sob a égide da precarização e da desigualdade.

Para definirmos o que seria o trabalhador uberizado temos de ter em vista que em algum momento esse trabalhador contou com direito e proteções para o exercício de sua função. É a desposse desses direitos, conjuntamente a submissão de um trabalho sob demanda, o que foi definido por Abilio (2017) como trabalhador *just in time*, que faz com que o gerenciamento de trabalho passe a ser operado pelo próprio trabalhador o que, para a autora, não configura uma relação de autonomia, mas sim do que ela denomina como *autogerenciamento subordinado* (Abilio, 2020).

Deste modo para compreendermos o fenômeno da plataformização em termos de trabalho e economia, temos que situar a uberização como um componente/relação que é resultado de um continuum histórico das disputas em torno da fragilização dos direitos

trabalhistas. A emergência de novos arranjos produtivos, por meio de tecnologias e adoção de plataformas apenas reforçaram um arranjo neoliberal já existente que necessita de uma concentração e monopolização de capital.

O que a pesquisa sobre a plataformização do mundo do trabalho no Brasil quer destacar é uma generalização em nível global de elementos estruturantes do modo de vida periférico que se consubstanciam na gestão da sobrevivência (Abílio, Amorim, & Grohmann, 2021). Por outro lado, as especificidades históricas do Brasil, principalmente em termos de informalidade e direitos trabalhistas, complexificam análises que coloquem apenas a chave do trabalho e do econômico no centro do debate sobre a plataformização. Existem desafios postos para pensarmos determinadas formas de trabalho, como o trabalho sexual, em termos de uberização e precarização, pois existem condições precedentes que já estruturaram esse mercado de forma precária e informal.

Ainda que nos últimos anos termos como *“uberização do trabalho sexual”*, *uberização do sexo* e *“uberização da pornografia”* tenham sido acionados de forma recorrente por veículos midiáticos (Declercq, 2020; Machado, Alvim, 2019), a discussão aqui proposta sugere que a adoção desse conceito para analisar as transformações no mercado do sexo (Piscitelli, 2011) e especificamente no trabalho sexual devem ser no mínimo, ponderadas e contextualizadas.

A caracterização legal do trabalho sexual difere em contextos nacionais, dependendo das perspectivas sociais que operam em cada país. De modo geral e de forma bem resumida atualmente existem cinco formas de caracterização do trabalho sexual (Smith & Mac, 2020). A primeira é a “criminalização total”, onde vender, comprar e envolver terceiros é ilegal, esse modelo é encontrado na maior parte dos EUA, no Quênia, China, Servia e Afeganistão. A segunda é a “criminalização parcial”, onde vender e comprar serviços sexuais é parcialmente restrito, mas o envolvimento de terceiros é totalmente ilegal. Esse modelo é encontrado na Inglaterra, Escócia, Finlândia e Polónia. O terceiro refere-se ao chamado “modelo nórdico” onde a venda de serviços sexuais é indiretamente criminalizada pela ilegalidade atribuída a compra e ao envolvimento de terceiros, esse modelo é encontrado na Suécia, Irlanda, Irlanda do Norte, França, Israel e Canadá.

O quarto refere-se ao modelo de “legalização”, onde comprar, vender e o envolvimento de terceiros é legal dado que se enquadre em circunstâncias específicas que são reguladas pelo Estado, esse é o modelo que ocorre na Holanda, Alemanha, Nevada (EUA), Bolívia e Bangladesh. Já o quinto e último modelo, refere-se à “descriminalização” onde a venda, compra e o envolvimento de terceiros de forma “não exploratória” são totalmente descriminalizados.

Atualmente esse modelo é encontrado na Bélgica, Nova Zelândia e em alguns territórios da Austrália<sup>45</sup>.

De acordo com Rodrigues (2009), no início dos anos 2000, a partir da discussão sobre a nova Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), ocorreu a incorporação das pautas de movimentos sociais que têm defendido ativamente os direitos das trabalhadoras sexuais desde a década de 1980. O envolvimento de várias associações e movimentos desempenhou um papel fundamental na formação do discurso em torno desse tópico e, por fim, levou à inclusão do trabalho sexual enquanto uma ocupação legítima, oficialmente aprovada em 2002. Como um documento de padronização abrangente, o CBO serve como um recurso para definir várias ocupações e fornece descrições detalhadas dos profissionais e de suas atividades correspondentes. Especificamente, o trabalho sexual recebeu o código 5198-05 dentro da CBO, acompanhado pelo título “Profissional do sexo”.

Ainda que o reconhecimento tenha um papel significativo na validação e aceitação da indústria do trabalho sexual, deve-se notar que o CBO serve apenas a um propósito de categorização e classificação das ocupações, e não é, de fato um mecanismo que prevê a regulação e a criação de políticas efetivas para essa parcela de trabalhadores. Além disso, é crucial destacar que a maior importância deste documento em particular é o de enfatizar e reiterar o ponto de vista e as perspectivas dos movimentos que defendem os direitos e inclusão das profissionais do sexo em uma agenda pública. Esses movimentos afirmam a necessidade de abordar esse assunto dentro da estrutura mais ampla da cidadania, bem como da legislação trabalhista e da proteção geral dos direitos fundamentais. No Brasil tivemos o projeto que ficou conhecida como PL “Gabriela Leite<sup>46</sup>” e que visava regulamentar a prostituição para reduzir os riscos que os profissionais do sexo enfrentam no exercício de suas atividades<sup>47</sup>.

---

<sup>45</sup> A caracterização desses modelos e seus impactos para as trabalhadoras sexuais estão disponíveis de forma didática na página da organização *DecrimNow* no X <<https://x.com/ukdecrimnow/status/1727028606277484612?t=M8Pa9RuqxUeRYMQQqCrAVQ&s=08>>. Acesso em agosto de 2024.

<sup>46</sup> Gabriela Leite (22 de abril de 1951 — 10 de outubro de 2013) foi uma socióloga formada pela Universidade de São Paulo (USP) que teve uma extensa história de engajamento no trabalho sexual. Ela atuou como prostituta na Boca do Lixo, uma área caracterizada por sua associação com o trabalho sexual, situada na região central de São Paulo. Posteriormente Gabriela atuou na Vila Mimosas, reconhecida como uma das zonas de prostituição mais proeminentes na cidade do Rio de Janeiro. Durante a década de 1980, ela fez a transição para Belo Horizonte, Minas Gerais. Gabriela Leite fundou a ONG Davida — uma organização com o objetivo de defender os direitos de cidadania das trabalhadoras sexuais, dismantelar os estereótipos predominantes, promover políticas públicas relevantes para esse grupo, garantir o reconhecimento legal da profissão e buscar melhores condições de trabalho e qualidade de vida, entre várias outras iniciativas. Essa organização, baseada em estruturas teóricas desenvolvidas por Gabriela, postula que a prostituição não deve ser interpretada apenas como uma consequência de opções limitadas para mulheres que enfrentam a pobreza. A organização se envolve ativamente em iniciativas relacionadas à educação,

Com isso, a falta de regulações que de fato legissem no contexto brasileiro com relação à indústria do sexo nos fornece uma visão valiosa sobre um aspecto importante que precisa ser considerado ao examinar os vários modelos que surgem do processo de plataformização do trabalho sexual em diferentes contextos. Ao situar o contexto histórico e urbano preciso dentro do qual existe o domínio do trabalho sexual, revela-se a dinâmica inerente a um tipo de trabalho que historicamente foi caracterizado por sua precariedade e informalidade, ao mesmo tempo em que é desconsiderado como trabalho legítimo e carece de um preciso marco regulatório e estrutura legal. Essa abordagem permite ampliar a análise a respeito de como os mecanismos internos do mercado sexual podem ser intensificados, alterados e revitalizados por meio do processo de plataformização.

Embora debatido por estudiosos do Brasil em várias perspectivas analíticas (Piscitelli, 2005, 2016; Blanchette & Silva, 2018; Prada, 2018), uma formulação abrangente de políticas públicas destinadas a abordar a questão da marginalização e vulnerabilidade das profissionais do sexo e integrá-las ao discurso público enquanto trabalhadoras legítimas ainda é muito difusa e não foi implementada a nível político e social. Devido às circunstâncias históricas prevaletentes, a prática de trabalho sexual na sociedade brasileira tem sido consistentemente associada a riscos significativos e à falta de precauções de segurança. É importante observar que esse padrão de insegurança persistiu ao longo da história.

As trabalhadoras sexuais, jamais obtiveram alguma garantia institucional e muito menos o reconhecimento de sua identidade enquanto trabalhadoras, desta forma, percebemos que há um abismo entre a sua condição de precariedade laboral histórica e um possível reconhecimento de serem sujeito de direitos. Entretanto, a entrada da mediação tecnológica e digital vem sendo percebida pelas trabalhadoras enquanto uma arena de disputa e reconhecimento, o que podemos associar a formação de subjetividade forjada pelas novas percepções a respeito das mudanças ocorridas no mundo do trabalho de forma mais ampla.

---

saúde, comunicação e cultura. Seu lema é Prostituição, Direitos Civis, Saúde. Além disso, vale ressaltar que Gabriela também liderou a Rede Latino-Caribenha de Profissionais do Sexo (Retrasex). Ela fundou marca Daspu, criada por profissionais do sexo e cuja nomenclatura serve como uma referência provocativa a um dos maiores estabelecimentos de varejo de luxo do Brasil. Gabriela Leite contribuiu significativamente para a orquestração de esforços voltados ao combate à epidemia de AIDS no Brasil. No final da década de 1980, ela foi convidada a participar da iniciativa nacional de prevenção do HIV PREVINA, com um foco particular em profissionais do sexo e usuários de drogas.

<sup>47</sup> A integra do projeto está disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551899>>. Acesso em agosto de 2024.

Historicamente realizar trabalho sexual no Brasil sempre foi arriscado e inseguro. Além disso atuar no mercado do sexo pressupõe em sua condição enquanto campo de trabalho a consolidação das trabalhadoras enquanto indivíduos autônomos e dependentes de mediadores diversos (Piscitelli, 2016). Antes da mediação digital, as profissionais do sexo tinham duas possibilidades principais para realizar seu trabalho: como prostitutas/acompanhantes de forma independente, em ruas ou mesmo em suas próprias casas, e em boates, onde pagam uma taxa para utilização do espaço, pela "suposta" segurança que esses locais lhes ofereceriam e, ainda, ofertando uma porcentagem dos lucros dos serviços prestados. Nesse sentido, a migração para países com alguma regulamentação institucionalizada passou a ser um horizonte a ser alcançado, pois muitas profissionais do sexo entendem que ir para um local que conte com alguma regulamentação desse mercado pode ser mais seguro (Augustin, 2008; Piscitelli, 2011).

Por outro lado, a indústria pornô tradicional brasileira, assim como na prostituição, nunca foi regulamentada, e as atrizes envolvidas nessa forma de trabalho possuem vínculos informais com as produtoras de filmes. Se por um lado as trabalhadoras são pagas apenas por uma cena, a produtora lucrava infinitamente com a distribuição do conteúdo (Díaz-Benítez, 2010). Posto essas duas considerações principais, é imperativo que a entrada de plataformas digitais nesse mercado serviu para ampliar a lógica de funcionamento desses trabalhos marcados historicamente pelas condições apresentadas anteriormente, essa ampliação também pode ser percebido pelo relato de algumas trabalhadoras, no que diz respeito as noções de segurança e vulnerabilidade, como pontuado pela trabalhadora Mirela, mulher branca de 29 anos de idade.

[As plataformas] são essenciais, para muitas modelos, ajudou a tirar produtoras, o modelo abusivo da indústria pornográfica, a maioria das trabalhadoras sexuais que fazem seu próprio conteúdo acabam combatendo esse lado abusivo, sem contar que o ganho que é quase 100%. O twitter é meu aliado nisso, uso como alavanca para atrair novos clientes. A indústria tradicional ainda é muito ligada ao padrão estéticos e as mídias são mais representativas, abordam mais opções. O papel das plataformas é a segurança, consigo dividir a vida pessoal da profissional, há um distanciamento, não me sinto vulnerável, na plataforma conduzo a situação da forma que eu quero. (Entrevista com a trabalhadora Mirela, 2021)

Ainda que a mediação tecnológica ofereça, por um lado, uma segurança física para as trabalhadoras e tendo em vista que o local de trabalho é, em sua grande maioria, dentro das casas, isso distancia as entrevistadas de uma sensação de vulnerabilidade. Por outro lado, há uma outra percepção de que as plataformas podem ser exploradoras em algumas situações, o que é visto de forma equilibrada pela trabalhadora Louise, mulher branca de 23 anos de idade.

Não digo que sou tão grata e satisfeita pelas plataformas, pois elas às vezes são muito ruins, muitas vezes têm um papel explorador, mas sem essa via não estaria fazendo isso. Hoje tenho estado satisfeita com o retorno, pois me oferecem um suporte que vale a divisão do dinheiro, é mais seguro. A mediação da cobrança e das outras funções seria mais um trabalho para mim, o gerenciamento. A plataforma já faz todo o trabalho para você, porém tem a porcentagem deles. (Entrevista com a trabalhadora Louise, 2022)

Historicamente, a mediação, intermediação e informalidade já eram elementos estruturantes dos mercados sexuais, mas o que vemos agora é que além da mediação da relação e serviços as plataformas passam a desempenhar um papel mediador entre pagamento e processadores (Easterbrook-Smith, 2022). A noção de empreendedorismo de si (Dardot & Laval, 2016) e do sujeito empresa (Bregantin, 2020) também aparece de forma atualizada com a introdução dessas tecnologias.

Ao evocar e disseminar o ideal do empreendedorismo, este modelo de negócios plataformizado tenta vender a possibilidade de emancipação e de solução de problemas sociais anteriores, questão bem evidente no caso dos direitos das trabalhadoras sexuais e da própria concepção de trabalho envolvida nessa atividade. Como apontado anteriormente, em nosso campo de pesquisa as trabalhadoras pontuam a mediação digital como uma ferramenta que proporciona um maior controle sobre a dinâmica do serviço sexual a ser realizado e ainda, o que também foi observado pela pesquisa realizada por Caminhas (2023):

Por meio desse controle, elas podem se concentrar em seus objetivos pessoais e profissionais, gerenciando todos os processos que estão no entorno da venda de conteúdo e performances. Os discursos sobre autonomia vistos até aqui pontuam a possibilidade de manusear as plataformas conforme as aspirações e disposições individuais das trabalhadoras, tomando-as como infraestruturas personalizáveis e maleáveis a empreendimentos pessoais. (Caminhas, 2023. Pp11)

As trabalhadoras sexuais entrevistadas percebem a plataformização do trabalho sexual como uma mudança que trouxe segurança e melhores condições de trabalho. De certa forma, elas circunscrevem suas atividades em um espaço que podem regular, em contraste com a situação histórica anterior. Ainda, a plataformização do trabalho sexual vem desempenhando no contexto brasileiro um papel preponderante quando pensamos na chave da visibilidade e da articulação que as trabalhadoras sexuais vêm, historicamente, em uma tentativa de insurgir das margens e serem incluídas no debate público enquanto um assunto de interesse.

A internet tem exercido papel fundamental para a articulação de atividades e troca de ideias entre as trabalhadoras sexuais brasileiras, nesse momento que nós temos chamado de uma segunda onda do movimento de prostitutas brasileiro. É através da internet e plataformas sociais que temos conseguido crescer em número de ativistas, por conta da facilidade de diálogo com as mulheres ao redor do mundo. É financeiramente viável nos reunirmos por *hangouts* ou mesmo *WhatsApp*, e assim podemos decidir os rumos e estratégias de nossas ações. O efeito disso é que hoje temos muitos nomes, muitas de nós produzindo conteúdo e se destacando na luta por direitos, construindo um ativismo pulsante e politicamente bem embasado, um pouco diferente do que tínhamos até bem pouco tempo atrás, em que apenas a voz de Gabriela Leite podia ecoar pelo país. (Prada, 2018)

Ainda, como apontado por Jones (2020) o que diferencia os trabalhos sexuais plataformizados dos demais trabalhos pertencentes a *gig economy*, é que essa indústria não requer o sacrifício do prazer. Para a autora as trabalhadoras que buscam obter mais visibilidade e maiores rendimentos precisam promover prazer para os outros, mas, principalmente, para si mesmas<sup>48</sup>. A experiência do trabalho plataformizado, em termos de segurança das trabalhadoras sexuais seria o que contribuiu de forma ativa na experiência do prazer ser a dinâmica essencial desse tipo de trabalho. Ainda que a economia informacional opere pela manipulação do desejo, o capitalismo ainda requer o sacrifício do prazer. Por esse motivo compreender a dinâmica de um trabalho que tem o prazer como o centro de sua execução é algo essencial para os estudos sobre trabalho de forma mais ampla.

Por outro lado, de acordo com Caminhas (2023) ao se pensar no trabalho sexual mediado por plataformas a questão da precariedade deve ser balizada levando em conta o caráter ambíguo que ela assume. A autora que desenvolve sua análise tendo como pano de fundo as plataformas brasileiras de *camming*, demonstra como as mesmas centralizam as infraestruturas financeiras e técnicas, fato que coloca as trabalhadoras como dependentes desses espaços, mas nessa mesma dinâmica as empresas necessitam garantir a segurança financeira para manter a perspectiva que são lugares que oferecem segurança pessoal, o que pudemos ilustrar por meio dos relatos apresentados anteriormente pelas trabalhadoras Mirela e Louise. Por outro lado, o processo produtivo, venda e elaboração das dinâmicas laborais são coordenadas pelas trabalhadoras, o que leva a descentralização da gestão do trabalho. A ambivalência se apresentaria na maneira pela qual esse mercado processa conjuntamente a dependência da intermediação da plataforma e por outro lado, certa formalização e emancipação da gestão do trabalho.

---

<sup>48</sup> Essa discussão será aprofundada no tópico 4.3 – Subjetividade, Corporificação (embodiment) e desejo.

As perspectivas apontadas pelas trabalhadoras sexuais entrevistadas demonstram que esforços analíticos são necessários para a ampliação de novas concepções que não se encerram apenas no campo dos estudos de trabalho e da economia, dada a ambivalência que esse fenômeno assume. Embora as trabalhadoras sexuais reconheçam que seu trabalho gera lucro progressivo para as empresas que administram as plataformas, elas constroem estratégias cotidianas<sup>49</sup> buscando agenciar uma subjetividade desejante associada à percepção de segurança que esses espaços as oferecem (Beakley, 2014; Jones, 2016, 2020).

A compreensão sobre os usos, táticas e práticas (Miller & Horst, 2015, Miller et al., 2019; Facioli & Padilha, 2020) que certos grupos sociais historicamente subalternizados utilizam ao construir uma narrativa e um sentimento de pertencimento (Gonçalves, 2020) é de suma importância para equilibrar a análise do fenômeno. Essas práticas reorganizam os imaginários sociais e a subjetividade dos atores envolvidos, pois constroem elementos técnicos nos quais incorporam nos usos das plataformas as referências culturais historicamente determinadas.

A ampliação de nosso escopo interpretativo ao propormos uma inflexão das definições que encerram a discussão do trabalho sexual digital na conceptualização dos processos de precarização e uberização insere o fenômeno da plataformização do trabalho sexual em uma rede social e cultural mais ampla (Poell, Nieborg, van Dijck 2019), considerando que o trabalho sexual continua mobilizando pânico e empreendimento morais (Becker, 2008) ao incorporar novas formas sociotécnicas ao seu funcionamento. Ainda a interpretação sobre os usos, percepções e estratégias empregadas por trabalhadoras sexuais a respeito do fenômeno da plataformização, de forma mais ampla, nos atentam a não cairmos na retórica do “esvaziamento dos sujeitos sociais”, e ao determinismo tecnológico, pois os atores envolvidos não se configuram nesses espaços como meros produtos (inativos) da relação de poder que os constroem por meio do desejo (Miskolci, 2017).

A dimensão subjetiva importa para nossa análise pois ao mesmo tempo que produz esses usos também está sendo produzida por meio dele e, ainda, extrapolam as funcionalidades que foram pensadas para plataformas específicas, engendrando conexões mais amplas a respeito das relações de poder, questões de gênero e sexualidade. Como discutido por Angela Jones (2020) a “subjetividade importa” pois amplia as análises que partem de pressupostos que buscam entender o que o neoliberalismo faz com as pessoas, contudo, perdem de vista o que as pessoas estão fazendo com o neoliberalismo. Para analisarmos como as trabalhadoras estão lidando com o

---

<sup>49</sup> Essa discussão será apresentada no tópico 5 - Desplataformização.

neoliberalismo precisamos compreender que estamos diante de contextos e relações multifacetadas em que incorporamos, corporificamos e inserimos múltiplas instrumentalidades das redes e do digital no cotidiano, modificando em várias esferas sociais de nossa vida a maneira como concebemos, sentimos, vivemos e nos dispersamos nesses contextos relacionais (Hine, 2015).

A respeito da incorporação subjetiva dos repertórios disponíveis no digital, Larissa Pelúcio (2022) chama atenção para o que ela define como formas de (não) sociabilidade, propondo a reflexão sobre a constituição subjetivas múltiplas que perpassam os ideais neoliberais de autonomia e autogestão que se assentam na fluidez de relações precarizadas. Ainda que autora desenvolva o conceito de *uberização do amor*, termo que estamos tentando nos distanciar pelas razões analíticas já expostas, é interessante a sua colocação a respeito da subjetificação das relações contemporâneas atravessadas pelas tecnologias:

As relações erótico-amorosas uberizadas exigem competências emocionais múltiplas e disponibilidade para se lançar no mercado dos afetos como empreendedoras/es que deveriam saber administrar seus sentimentos e potencializar suas habilidades emocionais. (Pelúcio, 2022, p. 206)

O que nos cabe da reflexão proposta pela pesquisadora é o reconhecimento da necessidade de acionamento de lógicas de organização e racionalização do tempo, nos quais os atores visam um melhor retorno e investimento possível dentro de um mercado de afetos que se desenham nos espaços digitais. O acúmulo de capital sexual capitalizaria as experiências de sucesso onde há necessidade de desenvolver habilidades emocionais. Uma das habilidades necessárias seria a de fomentar processos reflexivos que corroborem com a ideia da primazia do indivíduo autônomo. Outro ponto de intersecção com a nossa proposta é a percepção de que as plataformas apenas intensificam um sistema de exploração histórico que é alicerçado em desigualdade de gênero e na mobilização do discurso de liberdade e autonomia individual.

Os contextos digitais tendem a criar permanências e/ou aprofundamentos a respeito de moralidades e regimes normativos exatamente porque estabelecem ao mesmo tempo rupturas, conexões e continuidade com outros contextos que já se encontram estruturados socialmente para além dos contextos digitais. A nossa chave interpretativa sobre o fenômeno da plataformização do trabalho sexual baseia-se na maneira pela qual os sujeitos contemporâneos lidam e operam a intersecção entre tecnologias, sexualidade e trabalho, evidenciando a

preponderância do desejo, do prazer e da subjetividade como um elo de negociação entre o indivíduo e a sociedade.

Tenho flexibilidade de horário. Eu que controlo, recebo diretamente, tem só a porcentagem da plataforma, mas eles me dão segurança e suporte. Faço o que gosto, trabalho com minha imagem. Meu corpo é minha fonte de renda, tenho popularidade. Posso ser como eu sou, sempre vai ter uma clientela, posso ser eu fisicamente e sobre minha personalidade. Consigo tirar um tempo para mim, pra pensar, fazer minhas coisas, em empregos formais isso é muito mais difícil, não tem tempo pra nada. Antes eu não conseguia ter um lazer no sábado, hoje posso. Tudo depende da sua necessidade, a vantagem de ser trabalhadora sexual [em plataformas] é você ter seu tempo, ser você mesma, fazer do seu jeito, ter sua personalidade. (Entrevista com a trabalhadora Luma, 2021)

A fala da trabalhadora sexual Luma, mulher branca de 24 anos de idade, evidencia a maneira pela qual a confluência entre trabalho, colocada em termos de *flexibilidade e tempo livre*, a sexualidade, expressa em termos de *imagem, físico, “ser voce mesma”, personalidade*, e a tecnologia, apontada no nível da *plataforma e suporte*, operam em um terreno em percebe-se que o desejo não precisa ser sacrificado. A subjetividade e agência é posicionada pela trabalhadora acima das condições materiais e objetivas que delineiam o funcionamento da plataforma de trabalho, ou seja, são apontados benefícios a níveis do subjetivo em detrimento da concretude do aparato tecnológico.

Nesse sentido, partindo de um contexto nacional específico em que o trabalho sexual não é e nunca foi regulamentado, propomos analisar a plataformização do trabalho sexual como um processo mais amplo de produção cultural, socialmente construído. Dessa forma, consideramos aspectos para além do econômico e do trabalho, pois ao nos determos apenas uma parte desse fenômeno, nossa capacidade de compreender a dinâmica que as plataformas instituem em diferentes aspectos da vida social e os agenciamentos possíveis ficam reduzidas (McDonald, 2019). A percepção a respeito das ambiguidades e ambivalências que esse fenômeno assume nos fornece elementos importantes para compreender como certos grupos historicamente marginalizados, como as trabalhadoras sexuais, se apropriaram de determinadas tecnologias digitais e constroem estratégias dinâmicas que as possibilitam um trânsito e ação dentro desses espaços.

Ainda, existem disputas tendo em vista a maneira com que as plataformas são pensadas, construídas e inscritas em algoritmos ao carregarem uma forma esperada para que os usuários

interajam com essa interface. Entretanto há uma fricção entre o que foi pensado pelos criadores e reguladores e a forma de interação realizada pelos usuários. Essa fricção se constitui em um campo fértil para apreender e analisar o fenômeno da plataformização, principalmente tendo em vista o trabalho sexual.

## 4. PORNOGRAFIA E TECNOLOGIAS

### 4.1 Pioneirismo tecnológico

A partir do final do século XX a sociedade contemporânea passou por uma grande transformação da chamada cultura material apoiado em novos mecanismos de um paradigma tecnológico que se organizava em torno da tecnologia da informação - um conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação, telecomunicações/rádiodifusão, optoeletrônica e engenharia genética. Ocorre uma convergência com a ordem precedente que gerou novos espaços de vida devido às novas formas de organização social (Castells; 2003).

Essas transformações tecnológicas em plataformas digitais modificaram a organização da estrutura social, conseqüentemente a organização psicológica e subjetiva dos sujeitos sociais reverberando também em mudanças nas categorias de análise social, pois os estilos de agir e de ser dos indivíduos em sociedade se alteraram. Esse tipo de economia penetrou no universo do mercado sexual, assumindo no contexto brasileiro uma ligação direta com a natureza precária de tal atividade, acompanhando as mudanças geradas pela plataformização e automação na produção, distribuição e consumo de serviços.

De acordo com Nicolaci da Costa (2002), houve uma ruptura provocada pela Revolução Tecnológica principalmente por nova forma de organização de uma sociedade em rede. Esse fenômeno requer a operação de novas leituras sobre a subjetividade que focalizem novos referenciais e não aqueles tradicionais, que podem já ter perdido seu poder explicativo frente às novas questões colocadas ao sujeito em rede. Os usuários, antes apenas consumidores e receptores de conteúdos isolados, passam a ser criadores, produtores e emissores ao se conectarem entre si. As novas tecnologias digitais são altamente individualizantes, onde os valores midiáticos permitem, moldam e negociam relações sociais. Como analisado por Miskolci (2016 p. 286) “De expectadores da mídia de massa, as mídias digitais alçam seus usuários a protagonistas de suas próprias vidas”.

Ainda, segundo o autor, desde 1995 com a disseminação da internet comercial, adentramos em uma realidade social em que as relações mediadas por plataformas comunicacionais em rede ganham centralidade na vida de um número cada vez maior de pessoas. Consolidou-se um processo sociotécnico em que as relações sociais passam a ser crescentemente criadas, mantidas e aprofundadas por meio do uso de equipamentos para a comunicação em rede,

um *contínuo on/off-line*. O mercado sexual tem sido historicamente pioneiro na adoção de novas tecnologias e geralmente é o primeiro seguimento a experimentar as consequências das modificações nas infraestruturas e, mais atualmente, nas políticas da Internet (Blunt & Stardust, Automating whorephobia: sex, technology and the violence of deplatforming, 2021).

Na íntima relação entre tecnologias e mercado do sexo, o mercado de consumo tem um impacto direto na formação de convenções que envolvem as definições daquilo que é visto como pornográfico e/ou erótico. A internet passa a ser uma mídia central para a disseminação dessas convenções, ampliando não somente interações relacionais como dotando de legitimidade certas práticas sexuais vistas até então como estigmatizadas, ao passo que tais deslocamentos ao romperem com algumas fronteiras, recriam novas hierarquias (Piscitelli, 2009).

Neste contexto, as definições que envolvem a pornografia assim como a sua produção foram influenciadas por essas novas formas de fabricação de conteúdo, assim como é possível perceber o seu aumento, suas possibilidades de produção, comercialização e interação. Segundo Parreiras (2012), trata-se não somente de avanços tecnológicos, melhoria na qualidade das imagens e sons, mas as formas alternativas de criação, onde qualquer pessoa pode se um “produtor(a) pornográfico” em potencial. A sobreposição entre tecnológica, mercado do sexo e entretenimento confere certa visibilidade a práticas e perspectivas que passam a se constituir enquanto nichos específicos de consumo.

Com isso, percebe-se um crescimento na produção dos chamados “vídeos amadores”, o surgimento de vários sites com interação via *webcam*, concomitantemente ao fortalecimento de gêneros alternativos em relação à produção anterior como por exemplo, “o *altporn*, o *kink* (pornografia BDSM<sup>50</sup> e fetichista) e a pornografia feminista” (Parreiras, 2012; p. 202). Nesse novo cenário de mudanças tecnológicas e em adição aos dispositivos pornográficos, é possível pensar sociologicamente como as sexualidades e o desejo são representados nestes segmentos alternativos do pornô, assim como potencialmente esta realidade é geradora de novas convenções e categorias pornográficas, criando até mesmo novas formas de inteligibilidade, regimes, agenciamentos e novas formas de trabalho.

A despeito disso, tais tendências passam a operar menos em termos de encerramento ou superação de representações, e mais como “fases” ou “momentos” em que há continuidades e rupturas com as formas representacionais anteriores, o que cria, em termos metodológicos,

---

<sup>50</sup> “BDSM” é um acrônimo para a expressão “Bondage, Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo e Masoquismo”, referentes a práticas sexuais.

períodos históricos capazes de remontar questões sociais e políticas mais amplas, bem como em relação às negociações e regulações de gênero e sexualidade. Segundo Sibilía (2016) a experiência subjetiva contemporânea mediada é marcada pelo anseio de visibilidade, sendo a internet um espaço privilegiado de criação e recriação do “eu” em torno do corpo. A partir da massificação da internet, foi possível perceber como o eu público e o eu privado tem suas fronteiras desestabilizadas, reconfigurando-se juntamente a noção de intimidade. A autora reforça como essas novas tecnologias contribuem para a auto estilização das imagens dos sujeitos, fundamentada em padrões midiáticos de performance. Para Van Dijck (2016), essa *cultura da conectividade* evoluiu como parte integrante de uma transformação histórica maior, caracterizada, segundo a autora, pela renovação dos limites entre domínios públicos, privados e corporativos.

Seguindo essa perspectiva podemos salientar as mudanças que as tecnologias digitais provocaram nas maneiras de se relacionar desde o início dos anos de 1990, modificando, em grande medida, as representações que envolvem sexo, pornografia, erotismo e o trabalho sexual como um todo. Parreiras (2012) discute o crescimento da segmentação do mercado pornográfico neste contexto, sendo a internet apontada como um espaço relacional povoado por subgêneros e nichos cada vez mais específicos. Uma vez que ela se encontra em constante transformação, resultando em uma multiplicidade de gêneros pornográficos se constituindo, dificulta o estabelecimento de fronteiras que delimitariam a pornografia de outras formas de representação do sexo e do desejo.

Mobilizamos o termo *netporn* (Paasonen, 2010; Sibilía, 2014) para situar como novas formas de produção de conteúdo sexual foram facilitados pelas tecnologias digitais, relacionadas às novas maneiras de interagir no ambiente digital. Por conseguinte, os sites que estabelecem essa lógica da *netporn* combinam ao mesmo tempo consumo e a noção de “comunidade” ao promover o entendimento de que é uma construção colaborativa. Assim, de acordo com Parreiras (2017, p.24) “A internet não é apenas a maior aliada para a produção de vídeos, imagens e a consequente construção de um nicho específico de pornografia. Ela também é utilizada como modo de agregar pessoas, estabelecer relações, compartilhar fatos cotidianos, realizar publicidade de produtos.”

Para cada período histórico o mercado do sexo absorveu os desenvolvimentos tecnológicos de forma específica. As tecnologias digitais como um mediador e produtor de novas formas de trabalho sexual opera uma recomposição nas definições e percepções as respeito das práticas e dos atores envolvidos. Os significados construídos e acionados apoiam-se tanto na materialidade da tecnologia enquanto trabalho, como na subjetividade que é forjada por esses

aparatos. Ainda que as definições continuem a funcionar como um delimitador de fronteiras, essas tornaram-se cada vez mais porosas e estrategicamente mobilizadas.

## 4.2 Novos significados, contingências e fluxos

Historicamente as definições que envolvem o que é pornográfico, erótico e obsceno é provida de inúmeras disputas históricas e revelam valorações morais ao serem atribuídas em diferentes contextos (Moraes, 2003; Galvão e Vieira, 2014). Como aponta Leite Junior (2006; 2012) a pornografia pode estar tanto em produções escritas, musicais, audiovisuais e demais formas, desde que voltadas para um mercado próprio que tem como objetivo central a acumulação de lucro econômico por meio do efeito excitação em seu público consumidor. Como fenômeno social é um produto do mercado, uma categoria definida socialmente que só é validada a medida em que a sociedade a classifica, tendo em vista que individualmente toda e qualquer coisa pode causar excitação e ter um efeito obsceno. De acordo com o autor

[...] classificar determinadas obras como pornografia diz muito menos sobre as obras em si do que sobre os valores de quem faz esse julgamento. As produções chamadas de pornográficas são então comumente consideradas como aquilo que transforma o sexo em produto de consumo, estando ligadas etimologicamente ao mundo da prostituição e visando a excitação “desregrada” dos sentidos e apetites sexuais, sendo essas características (reais ou não) vistas como degradantes e/ou nocivas. É nesse sentido que obras dos mais variados períodos históricos, da Antiguidade ao início do século XXI, passando pela Idade Média, Renascimento e Iluminismo, e mesmo produções de outras culturas serão classificadas como “pornográficas”, tais como os livros do Marquês de Sade ou desenhos japoneses do século XVI. Dentro dessa concepção valorativa, aquilo que não é considerado uma expressão legítima da sexualidade, ou seja, aquilo que choca ou contraria os valores – afetivos, religiosos, filosóficos e, principalmente, estéticos – de quem faz tal julgamento, é enquadrado dentro da classificação minorizante de pornografia. Essa concepção, utilizada para classificar representações da sexualidade vistas como inferiores e perigosas socialmente, vai se manter atuante até os dias do hoje. (Leite Jr, 2011, p 104)

Ao pensarmos sobre a transmissão ao vivo e a venda de conteúdo sexual surgem inúmeras questões a respeito de qual tipo de trabalho sexual é oferecido, termos como prostituição online, exibição performática sexual e pornografia são acionados de forma difusa e

em diferentes contextos. Delimitar fronteiras visando separar e definir novas formas de trabalhos sexuais demandam que analisemos as relações de trabalho e a maneira como o trabalho sexual é entendido em nossa sociedade, inclusive pelas próprias plataformas. A delimitação sobre a maneira como as trabalhadoras definem seu trabalho e sua atuação aparece ainda enquanto uma disputa no interior do mercado sexual. Algumas trabalhadoras atuantes no mercado tentam se afastar da noção e do estigma da prostituição atribuindo a sua atividade apenas enquanto performática, outras afirmam que estão prestando um serviço sexual de forma mediada.

O CP colocava em sua página inicial a mensagem de “sexo ao vivo na *webcam*”, entretanto a plataforma alterou para “mulheres ao vivo na *webcam*”<sup>51</sup>. Essa alteração não ocorreu de forma aleatória, mas corresponde a uma demanda de reposicionamento das empresas que necessitaram alterar nomenclaturas para se adequar às novas regras de uso e a políticas internacionais relacionadas a conteúdos sexuais de forma mais ampla<sup>52</sup>

Percebemos que as trabalhadoras que atuam online com serviços sexuais definem sua atividade ora como pornográfica – tendo em vista a exibição de sexo explícito, ora como erótica. Entretanto cabe ressaltar que a definição “erótica” muitas vezes tende a se afastar do estigma socialmente atribuído a esses trabalhos quando definidos enquanto pornográfico. No seio da autodefinição dos trabalhos no mercado sexual existem disputas morais e que envolvem diversos marcadores sociais como classe, etnia, sexualidade, escolaridade e que muito se assemelha as questões discutidas em torno da prostituição.

Ademais, as trabalhadoras situam-se em um lugar muito atual no desenvolvimento da indústria adulta, desafiando assim, categorizações anteriores e, portanto, devem ser compreendidas e analisadas tendo em vista suas especificidades e usos contextuais (Beakley, 2014). Essas especificidades as levam a definir a sua profissão acionando códigos e termos que as situam em um momento histórico muito específico em que a tecnologia tem um peso central nessas concepções. A pergunta sobre como definiam sua profissão era feita logo em seguida de relatarmos sua trajetória educacional e de vida, o que as levavam a definir sua profissão de acordo com a área de formação educacional e também de acordo com outros trabalhos informais que exercem além daqueles situados no mercado sexual.

---

<sup>51</sup> A página inicial da plataforma CP já coloca a seleção de mulheres ao vivo, entretanto é possível alterar para as opções “homens ao vivo”, “transex ao vivo”, “homens ao vivo” e “transboys ao vivo”.

<sup>52</sup> Essa discussão será aprofundada no capítulo sobre a deplataformização.

Por outro lado, após relatarem seu ingresso no mercado do sexo, era perguntado sobre como definiam a sua atuação, o que as levavam a assumir identidades de trabalho relacionadas ao mercado sexual, como podemos observar nas nuvens de palavras abaixo.

**Figura 6.** Definição da profissão das trabalhadoras entrevistadas. Nuvem de palavras gerada pelo software NVivo



FONTE: CRISTIANE DE MELO, 2024.

**Figura 7.** Definição de atuação das trabalhadoras entrevistadas. Nuvem de palavras gerada pelo software NVivo.



FONTE: CRISTIANE DE MELO, 2024.

As duas nuvens de palavra nos trazem uma definição em comum e que se sobressai nas falas das entrevistadas, a definição, seja de sua “profissão” e/ou “atuação” nos termos de *sex workers*, ou seja, trabalhadoras sexuais. O uso do termo “trabalhadora sexual/*sex worker*” decorre do anseio de ser reconhecido como parte de um movimento global que visa estabelecer uma identidade de trabalho distinta dentro do campo do trabalho sexual. Além disso, esse termo serve como uma categoria abrangente que inclui uma ampla gama de atividades, desde a transmissão ao vivo até a criação e distribuição de conteúdo explícito. É importante ressaltar que essa categoria reformula os rótulos tradicionais e permite que os indivíduos operem independentemente das convenções existentes no mercado sexual.

Um fato interessante é que algumas entrevistadas apontaram definir de forma estratégica a profissão que exercem. Devido ao estigma em torno dos trabalhos e serviços sexuais as trabalhadoras tendem a mobilizar diferentes identidades profissionais de acordo com o ambiente em que estão. Posto isso, independente das definições que acionam “*pornografia*”, atividade “*erótica*”, “*adulta*” ou “*prostituição*”, o mercado sexual das obscenidades que envolvem os trabalhos sexuais foi alterado profundamente com o uso das tecnologias, inclusive no que diz respeito a essas definições, agora com fronteiras ainda mais dispersas.

Variando entre diferentes autodefinições que vão desde as performances explícitas e gráficas até as mais sutis e artísticas, o mercado sexual passou por transformações significativas devido à influência dos avanços tecnológicos (Baars, 2011). Essas mudanças não afetaram apenas as práticas em si, mas também levaram ao surgimento de definições cada vez mais difusas dentro desse mercado. Ao ser perguntadas sobre como definem sua profissão, as entrevistas acionaram termos distintos, mas que navegam desde a área de formação profissional, chegando até as atividades que geram renda de forma mais ampla. De maneira geral, relatam que trazer termos como *autônoma*, *empreendedora* ou *modelo alternativa* geralmente tem o efeito de evitar questionamentos invasivos a respeito de suas vidas. Mariah relata que não se vê como uma empreendedora, pois, de acordo com suas próprias palavras:

Eu sou autônoma, acho que a gente esvaziou demais a palavra empreendedora, a ponto de achar que Elon Musk, Bill Gates, e Steve Jobs são empreendedores. Mas são empresários [...]

Eu prefiro autônoma, nos colocar no mesmo pote que empresários é perigoso porque a gente perde de vista a nossa classe e o nosso lugar no mundo. (Entrevista com a trabalhadora Mariah, 2022)

Ainda que uma única definição de profissão seja razoavelmente difícil em um mercado que se altera cotidianamente, há uma preocupação compartilhada entre as trabalhadoras sobre estarem exercendo uma função onde não há um respaldo burocrático que orientem a sua trajetória profissional. Barbara, relata a sua preocupação durante a entrevista:

Na real, estou procurando uma coisa mais na minha área, porque querendo ou não, a produção de conteúdo geralmente gera dinheiro alto e fácil, mas não preenche meu currículo, então futuramente quero parar de trabalhar com isso. No meu CV está como se eu estivesse parado de trabalhar com 18 anos. Está gerando dinheiro, mantenho minha casa, mas e aí? Por isso que até dei uma desanimada. Estava focando mais em procurar trabalho na minha área, não que eu não vá trabalhar mais com produção de conteúdo, mas ter isso em paralelo. Tipo, enquanto estou trabalhando com uma coisa que posso estar ganhando menos, mas

preenche meu currículo profissionalmente, posso em paralelo trabalhar com produção de conteúdo que me gera um dinheiro mais alto e fácil, sabe? Não dá para colocar lá 200 horas trabalhadas no Câmera Prive. Não tem nem o que falar, tipo, um trabalho online. Isso que é foda. Comecei a perceber que parei 4 anos assim, imagine se eu parar 10. Quando for procurar um trampo, é tipo 10 anos parada sem trabalhar. A parte do currículo, que não acrescenta nada profissionalmente e, se futuramente eu quiser trabalhar com a profissão que estou cursando na faculdade, tem uma lacuna em branco. Quanto mais tempo eu conseguir ganhar dinheiro, quanto mais dinheiro eu estiver ganhando, maior a lacuna no currículo. (Entrevista Barbara, 2022)

A preocupação de Barbara demonstra que o mercado ainda que se mostre muito atrativo para as trabalhadoras, não oferece garantias concretas que possibilitem um planejamento de vida adequado. Para além da lacuna em termos de tempo de trabalho, as trabalhadoras evitam publicizar suas atividades devido a discriminação bancária, na saúde e demais espaços de acesso a garantias sociais. Ainda que os ganhos sejam satisfatórios, a contratação de um empréstimo por exemplo é vista como algo dificultoso pois a atividade não é vista como trabalho e não há documentos oficiais que comprovem o fluxo de renda e origem da mesma. Tendo isso em vista, a trabalhadora sexual Pamela, mulher branca de 31 anos de idade, relata ter aberto uma empresa em seu nome para ter um CNPJ, pagando 60% do que recebe em conta, pró-labore e INSS. De acordo com Pamela, a falta de regulação do mercado e a dificuldade de aceitação da profissão leva muitas trabalhadoras a negligenciarem a questão dos impostos e benefícios de trabalho que de forma privada, podem acumular.

Por outro lado, durante as entrevistas, após me informar como definiam sua profissão e/ou atuação, era perguntado sobre os serviços que ofereciam nas plataformas. Um ponto de relevância é que a definição dos serviços que são oferecidos/realizados pelas trabalhadoras tende a mobilizar termos que estão relacionados tanto ao ambiente digital quanto ao presencial.

**Figura 8.** Definição dos serviços oferecidos/realizados pelas trabalhadoras entrevistadas. Nuvem de palavra gerada pelo software NVivo.



Como podemos observar na nuvem acima, em termos de serviços as definições giram em torno de uma gama de funções que incluem atividades que ocorrem também de forma presencial e outros que são diretamente resultantes da plataforma do trabalho sexual, como as chamadas de vídeo e as *lives*. Em pesquisa recente, Caminhas (2021) demonstrou que as diferentes nomenclaturas e definições acionadas pelas *camgirls* que colaboraram com sua pesquisa, buscavam definir as suas atividades em contraste e oposição a qualquer caracterização que as relacione ou as confunda com a prostituição/atividades presenciais.

Todavia, em nosso campo de pesquisa essa afirmação não é percebida de forma incisiva, uma vez que a autodefinição enquanto trabalhadora sexual afirma um caráter de identificação com outras trabalhadoras que atuam nas mais diversas frentes dos trabalhos sexuais. A trabalhadora sexual Sassa, mulher parda de 27 anos de idade, define que pela sua percepção os trabalhos sexuais plataformizados estão mais próximos de uma “*variação de pornografia*” do que da prostituição. De acordo com sua concepção a prostituição exige uma dinâmica presencial, o toque físico direto, o que difere por exemplo da pornografia que sempre necessitou de uma mediação tecnológica.

Por meio do funcionamento e dinâmica das plataformas e da estruturação discursiva operada pelas trabalhadoras a respeito das suas atividades percebemos a proliferação de novos léxicos relacionados ao trabalho sexual, novas formas de agenciamentos possíveis e um intenso trânsito entre a demarcação de fronteiras que situam diferentes atividades no ramo do mercado do sexo. Não tivemos como objetivo fixar se tais atividades se configurariam como uma nova forma de prostituição ou de pornografia. Afinal, estratégias de distinções são acionadas pelas trabalhadoras a todo instante, como exemplificado acima. Isso pode ser analisado como uma consequência da onipresença dos dispositivos midiáticos digitais em nosso cotidiano que rearranjam novas configurações e definições. Há ainda uma popularização de expressões de sexualidades que favorece a diversificação e pluralidade do mercado sexual.

Diante dos distintos acionamentos captados no campo e pesquisa percebemos que o mercado sexual inserido em uma economia informacional é multifacetado, as práticas sexuais passam a se desenvolver na conexão direta com os dispositivos que de suporte, tornam-se substratos. Ocorre também uma ampliação da oferta de serviços “*autênticos*” e sob demanda sob a ótica da privatização do consumo sexual. Para as trabalhadoras ampliou-se a oportunidade de atuação, havendo espaço para pessoas “*amadoras*” e “*comuns*” adentrarem ao trabalho sexual, sem necessariamente serem reconhecidos.

Como já mencionado, pesquisas afirmam que houve uma migração de pessoas que trabalhavam no mercado do sexo presencial para as plataformas, ou que alternavam entre as atividades *on-offline* (Brouwers e Herrmann 2020; Berg 2021; Callander et al. 2022). No início da pesquisa algumas trabalhadoras me afirmaram terem saído de atividades presenciais tanto por questão de segurança quanto por situações apontadas como abusivas, seja pelos clientes ou por produtoras. Outras que se iniciaram já no contexto digital me informaram que não conseguiriam ou temiam por atividades presenciais. Como havia o acompanhamento das redes e perfis dessas trabalhadoras, pudemos perceber mudanças, pois algumas passaram a oferecer serviços presenciais para pessoas que já consumiam seus conteúdos a algum tempo e que dessa forma passavam uma confiabilidade para as elas. A possibilidade de desempenhar a função mediada por um dispositivo intensifica a circulações de trabalhadores sexuais entre diversos ramos como também a navegação entre um circuito *on-offline*.

Trabalhei (para produtor pornô) como câmera por 6 meses, em janeiro de 2020 fui mandada embora do emprego e decidi começar a trabalhar como atriz. Abri meu canal, comecei a divulgar pelo twitter e fazer parceria com outras garotas. Com o *camming* foi tudo meio que junto, abri meu canal no xvideos e no CP. Quando comecei a trabalhar como atriz procurei algumas boates pra trabalhar, e quando comecei a bombar nos sites as boates passaram e me chamar pra shows. (Entrevista com a trabalhadora Fer, 2022)

Quando entrei para o pornô eu estourei no *camming*, meu maior público veio do pornô, logo entrou a pandemia. (Entrevista com a trabalhadora Paula, 2022)

Os relatos de Fer, uma trabalhadora sexual branca de 21 anos de idade e de Paula, uma trabalhadora branca de 22 anos de idade, dentre outros obtidos nas entrevistas, ilustram o fluxo que ocorre dentro e fora das plataformas. Trabalhadoras que já eram conhecidas no meio do pornô passam a ingressar nas plataformas já com uma base de seguidores que veem no digital uma possibilidade de proximidade com elas. Já as que obtiveram uma maior visibilidade no contexto dos trabalhos plataformizados encontram a possibilidade de obter um maior rendimento e alçar um outro nicho de clientela atuando também em produtoras e exercendo outros trabalhos presenciais. Ainda que no digital as relações aconteçam mediadas por uma tecnologia específica, existe a possibilidade e o entendimento do contato sexual, mesmo que

remoto, deixando porosa a separação muitas vezes acionada a respeito da distinção entre sexo “*real*” e “*virtual*”<sup>53</sup>.

O que podemos destacar é que diversos fenômenos contextuais implicam na definição dos significados acionados sobre a atuação dos trabalhos sexuais inseridos no capitalismo de plataforma, inclusive as possibilidades de agenciamentos e visibilidades mobilizados pelas trabalhadoras envolvidas neste mercado. Pelos dados coletados em campo não é pertinente demarcar uma suposta fronteira que separaria os campos do “*sexo real e virtual*” e da “*experiência erótica*”, uma vez que essa separação não passa de uma idealização que se encontra imbricada em disputas políticas, simbólicas e morais.

Por outro lado, os trabalhos sexuais plataformizado para além de alargar as definições e significados presentes no mercado sexual, passou a ser movimentado pelas trabalhadoras como uma possibilidade de exploração e de acesso ao conhecimento sobre o próprio corpo, sexualidade e desejos. No próximo tópico procuraremos trazer como as noções de *diferença*, *controle*, *desejo* e *agência* são percebidos pelas trabalhadoras como inerentemente atravessados pelo modo de trabalho que é propiciado pelas plataformas digitais.

### 4.3 Subjetividade, Corporificação (embodiment) e desejo

Como mulher, eu sempre fui objetificada. A única diferença é que agora eu lucro com isso. (Entrevista com a trabalhadora Mariah, 2022)

Estou conscientemente me objetificando e me remunerando com isso, então está sendo um custo-benefício. Claro que tem várias questões. Acredito que a partir do momento em que a objetificação sair da cabeça de todas as pessoas no sentido de corpos nus serem naturalizados, porque são só corpos, esse mercado vai cair exponencialmente. As pessoas pagam por algo que acham proibido, porque é gostoso e lindo. Quando tem alguém interessado com desejo, vai ter do outro lado alguém aproveitando aquela fatia do bolo do mercado para usufruir. Então, tem uma retaliação que acho desnecessária no sentido: alguém está me obrigando a fazer isso? Não. O primeiro princípio do feminismo é a mulher fazer o que quiser, então se eu quero expor meu corpo, vender esse material, é uma coisa que quero fazer. (Entrevista com a trabalhadora Mel, 2022)

---

<sup>53</sup> Essa possível separação já vem sendo objeto de crítica e de reformulações, pois o termo virtual daria uma falsa impressão de que o virtual é menos real e, portanto, seria menos importante. Empiricamente isso não se sustenta, afinal pensar o “virtual” é pensar sobre uma nova forma de realidade, com uma estrutura e lógica específica (Miller & Horst, 2015; Miller & Slater, 2004).

As falas de Mariah, trabalhadora sexual parda de 22 anos de idade e de Mel, trabalhadora sexual negra de 29 anos de idade, ilustram uma problemática que vem se desenrolando desde os movimentos sociais de luta por emancipação política e social dos anos 60: a subordinação e objetificação feminina, ainda que questionado seu caráter natural, foi historicamente colocada como uma experiência universalmente atribuída. Pensada na vertente da divisão sexual do trabalho, a opressão sexual teria em seu núcleo principal a fundamentação da propriedade privada (Engels, 2020), ainda que outras vertentes apontassem que mesmo em sociedades socialistas a opressão contra mulheres se mantinha, o que seria explicado pela associação entre patriarcado e capitalismo. Já o feminismo radical via a opressão no papel reprodutivo da mulher, onde havia uma ênfase no biológico, o que conferia um caráter essencialista para essas concepções (Piscitelli, 2002)

De acordo com Butler (2018) é pela prática da performatividade que o discurso produz os efeitos dos quais ele nomeia, dessa forma, as normas regulatórias visam assegurar o funcionamento de uma hegemonia, por meio da regulação da sexualidade dentro do domínio reprodutivo. Em termos analíticos, a desnaturalização desses sistemas de dominação e produção de diferenças foi, de acordo com Piscitelli (2002), fundamental para alargar o escopo de pesquisas sobre gênero que não fosse centrada em uma noção cristalizada sobre o “ser mulher”.

Uma nova elaboração da categoria mulher se mostrou um esforço analítico fundamental para irromper com diversos essencialismos que colocavam os sujeitos sociais em posições estáticas, e a noção de gênero passa a operar enquanto uma alternativa ao conceito de patriarcado. Autoras como Gayle Rubin (2003), Donna Haraway (1988) e Judith Butler (2018) buscaram em seus estudos eliminar qualquer tipo de essencialismo e naturalizações buscando a elaboração do conceito de gênero de forma não se limitasse em uma base compreendida como identitária. Historicamente podemos observar a recorrência da interpretação de que mulheres envolvidas nos mais diversos ramos do mercado do sexo estariam em uma situação de vulnerabilidade, violência, e exploração, sendo a representação máxima da noção de objetificação.

Essas interpretações corroboram com discursos que retiram a agência das pessoas envolvidas nesses trabalhos e operam em uma base monolítica que enxerga nas práticas sexuais uma maneira de subordinação feminina. Rubin (2003) já pontuava em suas análises que a compreensão de práticas vistas como menos valorizadas e em alguns contextos e até proibidas seria uma tentativa de transpor as fronteiras existentes entre aquilo que é legitimado, aceito e naturalizado. Assim, pelo fato de que a comercialização de serviços sexuais, independentemente

de seu substrato e mediação, não é sancionado em seu caráter moral, há nessas relações a possibilidade de contestação de normas de gênero e sexualidade das quais podem ser um palco frutífero para a construção de novas identidades coletivas.

Dentro dos estudos sobre pornografia e digital essa temática surge enquanto uma demanda específica e pode ser compreendida dentro do nicho mercadológico da pornografia denominado *altporn* (Parreiras, 2012). O *altporn* é definido como uma representação particular da pornografia que prioriza corpos com ênfase em diferenças corporais como por exemplo modificações como tatuagens e *piercings*, além do protagonismo de mulheres nessas produções. As cenas e performances privilegiam, grosso modo, uma estética fetichista, *queer*, o BDSM e o uso de “brinquedos sexuais” (Parreiras, 2017). No seio do pornô alternativo está a pretensão de se diferenciar das convenções estéticas e corpóreas da pornografia *mainstream*<sup>54</sup> assim como mobilizar a categoria mulher de forma com que sejam considerados seus desejos e preferências sexuais diversas. Isso é refletido tanto em aspectos políticos para as mulheres envolvidas como também produzindo ressonâncias carnavais, ou seja, em modos de interação corpóreas com/nos consumidores (Paasonen, 2011).

Algumas representações, como o *altporn*, procuram transgredir os limites estabelecidos entre essas “diferenças” que se encontram naturalizadas nas principais produções presentes na indústria pornográfica convencional. A emergência de uma multiplicidade de corpos e estéticas e consequentemente das relações definidas enquanto sexuais passam a atuar contra alguns regimes normativos que se constroem em torno da definição do “normal” e do “anormal” e que imperam sob a posicionalidade de mulheres no mercado sexual.

A definição do caráter “alternativo” nessas produções deve ser entendida em relação ao pornô tradicional que está ligado a uma corporalidade e feminilidade entendida como padrão. De acordo com Parreiras (2012) o *altporn* opera a partir de um *script* e convenções próprias a essa estética representativa, porém, seu pano de fundo visa mostrar práticas, fetiches, desejos e corpos que normalmente não aparecem no pornô *mainstream*. Outro ponto levantado pela autora diz respeito à reduzida participação de homens nas cenas e fotos assim como a preponderância de mulheres na produção e direção dos roteiros. A questão da primazia de mulheres no controle da produção do próprio conteúdo, bem como nos limites impostos sobre as performances realizadas é algo manifesto e característico dos trabalhos e dos discursos que acompanhamos durante o

---

<sup>54</sup> Leite Junior (2014) define como pornografia *mainstream* aquela que representa a prática sexual entre um corpo masculinizado e apresentado como “ativo” que irá penetrar um outro corpo, feminilizado e visto como “passivo”, sejam em produções tanto hétero quanto homossexuais.

desenvolvimento da pesquisa, ainda que esses limites também sejam balizados pelos interesses do público-alvo.

Você não pode fazer nada que desagrade, mas tem que estar disposto a fazer coisas diferentes do esperado para vender. Sou lésbica e faço conteúdo para homem, começa por aí. Já fiz conteúdo para outros homens para vender, pura e simplesmente. Não foi horroroso, eu me dispus a fazer isso. Não foi algo que eu faria na minha vida pessoal, mas me senti ok fazendo, a pessoa foi ok, foi tranquilo. Então, para mim, é um pouco de cada. É necessário que eu esteja tranquila com o que estou fazendo, principalmente nessa questão, as pessoas consomem muito vídeo de masturbação, é a coisa que mais consomem. Você ficar fingindo, mexendo no seu genital sem vontade, é a coisa mais desconfortável do mundo. Isso eu não faço. Então, é necessário ter um limite para as coisas que você não quer fazer, mas também é necessário fazer coisas que você não faria. Tem coisas que faço que, necessariamente, não são prazerosas para mim. Os caras pedem vídeo de espanhola com dildo<sup>55</sup>. Que mulher sente prazer em fazer espanhola? Nenhuma. Eu faço, tenho que fazer, não me sinto mal fazendo, mas entrei nesse meio e fui me aprofundando vagarosamente. Hoje em dia, mesmo as coisas que não faria na minha vida sexual pessoal, faço e não me desagradam. Eu olho para o vídeo e acho bonito, uma luz bonita. Quando não acho 100% incrível, foco no audiovisual, faço um ângulo legal, ligo um negócio ali, construo meu conteúdo com base no feedback das pessoas. Tem cara que fala “queria que você fizesse isso”, tem coisa que vou falar “vamos fazer”, mas tem coisa que vou falar “de jeito nenhum”. Eu estabeleço alguns limites, não tantos quanto muitas outras minas. Tem que colocar limites, mas se você quer vender, tem que estar disponível a mudar seu limite de tempos em tempos. Óbvio, você não tem que entrar fazendo vídeo *hardcore* que você não faria, mas tem que estar disposto a reciclar suas vontades. (Entrevista com a trabalhadora Juma, 2022)

O relato feito pela trabalhadora sexual Juma, mulher branca de 25 anos de idade, denota a possibilidade de equilibrar as definições de suas próprias condições de trabalho neste mercado, assim como os limites das práticas que podem ser executadas e performadas, o que é um fator atribuído no discurso de outras trabalhadoras para reafirmar o caráter de estarem com o controle de suas atividades e seus corpos e, muitas vezes, dos seus próprios clientes. Estes devem se enquadrar nas possibilidades que são definidas por elas, fato que pode ter o papel de subverter as relações tradicionais de gênero ao compelir aos clientes que ajam de acordo com as demarcações

---

<sup>55</sup> Essa prática sexual consiste na “penetração” entre os seios para fazer com que a fricção seja maior. No caso do relato da trabalhadora, a “espanhola com dildo” refere-se ao uso de um brinquedo sexual simulando a genitália masculina, o que é usado para simular a prática.

balizadas pelas trabalhadoras. Desta forma é o público masculino que busca aprovação e reconhecimento, e não o contrário (Beakley, 2014).

Ninguém está ali porque é obrigada, acho que tem muito do protagonismo feminino nesse trabalho, conheço mulheres que não conseguem conceber o que eu faço, pra elas é fim de carreira, não conseguem conceber que você seja dona da sua aparência e do seu dinheiro, tome rédeas da própria vida, mostrar isso pra outras mulheres, é muito importante. Esse trabalho abriu portas na minha mente, fiquei muito mais feliz, tive paz, mesmo os boletos sendo maiores. Esse trabalho aflorou meu protagonismo enquanto mulher, seja na minha vida privada, nas relações de trabalho, fiquei mais seletiva, menos passiva, sou dona de mim e tudo. Isso é a melhor coisa do mundo esse trabalho é um filtro para a vida, tudo de ruim sai, o bom fica. Ainda, gosto de ser uma influencer sexual, gosto de fazer a diferença sendo eu mesma tenho prazer, gosto muito, os dias bons são bem maiores do que os ruins, me deu muita independência, não só financeira, segurança com minha aparência, antes eu só via coisas ruins em mim, me achava insuficiente, esse trabalho levantou demais minha autoestima, foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida. (Entrevista com a trabalhadora Bella, 2021)

Como exposto pela trabalhadora Bella, mulher branca de 30 anos de idade, a questão da agência e do controle é atravessada tanto pelas funcionalidades técnicas que as plataformas digitais oferecem quanto pela noção de temporalidade e fatores subjetivos. Expressões como “bloquear”, “demitir” e “chutar online” são utilizadas pelas trabalhadoras quando elas sentem que alguma forma de limite foi ultrapassada pelos clientes ou quando algum combinado prévio é desacordado. O consentimento sobre a prática e relação estabelecida é colocado enquanto uma ação cotidiana que deve ser, assim como os limites, reciclado. As trabalhadoras também salientaram nas entrevistas que entendem uma subversão na lógica da venda de conteúdo. De acordo com Babi, uma trabalhadora sexual branca, de 22 anos de idade, são os homens que estão de certa forma trabalhando para ela. Para Babi, a cobrança de um valor para ter acesso ao conteúdo a ser vendido demonstra que o controle (sobre a imagem e sobre o corpo) está nas mãos dela. Seria esse fato que faz que com muitos homens ataquem as trabalhadoras sexuais, pois aquilo que era entendido enquanto um “direito deles” acaba se convertendo em uma “posse delas”, passando a ditar qual, por quanto e de que maneira aquela imagem ou vídeo irá chegarão (e se chegarão) até eles.

Por outro lado, a ideia que evoca um direito de se erotizar e se sexualizar para um consumo digitalizado e visual alheio também afrouxa a fronteira do entendimento de que o trabalho sexual é fonte máxima principal de exploração, objetificação e normalização de corpos

femininos. De acordo com Jones (2021) a principal motivação para a venda de conteúdo sexual online é a exploração da sexualidade e a experimentação do prazer. Segundo a autora, ainda que essas novas modalidades de trabalho sexual estejam inseridas em um regime capitalista a renúncia ao prazer não é necessária, pelo contrário, é condição de sucesso nesse mercado, o que faz com que noções de segurança física, autonomia e prazer caminhem juntas.

Com relação ao *prazer*, mobilizamos o termo para definir um conjunto diverso de experiências sociais que geram alguma forma de gratificação, tendo em vista que o prazer será sempre subjetivo e contextual (Jones, 2021). Nas incursões com o campo de pesquisa, as perspectivas do ato de enfrentar a câmera e interagir com o outro foi mobilizado na chave de construções de identidades pautadas no desejo, no prazer e nas mais diversas formas corporais e estéticas das trabalhadoras. As diferenças estético-corporais passam, nestes contextos, a exercer um papel central na dimensão das identidades desejantes dessas mulheres assim como o papel simbólico e sexual que tais diferenças podem desempenhar em suas subjetividades.

Eu me surpreendi muito quando entrei nesse meio, eu achava que só tinha mina padrão, branca, magra, cabelo liso, vi gente muito diferente, todos os biotipos, pessoas brancas, negras, indígenas, isso me fez eu me sentir muito confortável, é um ambiente menos tóxico. (Entrevista com a trabalhadora Samira, 2022)

Eu acho que, sexualmente falando, eu gosto de me ver, porque me coloquei num ângulo legal, com uma luz legal, então, estou me achando bonita ali. Gosto de me ver e da sensação de ter alguém pagando para estar ali. Alimenta meu ego, minha autoestima, tudo isso. Gosto quando a pessoa liga a câmera também. Eu sempre tive problema com meu corpo, por ser muito magra, então toda vez que via alguém no estilo padrão eu já ficava me sentindo meio mal, porque não era assim, achava que não fosse conseguir nada. Mas sempre que vejo uma modelo já mais magrinha, não tão dentro do padrão, apesar de que tem um padrão magro, mas no Brasil não é exatamente esse, eu me sinto um pouco melhor. Até hoje, há 4 anos trabalhando nisso, olho e nossa, que legal! Se fulana consegue assim, eu posso continuar aqui que, provavelmente, eu vá conseguir também. A pessoa vai chegar e ver aquilo, se quiser, ela procura, se não quiser, passa para a próxima. Ali mesmo no Camera Prive tem modelo para caramba, com a pandemia veio muita modelo. É um cardápio gigantesco. Então, se o cara está lá passando, ele te vê, se não te acha gostosa, ele não vai te chamar. Chama outra pessoa. Só de a pessoa ter te procurado e falar com você, significa que ela tem interesse, te acha bonita e tudo mais. Eu sempre falo isso, tem público para todo tipo de corpo, de beleza. Público para tudo. (Entrevista com a trabalhadora Karen, 2022)

As falas das trabalhadoras Samira de 20 anos e da trabalhadora Karen de 25 anos, ambas mulheres brancas, corroboram com o que Atwood (2011) analisa a respeito do desenvolvimento de novos dispositivos tecnológicos terem aberto espaço para que novas formas de visibilidade e experimentação da sexualidade das mulheres fossem possíveis, o que impactou na maneira pela qual constroem e apresentam o seu “eu sexual”. Para a autora as tecnologias alargaram a maneira pela qual as noções de visibilidade, agência e exibição sexual são concebidas e o que era visto como uma certa conformidade sexual das mulheres hoje é diretamente relacionado a maneira pela qual a cultura ocidental veicula as imagens de corpos de celebridades, alterando o significado da exibição do corpo feminino que agora é visto de maneira associada ao sucesso e admiração. Ainda, a agência sexual é engendrada na relação de negociação entre as normas e convenções morais e aquilo que se deseja, sendo importante compreender que estes termos são situacionais e operam de forma dinâmica (Miskolci, 2017).

As dinâmicas subjetivas apresentadas pelas entrevistadas corroboram com a definição de Baltar (2013) sobre a *pornificação de si* que mobiliza a ideia do dar-se a ver tendo em vista que o olhar alheio pode se configurar tanto como um desejo e uma fonte de prazer<sup>56</sup>. Para a autora essa ideia é tanto um instrumento quanto um efeito de uma subjetividade que se apresenta de modo ambivalente tanto no “vasto mundo amador quanto em projetos mais explicitamente vinculados ao ativismo político” (Baltar, 2013 p.267). O impacto de representações alternativas da sexualidade pode adquirir inúmeras e complexas facetas. Por mais que algumas dinâmicas possam reiterar algumas performances retiradas do meio da pornografia *mainstream*, comumente associadas a uma lógica heteronormativa, os discursos mobilizados pelas trabalhadoras seguem uma dimensão dos benefícios em dar visibilidade ao próprio corpo e desejos, colocando-as como sujeitos de suas ações e que escolheram exibir sua sexualidade como uma maneira legítima de serem desejadas e desejarem.

Cara, assim, para mim trouxe muitos benefícios, porque a gente fica muito mais confortável com o nosso corpo. A gente entende que é o que a gente está no momento. Se a gente não se valorizar, quem vai né? Lógico que tem dias em que a gente fica com a autoestima mais afetada, mas é muito bom para nossa cabeça e é um momento da liberdade. Imagina se você teve uma criação reprimida a vida inteira pela família, não podia usar nem short, aí resolve virar *sex worker*. Não digo que esse foi meu caso, mas hipoteticamente. É um momento de liberdade, você se sente você mesma e pensa, caralho, estou pelada em frente de uma câmera e é isso, estou de boa, conversando com várias outras pessoas, muito bem resolvida com isso. Dá um sentimento de independência. Acho que é

---

<sup>56</sup> O “olhar alheio” é também um filtro do qual se extrai o quão desejável você é, já que o desejo é um empreendimento relacional. Tendemos a não mostrar aquilo que alguém provavelmente recusará ou causará certo desgosto e estranheza. O olhar do outro é uma fonte tanto de prazer, quanto de regulação.

essa a palavra, independência. Você vê que consegue ganhar dinheiro com isso, então foda-se o que os outros estão falando. A gente aprende a não ligar tanto e acaba conhecendo mais coisa sobre sexualidade. A gente vê também que um corpo nu é um corpo nu, as pessoas é que ficam enxergando maldade ou como a outra pessoa se porta estando nua. Mas se for analisar uma pessoa sem roupa é uma pessoa sem roupa, todo mundo fica sem roupa em algum momento. (Entrevista com a trabalhadora Betina, 2023).

No trecho da entrevista com Betina, trabalhadora sexual branca, de 30 anos de idade, percebemos também uma certa preponderância do discurso da autoestima como um recurso que é acionado na relação entre a imagem que está sendo refletida e recebida pelo outro, enquanto uma forma de ser reconhecido. Seguindo a interpretação de Baltar (2013, p. 275) “é nesse desejo do outro que está alocado o seu próprio desejo e prazer em se exhibir e se pornificar”. É interessante notarmos, como apontado por Gregori (2016), que a ideia de fortalecimento da autoestima em práticas sexuais está ligada a difusão, em escala global de um nicho de feminização do mercado sexual, por meio de um “erotismo politicamente correto”. De acordo com a autora, é no contexto das lutas pela ampliação dos direitos sexuais que produtos e práticas norte-americanas chegaram ao Brasil pela via do mercado. Assim é interessante percebermos como as trabalhadoras manejam essa ideia da autoestima e do cuidado pessoal como um meio de legitimar e alargar o papel do seu trabalho em suas vidas.

Como proposto por Atwood (2011) a apropriação da produção e do controle da própria imagem é convidativa para que muitas mulheres se estabeleçam no mercado sexual plataformizado, pois elas passam a desempenhar funções de dominância o que consequentemente diversifica as representações da sexualidade feminina, ao passo que carrega a ideia de uma “afirmação” tanto do corpo quanto do prazer. É possível se construir enquanto um corpo desejado<sup>57</sup> e que está supostamente no controle, colocando-se em disponibilidade para o olhar daquele que observa e deseja, assim como constituir-se enquanto sujeito de desejo.

As camgirls apresentam-se como produtoras culturais, desafiando a representação das mulheres como tecnologicamente ineptas e como objetos sexuais passivos. Assumem as relações de poder do olhar, desafiando a objetificação e experimentando formas de recusar, comandar e controlar o olhar dos espectadores. Em vez disso, as camgirls e os produtores de altporn insistem frequentemente na apresentação de um eu sexual que está firmemente situado no contexto

---

<sup>57</sup> A relação corpo e desejo é salientada neste ponto como uma maneira de apresentá-lo que é, primeiramente, reforçada por convenções sociais que vigoram em determinado meio, o que torna imagético e atrativo aquilo que é estabelecido coletivamente enquanto tal. A agência, nesta relação, é sempre, em alguma medida, regulada.

das suas vidas, relações e políticas. Aqui, a agência é sempre uma forma de "fazer", mas é também uma forma que ultrapassa as limitações dentro das quais é necessariamente produzida, tornando-se uma nova forma de fazer feminilidade e de fazer cultura. (Atwood, 2011, p. 13, tradução nossa.)<sup>58</sup>

Os elementos acionados nas falas das trabalhadoras entrevistadas são essenciais para entender o sentido da construção narrativa que parte da mobilização do conceito de *pornificação de si* levantado por Baltar (2014). A exposição da sexualidade passa a ser um efeito e instrumento de uma subjetividade midiática contemporânea que insere o desejo e o prazer no lugar do visível e do público (Passonen *et al*, 2007). Tais elementos trazem nas representações sexuais, uma possibilidade de formação de desejo, levando em conta as trajetórias pessoais das trabalhadoras no que concerne a visão sobre o próprio corpo e sobre a autoestima, a noção de diferença é vista como responsável por provocar prazer e desejo.

(Esse mercado) engloba variadas corporalidades, não é tão fechado quanto a indústria tradicional porque ele é independente. Ver corpos distintos gera uma identidade em mulheres que tem problemas com o próprio corpo, gera maior aceitação. No meu caso o contato com esse mercado independente mudou minha vida no quesito aceitar e entender o próprio corpo e minha sexualidade. O conteúdo independente é educativo, essa é minha intenção, mostrar coisas reais, não são apenas padrões já consolidados. (Entrevista com a trabalhadora Babi, 2020)

A gente vai criando experiências fora do virtual, então, nesse ponto, melhorou muita coisa também. Que eu descobri que gostava, me interessava, começava a me masturbar mais. Descobria o que agradava mais em que ponto, no mundo real, e é muito legal. Se fosse outra época, tem muita mulher que não se masturba e se contenta com uma penetração, pronto, acabou. Então foi muito legal ter me descoberto como mulher e as coisas que eu gostava, os fetiches. Se não podia pensar nem em sexo direito antes, nunca ia imaginar que existia aquilo dentro desse mundo, muito menos que pudesse ser feito aqui fora. (Entrevista com a trabalhadora Fabi, 2022)

A noção de *controle*, *diferença* e *agência* é mobilizada nos discursos de Babi e Fabi, trabalhadoras brancas de 22 e 28 anos de idade respectivamente, como processos autorreflexivos que não se valem apenas de dois polos de validação, bem e mal, liberdade e exploração, mas leva

---

<sup>58</sup> “Camgirls present themselves as cultural producers, challenging the representation of women as technologically inept and as passive sexual objects. They take on the power relations of the gaze, challenging objectification and experimenting with ways of refusing, commanding and controlling the gaze of spectators. Instead, camgirls and altporn producers often insist on presenting a sexual self that is firmly situated in the context of their lives, relationships and politics. Here, agency is always a form of "doing", but it is also a form that goes beyond the limitations within which it is necessarily produced, becoming a new way of doing femininity and doing culture.”

em conta as circunstâncias em que suas atividades se dão e a maneira pela qual percebem os efeitos subjetivos dessa dinâmica. As experiências que o trabalho plataformizado oferece é colocada muitas vezes pelas trabalhadoras como desempenhando uma ação educativa com relação ao conhecimento do próprio corpo. Essa ação é estendida para outros contextos da vida pessoal e que extrapolam o digital e o trabalho.

Os processos de subjetivação relatados pelas trabalhadoras consideram tanto *desejo e prazer* quanto a materialidade de diferenças corporais que refletem em discursos que mobilizam a autoestima. Esse processo é possibilitado pela união da tecnologia que altera os modos de representação disponíveis e anunciam uma cultura de visibilidade enquanto elemento central. O dar-se a ver e o ser visto opera uma *ressonância carnal* que coloca a noção de afeto no núcleo dessas relações de trabalho. Corporalidades lidas como alternativas, ou seja, que deslocam o padrão comercial corrente, é mobilizada na formação de nichos de consumo específicos onde essas mesmas diferenças operam enquanto objeto de desejo e produtoras de prazer.

Eu ouço muito dos meus clientes que eles adoram minhas modificações, que me procuraram por meu ter esse meu estilo e estética, sou ampla com meu repertório de estilo, não me prendo, poder e de estar do lado *fancy* e também *trash*. Eu sempre quis bifurcar minha língua, quando criei a coragem não pensei no meu público, porém isso se reverteu como algo muito. Na época que postei a primeira foto da língua isso reverberou muito positivamente. Em vídeos eu uso isso bastante, sensualizar com a língua. Me utilizo das modificações, percebi que é algo que as pessoas desejam. As modificações [corporais] me ajudaram no meu trabalho, é algo que as pessoas vêm perguntando, vi como ponto positivo e lucrativo. (Entrevista com a trabalhadora Julia, 2022)

A dinâmica exposta pela trabalhadora Julia, mulher branca de 26 anos de idade, reitera o que Jones (2021) argumenta a respeito da não necessidade de renúncia ao prazer dentro do trabalho sexual. O prazer da dinâmica desse mercado é visto como auto exploração, motivando comportamentos individuais, mas também passa a mediar outras interações sociais. As trabalhadoras mobilizam uma subjetividade calcada no desejo, pois o trabalho transpassa a imaginação e simulação e oferece possibilidades de autoconhecimento, o que é visto pelas trabalhadoras de forma ajustada a suas próprias vontades e prazeres pessoais.

A plataformização do trabalho sexual permitiu, por um lado, uma maior segmentação e crescimento dos nichos mercadológicos presentes no mercado, ao mesmo tempo em que alargou a compreensão sobre as definições de mercados sexuais (Piscitelli; 2005, 2011). Por outro lado, diferenças corporais passam a ser requeridas, consumidas, formando um novo nicho de mercado

que passa a operar como fonte de desejo. De acordo com as trabalhadoras entrevistadas há nichos para mulheres gordas, não brancas, com modificações corporais alternativas, pessoas não depiladas, pessoas mais velhas, pessoas entendidas como padrão, bem como para trabalhadoras que oferecem serviços voltados a dominação e submissão. Nos termos da trabalhadora Lili, mulher branca de 23 anos de idade “os clientes procuram diretamente essas *estéticas reais*, existem os mais variados nichos. É a realidade que chama a clientela, até porque a mulher padrão chama um nicho específico e as outras também”.

A fala exposta acima ilustra que, enquanto objeto de desejo, podemos salientar uma tensão e reformulação que envolvem as moralidades e convenções estéticas naturalizadas a respeito do nu feminino. Essas normalizações passam a operar em um caminho conjunto e inverso com o fenômeno da plataformização. Da mesma maneira que a introdução de plataformas modifica a dinâmica e as convenções do trabalho sexual, novas formas de regulações passam a operar para gerir o fluxo de trabalhadoras, imagens e subjetividades, conformando o fenômeno da desplataformização.

## 5. DESPLATAFORMIZAÇÃO

### 5.1 Novas guerras sexuais e pornográficas

O termo *trabalho sexual* muitas vezes é mobilizado por grupos sociais conservadores como sinônimo para tráfico sexual ou exploração sexual. Tal mobilização perpetua a ideia de que quem dispõe do sexo enquanto trabalho vive em situação de violência, escravidão ou injustiça social. Essa associação ocorre, em grande parte, por uma visão monolítica que é operada tanto por parte de governos quanto por alguns estudiosos e algumas vertentes feministas e tende a borrar a diversidade de situações e impulsos dos indivíduos que atuam nesse mercado (Augustin, 2005; Blanchette, Silva, 2018; Prada, 2018). Assim como em outras formas de trabalho, analiticamente não há como demarcamos uma universalidade em experiências de trabalho, mas com relação ao trabalho sexual a vontade de universalizar a posição da mulher no mercado está atrelado a uma discussão marcada historicamente e denominada de “guerras sexuais” (*sex wars*).

Nesta sessão não iremos esmiuçar as questões que envolvem a dicotomia feminista entre a vertente pró sexo e a abolicionista, porém reconhecemos a existência empírica de um mercado sexual que deve ser analisado sem marcadores de moralidade. Assim, salientamos a necessidade de reiterar que dentro do mercado sexual e nos trabalhos sexuais em geral o entendimento que naturaliza a posição feminina como objeto sexual e a posição masculina enquanto cliente e consumidor, não se sustenta diante das diversas experiências e discursos que constituem e caracterizam esse amplo mercado. Com forte apelo feminista, algumas autoras têm mobilizado o termo “puta feminismo” originário de um movimento na Argentina e que encontra ressonância no contexto brasileiro:

[...] *putafeminismo* baseia-se em uma análise marxista do trabalho, na qual se entende que o trabalho é alienante e uma forma de dominação, mas também um campo potencial para organização política e luta social. Nesse entendimento da prostituição, o trabalho sexual é 'empoderador' apenas na medida em que, como outros trabalhos, fornece uma base experimental comum para a mobilização sociopolítica. Isso é associado a uma análise feminista das relações de gênero, que considera a prostituição apenas uma de uma série de posições interligadas nas quais as mulheres são subordinadas e pressionadas a trocar trabalho sexual e / ou afetivo por sustento e sobrevivência. *Putafeminismo* vê o trabalho, o casamento e a prostituição mal pagos do setor de serviços como partes iguais de um complexo capitalista e patriarcal e questiona por que apenas uma parte desse tripé - a venda aberta de sexo - é criminalizada e / ou difamada. (Blanchette, Silva, 2018, p.5)

De acordo com Jones (2021), há uma complexa gama de determinismos, econômicos, sobre gênero e sexualidade, entre outros, que ao arguirem sobre o trabalho sexual ignoram que sob o regime capitalista grande parte das pessoas não possuem acesso pleno a recursos e direitos vitais. Para a autora os indivíduos já se encontraram anteriormente marginalizados sob diversas formas de opressão em um sistema econômico que tem como núcleo a perpetuação da desigualdade. Por estar inserido em uma teia complexa de interesses políticos e sociais, interpretações a respeito do trabalho sexual necessitam de uma abordagem interseccional que leve em conta a complexidade do mercado.

Analicamente reconhecemos que os serviços sexuais também são demandados por mulheres, pessoas trans e não apenas por homens cisgênero; essas pessoas podem criar e consumir representações sobre sexo se posicionando enquanto objetos de desejo (Paasonen, et al, 2021). Assim como toda a indústria, o mercado do sexo<sup>59</sup> se caracteriza por ambivalências e uma gama de diversificações onde o suposto clássico “mulher/objeto”, “homem/consumidor” não se sustenta. Observar tais relações unicamente como exploração limita a compreensão total desse quadro complexo de relações. Nenhuma forma de determinismo daria conta de explicar o fenômeno humano da agência, pois questões de classe, gênero, etnia, condições sociais, desejos, paixões e contexto social são essenciais na composição desse quadro. Não há homogeneidade nesse amplo mercado, e devemos levar em conta que em qualquer tipo de trabalho pode-se observar exploração.

Nos discursos que recusam a ideia do trabalho sexual enquanto trabalho existe um impulso moralizador e controlador, pois esconde-se um ímpeto de “proteger”, principalmente as mulheres, tidas como ignorantes ou indefesas, apagando totalmente o sujeito desse discurso – as trabalhadoras do sexo, que aparecem como indivíduos passivos e coagidos (Augustin, 2005, Blanchette e Silva, 2018). O trabalho sexual, que como já pontuado, não se restringe a prostituição de rua, existindo bordeis, casas de *swing*, clubes, tele sexo, sexo virtual, agencias de casamento, pornografia, serviços de dominação e submissão, entre outros. Para além disso devemos nos atentar ao fato do ideário eurocêntrico que vê o trabalho sexual e, principalmente a prostituição como desviante de um ideal de normalidade sexual e da família nuclear burguesa. Tal ideal omite que indivíduos que desempenham trabalhos sexuais, independente do gênero, fazem parte de uma família e possuem papéis comunitários e sociais que extrapolam o trabalho.

---

<sup>59</sup>A diferença principal entre indústria e mercado do sexo diz respeito a uma organização formal, no caso da indústria do sexo há uma organização em nível empresarial, já o termo mercado do sexo é mais amplo e abriga diversas formas de trocas sexuais, artesanais, abrangendo também trocas que extrapolam o intercâmbio de dinheiro e com foco no consumo e nas trocas.

Ao utilizar conceitos valorativos para situações muito complexas e distintas, vemos um caráter moralizador que parte da suposição de um lugar correto e normal para o sexo, sobre as “boas” formas de vivenciar a sexualidade que se apoiam em uma concepção ocidental e eurocêntrica acerca da composição da classe média. Esses conceitos silenciam os discursos dos sujeitos implicados nessas indústrias e mercados, fixa a identidade da vítima e do opressor, convertendo-se como um discurso hegemônico sem nenhum espaço para manobra e interlocução dos agentes envolvidos, além de supor que todo trabalho sexual é mau por natureza. O direito de experimentar a própria sexualidade como liberdade de expressão deve ser um dos pilares de um regime democrático, pois não há danos em relações consensuais que envolvem sexo. Se as trabalhadoras envolvidas cobram da maneira que lhe é propício e ganham a vida por meio desse trabalho não há nenhum problema *a priori* envolvido no trabalho sexual.

Outra característica desse discurso é esconder a existência de um amplo mercado que envolve serviços sexuais pagos composto por uma multiplicidade de agentes como: empresas aéreas e terrestres, setor de telecomunicações, seguridade, produtores de alimentos, bebidas, tabaco, agências de viagem e rede hoteleira, advocacias, medicina, camareiros, pequenos proprietários e uma lista infinita. O enfoque dado apenas ao trabalho que consuma o ato sexual promove um apagamento da totalidade desse mercado no que diz respeito a toda sua diversidade e impacto financeiro<sup>60</sup>. Uma abordagem conservadora a respeito do trabalho sexual não dá conta de compreender a realidade atual do mercado do sexo e dos atores e serviços envolvidos nele, principalmente quando pensamos na pulverização de experiências que a plataformização desse setor provoca.

De acordo com Augustin (2012) o ideal de amor romântico propagado pelo modelo burguês de família nuclear, corrobora com o entendimento que normaliza e estigmatiza as trabalhadoras sexuais. Tal ideia está no topo da hierarquia dos valores emocionais burgueses e inserido numa lógica que fixa as mulheres no âmbito privado da vida social, sendo responsáveis pelo bem-estar da casa e dos filhos. Ainda, segundo a autora, a família nuclear burguesa sempre

---

<sup>60</sup> “Um relatório publicado pela Organização Internacional do trabalho (OIT) em 1998 (The Sex Sector) já recomendava a inclusão da indústria do sexo nas contas oficiais dos governos baseados em pesquisas na Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia. A OIT acredita que o reconhecimento significa enormes contribuições para as economias regional e nacional em termos de impostos e autorizações, mas também que é a única maneira de melhorar a situação daqueles que estão empregados como profissionais do sexo. Se os governos reconhecerem o setor do sexo, serão forçados a estender os direitos e proteções trabalhistas às pessoas que trabalham nele.” (AUGUSTIN, 2008, p 9). O relatório e a recomendação podem ser acessados na íntegra em: <[https://www.ilo.org/global/publications/ilo-bookstore/order-online/books/WCMS\\_PUBL\\_9221095223\\_EN/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/global/publications/ilo-bookstore/order-online/books/WCMS_PUBL_9221095223_EN/lang--en/index.htm)> Acesso em agosto de 2024.

foi composta pela tríade esposa, marido e trabalhadora sexual e, por esta razão, muitas das trabalhadoras acreditam que por meio dessa sustentação mútua, são parte da estrutura de reprodução social do lar conjugal.

Esse fato nos leva a pensar sobre a lógica de casamento da classe média, onde podemos ver um exemplo do borramento que existe entre a fronteira que supostamente separa o sexo pago do sexo romântico. O sexo sempre foi trabalho para mulheres, e quando olhamos para o casamento burguês a “prestação” de serviços sexuais faz parte do contrato e, a despeito disso, o trabalho sexual opera como um *continuum* ao casamento. Da mesma forma que o trabalho sexual, o casamento também opera como uma solução econômica (Federici, 2018) e não encontramos grupos que se dizem “defensores” de mulheres lutando pelo fim do casamento.

No debate feminista, é recorrente a ideia de que as mulheres sofrem muito mais intensamente a exploração do trabalho. É importante lembrar que, no modelo patriarcal, são três os trabalhos que são exigidos das mulheres sem que por eles nada se pague: o trabalho doméstico, o trabalho sexual e o trabalho reprodutivo. Talvez se possa dizer que a prostituta, ao pôr um preço no trabalho sexual que executa pode, em certo sentido, estar subvertendo esta lógica. (Prada, 2020)

O que as pesquisadoras estão querendo chamar atenção é para o fato que historicamente embora alguns grupos de proteção das trabalhadoras sexuais e as pesquisas a respeito do assunto tenham demonstrado a necessidade de descriminalizar o trabalho sexual, essa defesa tem sido separada das agendas de organizações feministas, quando se fala em liberdade sexual. Pensar na descriminalização deste trabalho tem sido tratada por alguns movimentos como contraproducente ao objetivo da “libertação” das mulheres. Historicamente movimentos feministas tradicionais adotaram uma perspectiva sobre a liberdade sexual das mulheres que privilegia a capacidade delas em controlarem a reprodução, ao passo que ignoram a liberdade que mulheres possam ter ao trabalharem com o sexo não reprodutivo. O que percebemos aqui é que essas perspectivas concretamente voltam a enclausurar as mulheres ao ideal reprodutivo e burguês.

O sexo e a sexualidade historicamente reproduzem vida social, as trabalhadoras envolvidas no mercado do sexo realizam também um trabalho reprodutivo. Além disso, a indústria do sexo penetra de diversas maneiras nas residências familiares e, portanto, não representam o “outro”, ou seja, aquele que supostamente estaria fora da lógica familiar. Argumentar que as trabalhadoras sexuais são impotentes diante de seus/suas clientes, simplesmente pelo fato de a relação envolver troca financeira, apaga o princípio de que todos os

trabalhadores das demais categorias estão sempre em disputa pelo controle de seus empregos. Tal disputa é elementar da condição de agência humana dentro do sistema capitalista.

Ainda, ao pensarmos a introdução das tecnologias digitais no mercado sexual, emprestamos o termo de Preciado (2018) a respeito de uma sociedade farmacopornográfica. É interessante ponderarmos o que o autor nos traz sobre a maneira pela qual as tecnologias passam a formar e se diluir nos corpos, ao passo que as tecnologias se convertem em corpo o que obscurece uma separação estrita idealizada entre o físico/real e imaterial/virtual que opere por meio da tecnologia. A rejeição de grupos feministas em reconhecer o trabalho sexual como qualquer outra forma de trabalho também se apoia em uma ideia de que as trabalhadoras estão vendendo o *self*, o que sugere que a intimidade deveria ser separada do trabalho e do consumo, como algo que não poderia estar à venda (Paasonen, et al, 2021).

Só vou debater sobre meu trabalho com uma mulher se não me criticar por vender fotos e ser aquela que manda foto pelada de graça. Então, se é uma pessoa que me critica por vender fotos do meu corpo enquanto ela manda de graça, já não vou debater. Agora, sobre outras pessoas falarem que estou indo contra o feminismo, contribuindo para o machismo e a indústria pornográfica, que acaba com a vida de mulheres, já está errado. Eu sou independente. Quem lucra com meu trabalho sou eu. A porcentagem que as plataformas tiram de mim é pelo trabalho que exercem para mim e não é sobre o meu trabalho. Não vai ser eu parando de vender conteúdo que o pornô vai acabar. Eu não sou contra pornografia, obviamente, inclusive sou a favor da pornografia saudável, porque isso existe desde que o mundo é mundo. A pornografia é essencial para todo mundo viver feliz, quem não gosta de assistir um Hentai? Pelo amor de deus, deixa eu ver isso em paz [risos]. Acho muita hipocrisia, todo mundo assiste ou já assistiu. Se você está se desintoxicando, sei lá, tem alguma coisa que foi feita por outra pessoa que dá prazer. Pode não ser um site pornô em si, pode ser qualquer coisa, um fetiche seu, mas foi produzido por outra pessoa. Então, não existe argumento válido contra pornografia, existe argumento válido contra a indústria pornográfica e o que fazem com as mulheres, por tudo que já aconteceu, a gente vê aí situação de mulheres chamadas para fazer X, chegando lá querem fazer XY. Acho um absurdo e não sou a favor da indústria pornográfica, sou a favor do pornô e do meu trabalho, não aceito opinião vinda de quem não paga minhas contas, portanto um debate comigo sobre porque não deveria estar trabalhando com isso é praticamente impossível. Eu não vou ouvir, não quero conversar, não vão me fazer perder o tempo que eu poderia estar ganhando dinheiro. Entendo que no começo eu tinha que fazer mais coisas que me sentia desconfortável, porque é um trabalho e eu estava precisando de dinheiro, ainda não tinha meu público, toda essa autonomia que tenho hoje etc. Então, alguns desconfortos eu tinha que fazer, mas no que isso é diferente de trabalhar numa empresa de telemarketing, tendo que cobrar

peças? Eu já trabalhei nisso e uma vez cobrei um cara que tinha acabado de ter um AVC. Acha que eu queria fazer isso? O que tem de diferente entre eu fazer algo que me deixa desconfortável para um cliente pagando ou algo que não quero fazer para uma empresa que vai lucrar com o que faço e meu salário vai ser o mesmo no mês? Trabalhando 8 horas por dia ouvindo desaforo, desrespeito. Por exemplo, se estou no *camming* e alguém me desrespeita, eu desligo a sala. Próximo! A rotatividade é grande. Agora, se estou numa empresa e alguém me desrespeita, não posso fazer nada, porque preciso do emprego ou sou demitida por justa causa. Hoje eu faço o que quero, o que me sinto confortável. Se eu vejo uma coisa mais pesada que considero legal, acho ótimo, porque posso ter experiências e receber por isso. (Entrevista com a trabalhadora Nath, 2023)

O relato da trabalhadora sexual Nath, mulher branca de 22 anos de idade, desta que os discursos que se opõem ao trabalho sexual sem se opor a todas as formas de exploração do trabalho em geral, reiteram um caráter normativo e moralizante a respeito da maneira pela qual as relações sexuais devem ou não ser e como as mulheres devem ou não construir suas subjetividades desejantes. O trabalho sexual tem por especificidade a desestabilização da ideologia clássica do trabalho assim como entra em conflito com o ideal burguês da sexualidade privada, “normal” e monogâmica. Dizer que se as pessoas que trabalham no mercado do sexo tivessem a oportunidade de acesso a outra forma de trabalho e fonte de renda é um argumento que serve para tantas outras formas de ocupações informais.

No início dos anos de 1980, Ellen Willis<sup>61</sup> foi uma das pioneiras a criticar o discurso que entendia a pornografia unicamente como uma objetificação dos corpos de mulheres que estariam ali sempre disponíveis para servir homens. Willis argumentou que a censura e uma atuação do Estado sob a pornografia iria conferir uma perpetuação do poder exercido sobre as representações da sexualidade. Neste período, configurou-se o feminismo definido como “pró-sexo” ou *sex positive*, em que a sexualidade, o corpo e a pornografia são entendidos como uma forma legítima de transgredir as normas dominantes, configurando espaços de resistência tanto da perspectiva econômica quanto da política.

O ramo sex-positive do feminismo argumenta que a pornografia moderna reforça o domínio das mulheres removendo os estigmas conservadores associados à sexualidade feminina e mostrando mulheres que são confiantes o suficiente com sua própria imagem corporal para

---

<sup>61</sup> Ellen Willis (14 dezembro de 1941 - 9 de novembro, 2006) foi uma escritora, crítica e ativista feminista. A partir dos anos de 1979, Willis escreveu uma série de ensaios que criticavam o feminismo anti-pornografia, salientando o que ela via como puritanismo sexual e autoritarismo moral, assim como sua ameaça à liberdade de expressão.

aparecer nuas em filme. As feministas sex-positive também criticam a censura do governo, alegando que a restrição de discursos alternativos tem servido historicamente como meio de silenciar grupos marginalizados e oprimir a expressão individual; a censura à pornografia é, portanto, vista como uma ação política casual que serve apenas para reforçar as conotações culturais negativas em relação às relações sexuais. (Beakley, 2014, p. 894, tradução nossa)<sup>62</sup>

De outra perspectiva, debates feministas mais “tradicionais” constituídos em torno da pornografia salientavam que nessas produções “homens consomem mulheres”, situando essas últimas sempre como objetos (Mackninon, 1993). A pesquisadora Mariana Baltar (2014) destaca que essa visão um tanto monolítica separa as posições entre “sujeito e objeto”, reiterando assim um posicionamento heteronormativo que estabiliza o masculino como ativo enquanto o feminino como passivo. Para a autora, essa visão vem sendo contestada desde meados dos anos de 1980, pois anula a possibilidade e o direito de uma mulher querer se construir e se assumir como sujeito de desejo que escolhe se “objetificar”, se expor ou, como define a autora, se “*auto-pornificar*” para seu próprio desejo. Ainda, como proposto por Gregori (2016, p 41) “a pornografia implica a contestação de modos habituais e sancionados de sexualidade e, o mais importante, nele a diferença sexual está baseada na incomensurabilidade e complementariedade entre o corpo que deseja e o corpo que vai se constituindo como objeto do desejo”.

Essas perspectivas ilustram alguns dos discursos que são historicamente mobilizados por diferentes frentes do feminismo. No contexto atual de plataformação as discussões em torno do trabalho sexual, assim como as formas de censura, têm tomado uma nova roupagem. Em dezembro de 2018, a plataforma de mídia social *Tumblr* revelou a proibição de material considerado “conteúdo adulto”<sup>63</sup>. Essa proibição ocorreu após o *Tumblr* ter seu aplicativo removido da *Apple App Store* que havia imposto diretrizes rigorosas para desenvolvedores, exercendo influência nas interações *on-line* de sua base de usuários. Esse caso serve como um exemplo da noção de que quando uma plataforma recém-emergente atinge uma base substancial de usuários, profissionais do sexo são prontamente expulsas desses espaços para torná-la “segura para o trabalho” (SFW) e atraente para potenciais investidores e anunciantes.

---

<sup>62</sup> “The sex-positive branch of feminism argues that modern pornography reinforces the dominance of women by removing the conservative stigmas associated with female sexuality and showcasing women that are confident enough with their own body image to appear naked on film. Sex positive feminists are also critical of government censorship, claiming that restricting alternative discourses has historically served as a means of silencing marginalized groups and oppressing individual expression; censorship of pornography is therefore seen as a haphazard political action that only serves to reinforce negative cultural connotations regarding sexual relations.”

<sup>63</sup> Informações disponíveis em: < <https://staff.tumblr.com/post/180758987165/a-better-more-positive-tumblr>>. Acesso em agosto de 2024

Ao passo que novas plataformas e sites especializados em trabalho sexuais surgiam, outras redes sociais como *Instagram* e *Twitter* passaram a ser usadas diariamente pelas trabalhadoras como uma ferramenta de apoio e visibilidade para fazerem propaganda dos seus serviços em outras plataformas. Por serem redes sociais dinâmicas e que alcançam um público mais amplo que muitas vezes desconhecem as possibilidades do mercado sexual plataformizado, essas redes sociais tornaram-se uma ferramenta essencial tanto de trabalho quanto de divulgação. E foi nesse compasso que as principais redes sociais passaram a anunciar novas políticas de privacidade que passaria a afetar diretamente as trabalhadoras sexuais.

Em novembro de 2020 a plataforma de rede social *Instagram* passou a anunciar que alteraria algumas diretrizes do seu termo de uso que passaria a vigorar em dezembro daquele ano. Com uma longa lista de proibições, elencaremos as principais para nossos objetivos: as solicitações sexuais explícitas, emojis sexualmente sugestivos e linguagem sexualmente explícita. Pessoas que trabalham com serviços sexuais passaram a se mobilizar e até solicitaram em suas redes que houvesse um boicote a plataforma, principalmente no dia em que a mudança entraria em vigor. Entretanto, tal diretriz não era tão nova assim, pois em 2018 a plataforma *Facebook* (atualmente *META*), que hoje detém o *Instagram*, atualizou suas políticas de uso, com algumas proibições estritamente relacionadas a qualquer “coisa” sexual. Em 2019 foi implementado uma censura a emojis que remeteriam a sugestão sexual, entre eles estão o pêssego, a beringela e gotas de água<sup>64</sup>.

Ainda que tais diretrizes não sejam tão novas, é importante refletir que de fato a sua execução acompanhou a ascensão dos serviços e plataformas digitais destinados a criação e venda de conteúdo sexual. Nesse contexto as trabalhadoras sexuais passaram a ser penalizadas pela plataforma, enfrentando exclusão das contas e banimentos regulares conhecidos como *shadowban*<sup>65</sup>. Como reflexo cotidiano e comum, no Brasil, por exemplo, a *hashtag* sextou (*#sextou*), usada para se referir as sextas-feiras, passou a ser censurada, pois o prefixo *sex* remete a sexo em inglês. Assim, como as redes sociais vinham funcionando como uma ferramenta e vitrine para promoção de seus conteúdos, as trabalhadoras sexuais foram ficando cada vez mais sem possibilidade de divulgação de forma segura sem serem penalizadas pelas plataformas de rede social.

---

<sup>64</sup> Maiores informações disponíveis em <<https://www.dazeddigital.com/science-tech/article/46621/1/facebook-and-instagram-have-banned-horny-emojis>>. Acesso em agosto de 2024.

<sup>65</sup> O termo refere-se ao banimento ou bloqueio parcial de um usuário ou conteúdo específico de uma plataforma, de forma que ao pesquisar o usuário ou conteúdo, este não seja mais aparente e não o encontre nos mecanismos de pesquisa da plataforma.

Eu já pensei em trabalhar para agencias, recebi propostas de produtoras de pornô, a internet é fundamental para o meu trabalho, minhas redes sociais são feitas para trabalho, eu uso as redes como uma vitrine, pra ser mais conhecida, ter visibilidade, trocar divulgação com outras modelos pelo Instagram. Já perdi sete contas no Instagram, estou na oitava, não pode postar muitas coisas, mas ela tem um bom engajamento, meus stories aparecem, meu feed também, quando você trabalha como SW (sex work) a mídia começa a cair, vai diminuindo engajamento até sua conta ser excluída. (Entrevista com a trabalhadora Carol, 2021)

O relato da trabalhadora Carol, mulher branca de 25 anos de idade, a respeito de uma perda contínua de contas está atrelado ao crescimento exponencial de clientes, trabalhadoras e plataformas envolvidas com conteúdo sexual e, ao mesmo tempo, é um reflexo de uma política norte americana aprovada nos últimos anos. O projeto de lei de 2018 conhecido como FOSTA-SESTA (lei de combate ao Tráfico Sexual Online e Lei de impedimento do Tráfico Sexual) sancionado pelo então presidente dos EUA Donald Trump visando normas para penalizar sites que seriam “facilitadores” de prostituição. Além da retirada do ar, os responsáveis por gerenciar esses serviços podem ser sentenciados a até 25 anos de prisão<sup>66</sup>.

De acordo com a legislação FOSTA-SESTA, as plataformas online podem ser responsabilizadas criminalmente se seus usuários publicarem anúncios de serviços de acompanhantes, prostituição e todas as formas de trabalho sexual consensual e não consensual, conforme destacado por (Romano, 2018). Como resultado, a governança de tais plataformas, incluindo a modificação dos “padrões comunitários” para cumprir os requisitos da FOSTA-SESTA, não deve ser considerada apenas como um empreendimento comercial privado. Em vez disso, deve ser reconhecido como uma série de ações que têm profundas ramificações sociopolíticas na comunicação transnacional e nos direitos dos trabalhadores envolvidos nessas indústrias (Paasonen, Jarret, Light, 2019).

O projeto de lei foi projetado especificamente para restringir a utilização de plataformas de comunicação *on-line* como meio para o comércio sexual ilícito. Essencialmente, essa emenda legislativa responsabiliza os proprietários de sites pelo conteúdo gerado por seus usuários, tornando a hospedagem de discussões, imagens ou vídeos sexualmente explícitas, independentemente de sua associação com o tráfico, significativamente mais perigosa e precária para todas as partes envolvidas. As trabalhadoras e ativistas sexuais passaram a questionar o real significado desse projeto assim como os efeitos que perpassam desde o aprofundamento do

---

<sup>66</sup> Maiores informações disponível em <<https://www.vox.com/culture/2018/4/13/17172762/fosta-sesta-backpage-230-internet-freedom>>. Acesso em agosto de 2024.

estigma atribuído a classe de trabalhadoras, como a instabilidade de toda uma infraestrutura *online* da qual passaram a depender<sup>67</sup>.

As novas leis levaram a que numerosas plataformas de redes sociais censurassem conteúdos sexuais explícitos e mesmo não explícitos, porque o controle de todas as publicações para evitar solicitações de sexo ou trabalho sexual é um encargo excessivo. Cada iteração de censura nas redes sociais reduziu a capacidade dos trabalhadores do sexo envolvidos em trabalho consensual para adultos de se ligarem a clientes e acederem a informações relacionadas com a segurança. (Bronstein, 2021, p. 375, tradução nossa)<sup>68</sup>

De acordo com a autora, pode-se postular que indivíduos engajados na profissão de prestação de serviços sexuais e que não possuem plataformas estabelecidas junto com sua clientela, inevitavelmente buscarão espaços *online* alternativos para estabelecer conexões. No entanto, é provável que esses espaços alternativos não durem muito tempo, sejam menos seguros e propensos à exploração financeira, devido à posição marginalizada dos indivíduos que os utilizam. Todo esse cenário de mudanças de legislações em caráter transnacional gerou uma conjuntura em que as plataformas de redes sociais alteraram seus termos e políticas de uso, fato que deixou as trabalhadoras sexuais encurraladas e tendo seus conteúdos censurados e até suas contas bloqueadas e banidas.

Queremos que o Instagram continue a ser um lugar autêntico e seguro para inspiração e expressão. Ajude-nos a promover esta comunidade. Publique apenas as suas fotos e os seus vídeos, fazendo isso sempre de acordo com a lei. Respeite todos no Instagram, não envie spam **nem publique nudez.**

[...] Sabemos que há momentos em que as pessoas podem querer compartilhar imagens de nudez de natureza artística ou criativa, mas, por vários motivos, **não permitimos nudez no Instagram. Isso inclui fotos, vídeos e alguns conteúdos criados digitalmente que mostram relações sexuais, genitais e imagens próximas de nádegas totalmente expostas. Algumas fotos de mamilos femininos também estão incluídas,** mas fotos no contexto de amamentação, parto e pós-parto, em situações relacionadas à saúde (por

---

<sup>67</sup> A alteração nas políticas, normas e regulações de uso não é algo novo quando pensamos em grupos que são alvo direto de empreendimentos morais que visam a criação de pânico morais. De acordo com Miskolci (2017), no contexto da troca de mensagens de cunho sexual e imagens de nudez entre usuários de aplicativos de encontro no contexto norte americano, houve disseminação de um pânico sexual que fez com que autoridades, empresas e provedores alterassem suas políticas de uso, o que segundo o autor, demonstra como os aplicativos não se configuram como espaço livre para que os sujeitos vivenciem plenamente seus desejos.

<sup>68</sup> The new laws have resulted in numerous social media platforms censoring explicit and even non-explicit sexual content because policing all posts to avoid solicitations for sex or sex work is an unreasonable burden. Each iteration of censorship on social media has reduced the ability of sex workers engaged in consensual adult work to connect with clients and access safety-related information.

exemplo, pós-mastectomia, conscientização sobre câncer de mama ou cirurgia de confirmação de gênero) ou como ato de protesto são permitidas. Nudez em imagens de pinturas e esculturas também é permitida.

[...] O Instagram não é um lugar para apoiar nem exaltar terrorismo, crime organizado ou grupos organizados de propagação de ódio. Também **não é permitido oferecer serviços sexuais**, comprar ou vender armas de fogo, álcool e produtos de tabaco entre indivíduos particulares, bem como comprar ou vender drogas não medicinais ou farmacêuticas. (Instagram, 2020, grifos nosso) <sup>69</sup>

As trabalhadoras passaram a ser passíveis de exclusão nas redes onde divulgam seus trabalhos e conteúdo e houve, segundo as trabalhadoras, um reforço ao estigma da ideia de que as trabalhadoras sexuais não pertencem a comunidades e não são dignas de conexão e visibilidade. É interessante observar como esses termos aproximam a nudez e os serviços sexuais a práticas criminosas. Do outro lado, plataformas se diziam obrigadas a se adaptar a um contexto em que não corram riscos de processos judiciais e demais sanções. Mesmo no contexto brasileiro as plataformas de origem norte americana seguem as diretrizes de suas políticas nacionais de origem, o que nos mostra que essas diretrizes vão além de seus contextos nacionais e atingem um contexto transnacional mais amplo.

Com relação a coleta de dados para essa pesquisa, pudemos observar o bloqueio de várias contas de trabalhadoras que estavam colaborando com a pesquisa, algumas conversas que foram iniciadas pelo aplicativo *Instagram* passaram a ter seu nome de usuário apagado e sem perfil relacionado a conta. A imagem abaixo ilustra como alguns contatos foram perdidos, ainda que boa parte das trabalhadoras conseguiram, por meio contas reservas, retomar o contato comigo.

---

<sup>69</sup> Os novos termos e políticas de uso das plataformas pertencentes ao grupo META encontram-se disponíveis em: <<https://developers.facebook.com/terms#privacypolicy>>; <[https://help.instagram.com/581066165581870/?helpref=hc\\_fnav](https://help.instagram.com/581066165581870/?helpref=hc_fnav)>; <<https://help.instagram.com/477434105621119?ref=igtos>>. Acesso em agosto de 2024.

**Figura 9.** Contas das trabalhadoras entrevistadas que foram excluídas pelo *Instagram*.



FONTE: CRISTIANE DE MELO, 2024.

Com as alterações dos termos de uso empregado pelas empresas, a alternativa que as trabalhadoras entrevistadas encontraram para todas essas alterações das plataformas foi a postagem de conteúdo suave (*soft*) em suas redes, a abreviação de termos (*tags*) que podem ser censurados pelo *Instagram*<sup>70</sup>, como por exemplo usar a sigla OF, ou o termo “site proibido” para se referir ao *Only Fans*, “site da câmera” para se referir ao Câmera Privê e até mesmo o redirecionamento para suas contas do Twitter, rede social que no início dessa pesquisa era considerada *sex work friendly* (amiga das trabalhadoras sexuais).

Vejo que (as redes sociais) ajudam muito no meu trampo, principalmente o twitter, posso divulgar chamadas de vídeos, chamadas para conteúdo novo, é a melhor plataforma de divulgação pra SW. É a melhor forma de divulgar os trabalhos e alcançar mais pessoas. (Entrevista realizada com a trabalhadora Fer, 2021)

No início do desenvolvimento da pesquisa de campo o X passou a excluir algumas contas de trabalhadoras sexuais sem nenhuma explicação aparente<sup>71</sup>, fato que tem se agravado desde que a empresa foi vendida. Entretanto, nos últimos meses a plataforma publicou uma diretriz interna focada totalmente no compartilhamento de conteúdo “adulto”. É interessante notar que ainda que a plataforma possibilite o compartilhamento de tais conteúdos, a monetização e venda de

<sup>70</sup> Algumas estratégias para o não banimento de contas pode ser encontradas no seguinte link <<https://twitter.com/lilsticles/status/1340417584659755008>>. Acesso em agosto de 2024.

<sup>71</sup> Maiores informações disponíveis em <<https://www.rollingstone.it/cultura/anche-twitter-ha-dichiarato-guerra-al-mondo-del-sex-work/553184/>>. Acesso em agosto de 2024.

serviços sexuais permaneceu na lista de práticas “ilegais” dentro da plataforma<sup>72</sup>. Com isso podemos perceber que a empresa percebe o engajamento e tráfego que conteúdos sexuais atingem em sua plataforma, o que obviamente promove uma lucratividade maior para a empresa. Contudo a empresa deixa evidente que essa lucratividade deve permanecer nas mãos deles ao proibirem que as trabalhadoras ofereçam ou monetizem pessoalmente seus conteúdos e serviços.

Outro exemplo fundamental de censura nas redes sociais, foi a mudança do @, o nome colocado em cada conta pessoal do *Instagram*. A conta comercial da empresa Câmera Privê passou a não ser mais possível de ser mencionada nas postagens e stories das trabalhadoras sem que esses conteúdos caíssem. A empresa mudou o seu @ de @cameraprive para @voceabeonde. Desta forma, os conteúdos postados e mencionados sobre esta plataforma não seriam bloqueados e censurados pelas redes sociais pertencentes ao grupo *Facebook (META)*. Atualmente a plataforma não tem mais conta oficial no *Instagram*, possivelmente porque a @voceabeonde ficou associada a prestação de serviços com nudez.

Em dezembro de 2020, a empresa *PornHub Network*, responsável pela plataforma mais popular atualmente no seguimento de pornografia digital, anunciou mudanças substanciais nas suas políticas de compartilhamento de vídeos após a publicação de uma extensa reportagem em um site norte americano<sup>73</sup>. Tal reportagem denunciava e detalhava a maneira com que a plataforma vinha lucrando substancialmente com a proliferação de conteúdos ilegais, como estupros, agressões sexuais e outros conteúdos não consensuais. Tal exposição fez com que a empresa se pronunciasse indicando que passariam a moderar e verificar todas as contas e conteúdos disponíveis em suas plataformas. O resultado disso foi que em 14 de dezembro daquele mesmo ano, dez dias após a publicação da reportagem, o *PornHub* passou de 13,6 milhões para 2,9 milhões de vídeos, além de aceitar apenas contas verificadas em sua plataforma. Ainda que a empresa tenha se empenhado em verificar internamente as contas ativas em sua plataforma ela teve seu perfil oficial banido permanente do *Instagram*.

Um grupo de produtores de conteúdo adulto, empresas, associações e indivíduos envolvidos na indústria do sexo se reuniram sob a liderança do *Pornhub* para conjuntamente divulgarem uma carta dirigida a *Mark Zuckerberg*, bem como ao CEO do *Instagram*, *Adam Mosseri*, e a outros membros da equipe da *META*. A carta buscava denunciar o que caracterizaria políticas de moderação discriminatórias contra trabalhadores sexuais implementadas pelo *Instagram*.

---

<sup>72</sup> As diretrizes estão disponíveis em: <<https://help.x.com/en/rules-and-policies/adult-content>>; <<https://help.twitter.com/en/rules-and-policies/regulated-goods-services>>. Acesso em agosto de 2024.

<sup>73</sup> A referida reportagem está disponível em: <<https://www.nytimes.com/2020/12/04/opinion/sunday/pornhub-rape-trafficking.html>>. Acesso em agosto de 2024.

Caros Mark Zuckerberg, Adam Mosseri, Nick Clegg, Jennifer Newstead, Nós, abaixo assinados, representamos aqueles da indústria adulta que durante anos foram prejudicados pela aplicação opaca, discriminatória e hipócrita dos seus próprios Termos e Políticas pelo Instagram.

Profissionais do sexo e artistas têm sido injustamente alvo de banimentos, *shadowbans*, suspensões, perda de privilégios ao vivo e remoção de conteúdo, apesar de tomarem cuidado extra para não violar as Diretrizes da Comunidade do Instagram. Há três semanas, a conta verificada oficial do *Pornhub* foi desativada sem justificativa razoável.

Exigimos uma explicação e orientação sobre a razão pela qual as nossas contas são continuamente eliminadas e porque o conteúdo que gastamos dinheiro a criar para interagir com o nosso público é removido, mesmo quando não violamos nenhuma das regras do *Instagram*. Os meios de subsistência dos criadores independentes são prejudicados pelo comportamento imprudente e discriminatório do Instagram. A plataforma, apesar do tratamento descuidado a um grupo já marginalizado, é uma ferramenta de marketing vital para quem trabalha na indústria adulta. Negar-nos a capacidade de promover as nossas marcas e expandir os nossos negócios, ao mesmo tempo que apagamos, silenciemos e censuramos continuamente a presença de profissionais do sexo e marcas adultas, é violento e profundamente prejudicial. Combinado com a discriminação financeira regular que os profissionais da indústria adulta enfrentam, é perigoso e ameaçador para os nossos meios de subsistência.

Exigimos tratamento justo no *Instagram* para artistas adultos, profissionais do sexo e qualquer empresa adulta compatível, incluindo o *Pornhub*. Embora as principais marcas e contas de celebridades apresentem frequentemente nudez e sexualidade aberta sem repercussões, as nossas contas são regularmente banidas sem explicação adequada. A conta segura para o trabalho do *Pornhub* foi desativada há duas semanas. Nesse ínterim, *Kim Kardashian* postou sua bunda totalmente exposta para seus 330 milhões de seguidores sem qualquer ação restritiva do *Instagram*. Estamos felizes em ver que *Kim* e a equipe artística por trás da imagem são livres para compartilhar seu trabalho na plataforma, mas questionamos por que nos é negado o mesmo tratamento. Enquanto a foto de *Kim* continua acumulando curtidas e ganhando manchetes, os membros da comunidade adulta correm o risco de cair na plataforma se o *Instagram* decidir que nossas calças parecem um pouco apertadas demais para atender aos seus “padrões” arbitrários e aplicados seletivamente.

Exigimos que o *Instagram* acabe imediatamente com toda discriminação contra aqueles envolvidos na indústria adulta. Isso significa fornecer total transparência e explicações claras para quaisquer contas suspensas ou banidas, acabar com as práticas de banimento oculto e restabelecer imediatamente todas as contas, incluindo o *Pornhub*, que não violaram

nenhum dos Termos e Políticas do *Instagram*. Respeitosamente. (*Pornhub* e outros signatários, 2022, tradução nossa)<sup>74</sup>

Ainda hoje a plataforma continue sem sua conta oficial no *Instagram*, as trabalhadoras têm criado contas no *Pornhub* postando alguns conteúdos grátis para assim fidelizarem assinantes que passam a consumir por outros conteúdos. Ainda que a plataforma continue disponibilizando vídeos grátis de usuários que não são criadores de conteúdo sexual e, portanto, não são contas totalmente seguras, essa mudança nos termos de uso alterou o funcionamento da plataforma, restringindo conteúdo potencialmente agressivo assim como repeliu algumas categorias de busca que remetem a atos sexuais não consensuais.

Seguindo a tendência do contexto internacional, processadores de pagamento também revisaram seus contratos de termos de serviço para evitar violações da legislação FOSTA-SESTA. Em dezembro de 2020, as principais empresas de cartão de crédito *Visa* e *Mastercard* anunciaram que deixariam de processar pagamentos ao *PornHub*. O que pretendemos chamar atenção nesse episódio em específico é que o que está por trás desses substanciais mudanças, mais do que a preocupação com conteúdo violentos e a exposição sofrida, é o apelo comercial e as grandes multinacionais de cartão de crédito que passaram a repensar suas relações comerciais com essas empresas<sup>75</sup>. O *Google*, em particular, modificou os termos de serviço do *Google Pay*, um serviço de pagamento *online*, incluindo a proibição de transações envolvendo profissionais do sexo:

Não permitimos que o *Google Pay* seja utilizado para pornografia e outro material sexualmente explícito. Isto inclui, mas não se limita a: prostituição, serviços de acompanhantes ou de companhia, ou qualquer produto ou serviço que promova temas sexuais menores de idade, não consensuais ou ilegais. (Políticas do Google Pay, 2021, tradução nossa)<sup>76</sup>

---

<sup>74</sup> Os signatários incluem a Coalizão pela Liberdade de Expressão, APAG, Riley Reid, Adriana Chechik, Ricky Johnson, Johnny Sins, Abella Danger, Violet Myers, Britney Amber, Lucy Hart, Joanna Angel, Aubrey Kate, Casey Calvert, Holly Randall, Keiran Lee, Wolf Hudson, Kira Noir, Natassia Dreams, Asa Akira, Dante Colle, Cherie DeVille, Abigail Mac, Alana Evans e muitos outros. A carta está disponível em: <<https://www.xbiz.com/news/269080/pornhub-adult-content-creators-confront-instagram-over-discriminatory-practices>>. Acesso em agosto de 2024.

<sup>75</sup> Maiores informações disponíveis em: <<https://nypost.com/2020/12/07/mastercard-visa-investigate-pornhub-business-relationship/>>. Acesso em agosto de 2024.

<sup>76</sup> We do not allow Google Pay to be used for pornography and other sexually explicit material. This includes but is not limited to: prostitution, escort or companionship services, or any product or service which promotes underage, non-consensual, or other illegal sexual themes. Disponível em: < <https://pay.google.com/about/business/policy/> > Acesso em agosto de 2024

Em pesquisas recentes, Danielle Blunt e Ariel Wolf (2020) demonstraram que quando instituições financeiras identificam as trabalhadoras sexuais, elas normalmente perdem todas as contas e cartões de crédito associados ao mesmo nome, mesmo que não sejam utilizados para mediar os serviços sexuais. Essa forma de discriminação além de reforçar o estigma e a marginalidade associadas ao trabalho sexual, ameaça e deixa instável a adoção de tecnologias financeiras por esse grupo de trabalhadoras o que as coloca em risco e vulnerabilidade diante de situações exploratórias.

As autoras ainda assinalam que a obtenção da liberdade sexual permanecerá inatingível desde que esteja limitada e mediada pela métrica da lucratividade das empresas. A manifestação mais evidente dessa restrição é a erosão da estabilidade econômica. Isso é exemplificado pela remoção de contas e a instabilidade vivida pelas trabalhadoras sexuais quando as plataformas são restritivas, o que as impedem de buscar e fidelizar clientes por meio do anúncio de seus serviços.

Quando as empresas que trabalham em conjunto com o governo endurecem as políticas de discurso em torno da sexualidade à luz de novas leis ou de um esforço para aumentar os lucros através de ambientes publicitários favoráveis ou de um clima hospitaleiro para os investidores, os nossos direitos de falar sobre sexo ou de prosseguir livremente as nossas vidas sexuais são colocadas em risco. (Bronstein, 2021, p. 378, tradução nossa.)<sup>77</sup>

As ameaças, interrupções e volatilidade no tratamento de transações financeiras e atividades bancárias nas plataformas, que servem como mediadoras e facilitadoras de trabalho sexual, perpetuam o estigma sob o trabalho sexual e contribuem para a formação de um grupo de trabalhadores que enfrentarão um nível consideravelmente maior de insegurança (Easterbrook-Smith, 2022). A implementação da FOSTA-SESTA representa de forma concreta as estratégias para a desplataformização do trabalho sexual, levando as empresas de tecnologia a implementarem alterações significativas a respeito dos conteúdos sexuais em plataformas digitais, instituindo-se de forma difusa e ambígua.

O objetivo principal da lei, que visava reprimir os responsáveis pelo envolvimento no tráfico sexual levou a um aumento nas consequências indesejáveis para as trabalhadoras sexuais. O aspecto moral do trabalho sexual é totalmente considerado pelas plataformas, o que faz com

---

<sup>77</sup> When corporations working in concert with government tighten speech policies around sexuality in light of new laws or a drive for increased profits through favorable advertising environments or a hospitable climate for investors, our rights to speak about sex or to pursue our sexual lives freely are placed in jeopardy.

que elas evidenciem os “riscos potenciais” associados às trabalhadoras sexuais e seus clientes como usuários de plataformas *online*, principalmente no aspecto financeiro.

Em resposta a isso, muitas plataformas optaram por excluir explicitamente profissionais do sexo por meio de seus Termos e Condições de Uso ou empregando métodos mais discretos, como proibições paralelas e soluções algorítmicas, para limitar visibilidade das trabalhadoras (Smith, 2019; Blunt *et al.*, 2020; Swords *et al.*, 2021). As alegações feitas por profissionais do sexo, ativistas e pesquisadores sobre o impacto da legislação antitráfico FOSTA-SESTA em sua capacidade de receber pagamento por serviços *on-line*, dentre outras formas discriminatórias, destacam as implicações mais amplas que as medidas estruturais e legislativas têm na indústria do sexo como um todo (Patella-Rey 2021; Berg 2021; Callander *et al.* 2022).

Ainda nessa conjuntura, em agosto de 2021, a empresa e plataforma *Only Fans* anunciou que a partir de outubro daquele ano passaria a proibir a postagem de conteúdos que tivessem conduta sexualmente explícita, indicando que seria necessário alterar suas diretrizes internas para garantir um espaço inclusivo para seus criadores de conteúdo. Esse anúncio causou revolta entre as trabalhadoras sexuais que passaram a acusar a plataforma de obter visibilidade e lucrarem as suas custas e depois as descartarem. Conforme destacado por van der Nagel (2021) as empresas de tecnologia permitem estrategicamente a inclusão de trabalho sexual em suas plataformas, aumentando assim sua base de usuários, apenas para posteriormente desplataformizar essas trabalhadoras.

O que pudemos observar em nosso campo de pesquisa desde o anúncio do banimento até o seguinte comunicado da empresa, foi que as novas plataformas, que surgiram no contexto pandêmico para produção e venda de conteúdo, auferiram um grande número de novos usuários e ainda surfaram na onda do proibicionismo do OF. Mas o anúncio não durou muito tempo: no dia 25 do mesmo mês o OF voltou atrás e comunicou que “as vozes da comunidade foram ouvidas” e eles obtiveram garantias necessárias para continuar apoiando, leia-se, garantias comerciais e com contratantes, as comunidades diversificadas de criadores de conteúdo e que suspenderiam a mudança planejada para o início de Outubro.

De acordo com van der Nagel (2021) a mensagem da comunicação corporativa da plataforma OF passou a apresentar a sua proposta para criação de conteúdo predominantemente atrelada a ideia de “Safe for Work (SFW)”, o que na tradução literal significa que o conteúdo é “seguro para (ver no) trabalho”. Segundo a autora, este é um objetivo estratégico para criar uma lacuna que separará a plataforma da associação com conteúdo sexual. Em um ambiente de mídia social em que o conteúdo do NSFW é frequentemente removido das plataformas, a autora reitera

que a maneira pela qual o OF trabalha para tornar seus criadores de conteúdo adulto imperceptíveis afetou diretamente as pessoas que trabalham com conteúdo sexual e os clientes potenciais disponíveis para eles. Durante uma entrevista a trabalhadora Julia, de 26 anos de idade, me relatou:

A ideia do *OnlyFans* não era ser só putaria, se você entra no Instagram do *OnlyFans*, não tem uma *sex worker* que eles divulgam, são um bando de pau no cu. Quem sustenta aquela comunidade são as *sex workers*, 20% de tudo o que a gente ganha vai tudo para o bolso deles. A gente que sustenta a plataforma, mas na teoria não é isso, existem outras pessoas lá dentro e foi assim que *Only Fans* acabou sendo conhecido, através dessas outras pessoas com conteúdo mais *lights*, mas logo o bagulho acabou migrando com o *Suicide*<sup>78</sup>, outras pessoas. Não sei exatamente como foi essa transição, mas foi feita. (Entrevista com a trabalhadora Joana, 2022)

Ainda que nos últimos anos a expressão “vou abrir um *Only Fans*” tenha de espalhado de forma significativa para denotar a vende conteúdo adulto, poder-se-ia inferir que o OF estaria se esforçando para diminuir a desaprovação social associada ao trabalho sexual e integrá-lo às atividades de influenciadores e criadores de conteúdo, mas o que van der Nagel (2021) conclui e o que também vai ao encontro com o relato de Julia é que a comunicação corporativa da OF age conscientemente ao minimizar de forma estratégica as associações da plataforma para com conteúdo sexual.

A justificativa empresarial para esse fenômeno reside no fato de que para que as plataformas que necessitam de um parceiro para efetivação de pagamento funcionem, elas devem cumprir com os termos de uso que podem ditar qualquer coisa, desde o que é vendido, para quem e como. Quaisquer bancos onde essas empresas armazenam seus fundos podem, em teoria, fazer a mesma coisa, mesmo que por pressões internas. Tanto os provedores de pagamentos quanto os bancos se reservam o direito de cortar relacionamentos com qualquer pessoa que considerem estar em violação de seus termos. Esse poder permite que eles influenciem quem vende o que na internet, principalmente quando se trata de pornografia e outros serviços e produtos relacionados ao sexo. Ainda, em um contexto plataformizado, alianças entre grupos políticos conservadores, grupos anti-pornografia, incluindo tanto religiosos quanto as feministas

---

<sup>78</sup> *Suicide Girls* é um site de assinatura que contém fotos sensuais e erótica de estilo *pin-up* com modelos do sexo feminino de diversos lugares do mundo. As *Suicide Girls* são vistas como um estilo de modelos alternativas, pois privilegiam mulheres tatuadas, com piercings, com cabelos coloridos, entre outros.

radicais abolicionistas, grandes empresas de crédito e banco, além de grandes grupos de mídia tem se aliado para pressionar, censurar e coibir novas formas de trabalho sexual<sup>79</sup>.

Essa aliança não é nova e demonstra uma continuidade na maneira pela qual as guerras sexuais, ou pornográficas, além de não terem cessados com o tempo, são historicamente muito presentes da vida das trabalhadoras sexuais. No contexto digital elas tem se modificado e, atualmente, tem sido definida nos termos de “novas guerras sexuais”, onde atores de instancias sociais distintas continuam se mobilizando, agora de maneira digital, para impor um pânico moral<sup>80</sup> e sexual visando manter uma pedagogia sexual homogênea. Essas alterações nos termos de uso, bem como a implementação de uma legislação de caráter transnacional mostram-se afinados com uma onda antigênero e antifeminista, por muitas vezes misóginas. É importante termos em mente que as empresas denominadas como *Big Five*, da qual o grupo *META* faz parte, bem como a *Google*, são aliados a projetos masculinistas e conservadores, que encontram nesses grupos de forte apelo ideológico, um suporte.

A construção social de um pânico requer tanto a existência de um grupo, ou grupos de interesse assim como conflitos latentes sobre determinada questão social em uma conjuntura histórica específica. No caso dos direitos das mulheres e mais ainda sobre trabalho sexual há um conflito histórico que eclode em diferentes momentos, tendo em vista que esse combate paira sobre interpretações contrastantes a respeito da posição social da mulher e da normalização do trabalho e do sexo. De acordo com Miskolci (2017) os pânicos morais encontram um solo fértil na era das mídias digitais pois a maneira pela qual essas mídias funcionam tendem a ampliar a disseminação de informações sensacionalistas e medos coletivos, gerando aos empreendedores morais um alcance muito grande.

Além disso, segundo o autor, os desejos mobilizados no contexto digital tornam-se técnicas e valores apropriados para a negociação da visibilidade, inserida em regimes de representação e relações de poder. A visibilidade, portanto, não se torna sinônimo de segurança

---

<sup>79</sup> Algumas informações a respeito de como esses grupos tem promovido mobilizações e vem pressionando grandes grupos políticos e sociais encontram-se disponíveis em: <<https://www.xbiz.com/news/256588/the-new-war-on-porn-how-moral-crusaders-mainstream-media-and-politicians-are-gunning-for-xxx>> e em <<https://www.xbiz.com/news/251170/why-is-liberal-paper-the-guardian-publishing-porn-is-human-trafficking-propaganda>>. Acesso em agosto de 2024.

<sup>80</sup> Aqui cabe uma conceitualização sobre o termo pânico moral. Este termo cunhado inicialmente por Stanley Cohen na década de 1960 refere-se a fenômenos sociais de reação intensa nas mídias e na opinião pública, fomentadas por empreendedores morais (Becker, 2008) em relação a comportamentos e atores sociais que potencialmente poderiam romper com padrões morais “tradicionais” considerados como base para coesão social.

pois é determinada e negociada dentro desse espectro de valores e representações sociais, sendo sempre, relacional e estratégica e imbricada nesses conflitos com outros grupos sociais.

No campo da plataformização de serviços sexuais, é imperativo levar em conta, como destaca Gillespie (2018, p.97), que, além do *software* e dos procedimentos codificados, a importância dos algoritmos está na conversão de dados em resultados desejados. Em um sentido mais amplo, o autor direciona a atenção para a noção de que as decisões de negócios, consideram e são projetadas de forma consciente sobre o que deve ser englobado e deixado fora de cena (obsceno), influenciando nos padrões de comportamento esperados. Essas escolhas servem ao propósito de estabelecer e afirmar padrões de discussão e diálogo público.

Outro aspecto digno de nota explorado pelo autor diz respeito à forma como as práticas relacionais entre indivíduos e algoritmos também funcionam como um meio para que os fornecedores as transformem em mercadorias. Consequentemente, algoritmos tendem a se manifestar como mecanismos socialmente construídos, sob gestão institucional, e que contribuem para a formação do julgamento público por meio de representações sociais solidificadas. Por outro lado, o autor postula que a relação entre indivíduos e algoritmos não é unilateral, estando aberta a táticas e manipulações diversas.

Ainda que a desplataformização se assenta e propõe permanências em pânico morais estabelecidos a respeito de diversas formas de trabalho sexual é notório que a mobilização do estigma sobre os mercados sexuais acaba recebendo uma nova roupagem. No tópico seguinte, exploramos a maneira pela qual as plataformas operacionalizam o estigma e o manejam de maneira a se distanciar da constatação de vínculos de trabalho.

## 5.2 Gestão do estigma

Na discussão apontada anteriormente discutiremos que o estigma em torno do trabalho sexual está assentado no pânico moral do tráfico e da exploração, bem como nas medidas consideradas apropriadas para combatê-los, o que tem se deslocado da ênfase dado ao trabalho presencial, ainda que isso persista, e passaram a abranger os trabalhos plataformizados. Com proposto por Sanders *et al.* (2018, 123), a mediação digital passou a ser uma via adicional para o policiamento e monitoramento das pessoas envolvidas com trabalho sexual. Ainda, como discutido no tópico anterior, a desplataformização de trabalhadoras sexuais vem sendo resultado de uma infinidade de razões interconectadas. Isso inclui a implementação de medidas

automatizadas de moderação de conteúdo, a ausência de transparência sobre esse processo e a falta de supervisão adequada.

No entanto, em sua essência fundamental, a desplataformização de profissionais do sexo pode ser atribuída principalmente a um estigma social generalizado definido por alguns autores como *whore stigma*, em tradução literal, “estigma de puta” (Pheterson, 1994). Esse estigma encontra-se enraizada desde os domínios das estruturas tecnológicas até as regulamentações legais mais amplas e discursos políticos, bem como na elaboração dos termos de uso das plataformas, servindo como o principal fator por trás da marginalização e exclusão de profissionais do sexo no ambiente digital (Blunt; Stardust, 2021).

Por outro lado, outras questões emergem como a possibilidade de as empresas responsáveis pelas plataformas destinadas a transmissão e hospedagem de conteúdo sexual estarem atuando como uma espécie de “cafetinagem digital”. No caso do CP a empresa argumenta que são apenas uma plataforma mediadora que conecta as trabalhadoras (contratante) à clientela (usuários). É interessante notarmos como a plataforma nomeia as partes envolvidas e definem o tipo de serviço que oferecem.

1.1.6. “Contratantes da Camera Prive” significa os artistas maiores de 18 (dezoito) anos que contrataram: (i) os serviços oferecidos pela OnCam Ltda., consistentes na disponibilização de espaço virtual no Site, com o objetivo de comercializar Conteúdos próprios perante os Usuários da plataforma; e (ii) os serviços de intermediação de pagamento oferecidos pela Transaciona, que permitem a utilização da Carteira Virtual no âmbito da plataforma;

1.1.23. “Usuário” é o usuário da plataforma que utiliza o Site para interagir com o Contratante e para adquirir conteúdo do Contratante.

**3.1.** A OnCam, na qualidade de titular da marca e do Site Camera Prive, prestará ao Contratante serviços de criação, disponibilização e manutenção de conta e espaço virtual no Site, para que o Contratante possa comercializar e oferecer conteúdos de sua titularidade aos Usuários da plataforma, nos termos e condições ora descritos.

**5.7.** A OnCam reconhece que o Contratante realizará em sua Sala Virtual apresentações cujo conteúdo pode estar relacionado à área de entretenimento adulto com possível conteúdo sexual.

**28.9. Nenhum vínculo, seja de emprego ou de responsabilidade, será interpretado entre o Contratante, a OnCam e a Transaciona ou seus empregados, agentes, diretores ou terceiros que prestem serviços previstos neste Contrato. Cada Parte é individualmente responsável pelas suas obrigações, ônus ou Impostos devidos por qualquer lei ou legislação relacionados às responsabilidades trabalhistas e de seguridade social, ou qualquer outra área do direito.**

**28.10. Nenhuma associação, parceria, joint venture ou relação de trabalho é criada entre a OnCam, a Transaciona e o Contratante por meio deste Contrato. No cumprimento das suas respectivas obrigações, as Partes são, e serão, independentes. Nenhuma das Partes está vinculada ou tentará se vincular a outra Parte por meio de contrato ou pelo cumprimento de qualquer obrigação, e nenhuma das Partes garantirá a terceiros que terá qualquer direito de firmar obrigação vinculante em nome da outra Parte, exceto quando a Transaciona recebe e mantém a receita em nome do Contratante, e até distribuir a receita para o Contratante, conforme descrito nas Cláusulas 8, 9, 10, 11 e 12. (Contrato prestação de serviços CP, 2024, negrito do contrato)<sup>81</sup>**

No Brasil, as plataformas, cientes da informalidade inerente associada ao trabalho sexual, empregam medidas e definições estratégicas para evitar qualquer reconhecimento como facilitadoras de uma atividade informal e estigmatizada. A ausência de regulamentação formal tem implicações significativas não apenas para os indivíduos envolvidos no trabalho sexual. A imposição de estigma social, as campanhas morais e coerção pública resulta na terceirização de responsabilidades governamentais para empresas privadas, diminuindo assim a visibilidade das trabalhadoras do sexo e forçando-as a enfrentar circunstâncias cada vez mais instáveis financeiramente.

Para combater a percepção social estigmatizada, as plataformas digitais que hospedam e transmitem conteúdo sexual declaram explicitamente em seus termos de uso que não endossam ou promovem a prostituição ou qualquer forma de atividade sexual. Além disso, essas plataformas não apenas desaprovam veementemente qualquer referência ao trabalho sexual, particularmente à prostituição, mas também impõem limitações estritas as trabalhadoras no que diz respeito ao compartilhamento de informações pessoais com clientes e assinantes. Essa diretriz visa principalmente inibir as profissionais do sexo de receberem diretamente o valor total do pagamento de clientes que optam por realizar transações e/ou serviços fora da plataforma.

18.17. A OnCam declara ser contrária ao aliciamento ou promoção à prostituição, sob qualquer forma ou condição, sendo expressamente proibido o uso do Site pelo Contratado, pelos Usuários ou por qualquer outra pessoa para facilitar o aliciamento ou a promoção à prostituição, sendo estritamente proibido no Site da OnCam qualquer forma de solicitação ou troca de informações pessoais entre Contratante e Usuários, incluindo nome, endereço residencial, endereço de e-mail, endereço físico, número de telefone, aplicativos online de mensagem (por exemplo, *Skype*, *AIM*, *WhatsApp*, *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* etc.), além de quaisquer informações financeiras (por exemplo, informações

---

<sup>81</sup> O contrato encontra-se disponível em: <<https://models.cameraprive.com/br/legal/platform-agreement>>. Acesso em agosto de 2024

bancárias ou do cartão de crédito), ou qualquer outra informação pessoal identificável. A violação resultará no cancelamento da conta do Contratante e rescisão unilateral imediata deste Contrato pela OnCam. A título de multa pelo descumprimento dessa obrigação contratual, a OnCam poderá determinar que sejam retidos do Contratante todos e quaisquer Pagamentos pendentes, inclusive valores relativos à Remuneração da OnCam e à Remuneração da Transaciona.

18.18. É expressamente vedado a realização de qualquer Pagamento fora do âmbito do Site e da Carteira Virtual, de forma que o Contratante concorda em se abster de solicitar à OnCam e à Transaciona o recebimento de valores por mecanismos fora da plataforma. (Contrato prestação de serviços CP, 2024)

De acordo com Katrin Tiidenberg (2021) os idealizadores das plataformas ao formular diretrizes para usuários, apoiam-se não apenas em estatutos legais, mas também nas perspectivas de indivíduos influentes e em sua avaliação dos valores e padrões sociais predominantes. Isso inclui levar em consideração os pânicos morais que atuam durante um determinado período histórico. No ambiente digital, a gestão do estigma ocorre por meio dos algoritmos, dos padrões comunitários e termos de serviço/uso que operam no sentido de operacionalizar a percepção negativa relacionada as profissionais do sexo (Garcia, 2020). Essa estigmatização automatizada objetiva manter uma imagem higienizada das plataformas, coibindo formas de expressão da sexualidade ainda que essas mesmas plataformas capitalizem todos os dados que são gerados na prestação dos serviços sexuais, conformando de forma ambivalente a essencialidade e dispensabilidade das trabalhadoras sexuais (Blunt; Stardust, 2021).

Trabalhar *online* é uma ferramenta de redução de danos que os trabalhadores do sexo que têm acesso à Internet podem utilizar para criar mais espaço entre nós e um cliente, para negociar os termos da nossa interação. A perda de acesso a estas plataformas e serviços de publicidade, significa que os trabalhadores do sexo são forçados a renunciar a estas ferramentas de redução de danos e a correr mais riscos em seu trabalho. Tal como a criminalização, a perda de acesso a espaços *online* empurra o trabalho sexual ainda mais para a clandestinidade, onde há menos tempo e espaço para discutir os termos de uma transação. Quando as pessoas não conseguem estabelecer contato com a sua base de clientes, não conseguem ganhar dinheiro. E se as pessoas dependem do rendimento do trabalho sexual para cuidar de si próprias, das suas famílias e das suas comunidades, retirar-lhes a capacidade de o fazer irá colocá-las em situações mais vulneráveis, aumentar a precariedade económica e aumentar a exposição à violência. (Blunt & Stardust, 2021, p. 11, tradução nossa)<sup>82</sup>

---

<sup>82</sup> Working online is a harm reduction tool that sex workers who have access to the internet are able to use to create more space between ourselves and a client to negotiate the terms of our interaction. Losing access to these

A forma jurídica pela qual a empresa CP se posiciona tem o efeito de produzir uma sujeição que objetiva construir uma regularidade na maneira pela qual as trabalhadoras se apresentam e se relacionam com a plataforma e seus clientes. Como ponderado por Judith Butler (2014, p. 252) “Normas podem ou não serem explícitas, e quando elas operam como o princípio normalizador da prática social, elas geralmente permanecem implícitas, difíceis de perceber e mais clara e dramaticamente discerníveis nos efeitos que produzem”. Deste modo, as definições e a escolha de palavras para estruturar os termos e políticas de uso não ocorrem de maneira aleatória, mas operam em uma ambivalência estruturada que visa normalizar a maneira pela qual a plataforma será vista e, o mais importante, mobiliza um vocabulário técnico a respeito do serviço oferecido, desconsiderando os trânsitos subjetivos que as trabalhadoras operam dentro da plataforma.

Nos últimos anos a crescente pulverização de plataformas, trabalhadoras, clientes e serviços especializados em conteúdos sexuais resultaram em toda uma remodelação dos termos e práticas de usos das plataformas como uma maneira de coibir determinados conteúdos e, ainda que a lucratividade dessas plataformas se assenta no trabalho sexual, elas aprofundam o estigma atrelado a ele. Contudo, independente dos parâmetros estabelecidos pelas empresas para os usos dessas plataformas as trabalhadoras constroem brechas e estratégias para de certa forma escaparem do controle algorítmico que fundamentam os usos.

À medida que esses algoritmos se abrigam na vida das pessoas e nas suas rotinas informacionais, os usuários moldam e rearticulam os algoritmos com os quais se deparam. (...) É importante conceber este entrelaçamento não como uma influência unidirecional, mas como um ciclo recursivo entre os cálculos do algoritmo e os “cálculos” das pessoas. (Giulisepe, 2018 p. 110)

A volatilidade das alterações nas plataformas de redes sociais passou a exigir estratégias tanto das trabalhadoras quanto das plataformas destinadas a venda e transmissão de conteúdo sexual. Trabalhadoras sexuais desenvolvem métodos estratégicos para utilizar e otimizar o uso

---

platforms and advertisement services means that sex workers are forced to forgo these harm reduction tools and take more risk in their work. Just like criminalization, losing access to online spaces pushes sex work further underground, where there is less time and space to discuss the terms of a transaction. When people are not able to connect with their customer base, they are not able to make money. And if people are relying on the income of sex work to take care of themselves, their families, and their communities, taking away their ability to do so will put them into more vulnerable situations, increase economic precarity, and increase exposure to violence.

dessas plataformas<sup>83</sup>. Isso direciona nossa análise para a interação entre essas trabalhadoras e as plataformas em seus vários níveis de engajamento, salientando a maneira pela qual elas navegam e negociam o seu envolvimento com esses ecossistemas. Esse aspecto tem uma importância significativa, especialmente tendo em vista que o trabalho sexual reside à margem da legalidade e seu conteúdo é considerado controverso por determinados grupos sociais.

A maneira pela qual as plataformas respondem às condições legais, bem como a imposição de restrições específicas, determina até certo ponto quais atividades são permitidas ou proibidas, resultando em vários graus de punição em casos de “uso indevido”. Entretanto, como em toda relação de poder há resistências, manipulações cotidianas e usos estratégicos que visam “burlar” o algoritmo e otimizar o uso das tecnologias, constituem táticas diárias de sobrevivência (Grohmann, et al., 2022). No próximo tópico iremos discorrer sobre essas estratégias e como elas se entrelaçam a objetividade do fenômeno da desplataformização, e, de forma mais subjetiva, como essas táticas recorrem a noções de intimidade e cotidiano.

---

<sup>83</sup> Essa discussão será aprofundada no próximo tópico.

## 6. O CRUZAMENTO DE PLATAFORMAS

### 6.1 A perambulação digital

Por perambulação digital (Leitão e Gomes, 2018) pretendemos chamar a atenção para as maneiras pelas quais as trabalhadoras necessitam navegar em um ambiente multiplataforma para ter visibilidade, construir uma base de clientes sólidas e ao mesmo tempo contornar sistemas de pagamento e taxas de hospedagem das plataformas. Nesse sentido, as plataformas tornam-se ambientes que permitem a experimentação de práticas e exercícios e imaginações, onde as trabalhadoras não apenas consomem e oferecem um produto, mas desenvolvem estratégias constantes que as permitem migrar, deslocar e habitar em múltiplas conexões e associações.

Ao analisar o trabalho de Preciado, Larissa Pelucio (2016) adiciona ao circuito sexo capital proposto pelo autor a imprecibilidade das mídias digitais, o que em nossos termos de pesquisa diríamos, as plataformas, para o funcionamento de um regime de distribuição e organização de imagens, corpos e capital, mas que em sua própria disposição opera por meio de brechas pelas quais os sujeitos podem se apropriar das tecnologias de forma subjetiva.

Por ser um mercado dinâmico e em constante mudança, todas as alterações no quadro político, financeiro e social tem gerado impactos diretos na oferta e demanda desses serviços. Outra questão a ser apontada é o fato de as plataformas cobrarem uma porcentagem dos rendimentos obtidos pelas trabalhadoras<sup>84</sup>, seja pelos atendimentos ou conteúdos vendidos. Isso tem feito com que muitas façam atendimentos fora das plataformas, em suas redes pessoais como *WhatsApp*, *Telegram*, *Skype*, *Instagram* e *Twitter*, cobrando valores entre R\$ 40,00 a R\$ 100,00, dependendo do tempo escolhido para realização chamada de vídeo.

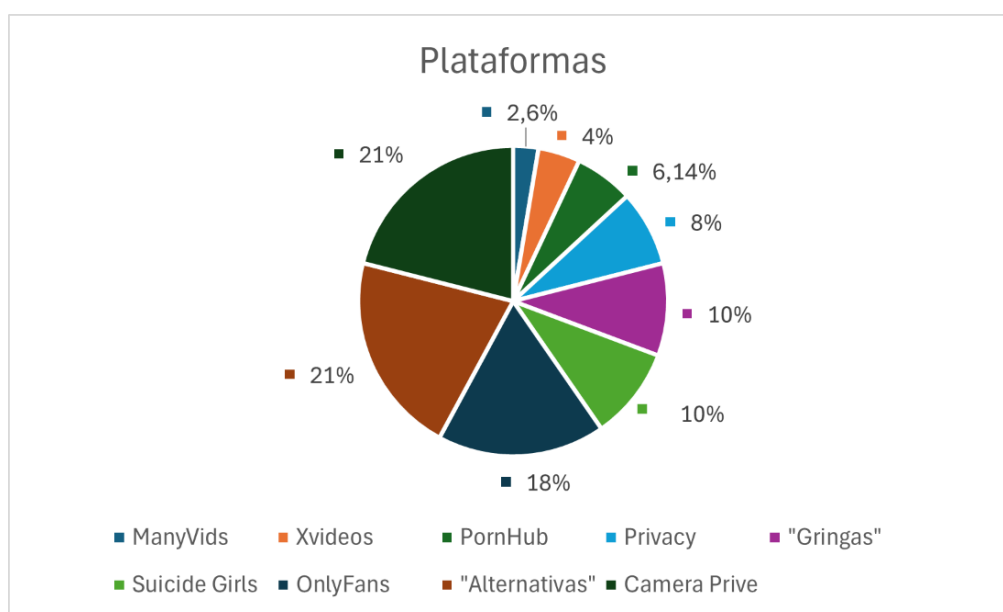
Nesse aspecto trabalhamos com o termo “plataformas alternativas” para indiciar quando os atendimentos e vendas ocorrem fora de plataformas especializadas nesses serviços. Ainda que essas plataformas sejam as mais tradicionais e *mainstream*, o uso do termo *alternativa* se refere ao fato dessas mídias se revelarem enquanto *uma alternativa* para as trabalhadoras. Algumas

---

<sup>84</sup> Como já mencionado as plataformas cobram de cada trabalhadora em torno de 50% a 20% dos lucros obtidos em suas contas pessoais como taxa de hospedagem, uso dos seus serviços e pela mediação do pagamento que é realizada entre as trabalhadoras e clientes.

trabalhadoras também vêm fazendo o serviço de *camming* em plataformas estrangeiras para que recebam em dólares, como uma forma de aumentar a renda, dado a desvalorização do real, nesse sentido elencamos o termo “plataformas gringas” para referir a plataformas de *camming* que não são brasileiras. Com essas informações pudemos elaborar um gráfico a respeito da atuação das colaboradoras nesses termos elencados, de acordo com as referências a cada plataforma e rede social disponibilizada nas entrevistas.

**Figura 10.** Plataformas utilizadas pelas trabalhadoras entrevistadas.



FONTE: CRISTIANE DE MELO, 2024

Uma outra maneira encontrada pelas trabalhadoras para escapar das porcentagens cobradas é a formação de grupos, sozinhas ou com outras trabalhadoras, no *WhatsApp* ou *Telegram*, onde cobram uma assinatura mensal e enviam conteúdo exclusivo diariamente nesses grupos. Ainda que pese a questão da porcentagem retida pelas plataformas, algumas trabalhadoras preferem atender somente por lá tendo em vista que a plataforma “faz tudo”, contabiliza, lida com os clientes e realiza todo o trabalho de intermediação. O OF por exemplo possui uma ferramenta onde as trabalhadoras podem colocar todo seu conteúdo na plataforma e agendar quando eles devem começar a ser publicado, de forma individualizada.

Outro ponto de destaque é que além de hospedar todo conteúdo as plataformas é que irão mediar qualquer problema que elas possam vir a ter com os clientes. Por fim, essas

plataformas contam com ferramentas que coíbem que os conteúdos sejam vazados para fora da plataforma e caso a clientela tire *prints* ou grave a tela do computador no momento da transmissão, as modelos podem denunciar e a plataforma realiza todo o trabalho de tirar do ar, não importa em qual outra plataforma este conteúdo tenha sido vazado. Há uma questão de direito de imagens e uso de marcas d'aguas irão comprovar que o conteúdo foi retirado indevidamente da plataforma hospedeira.

Para contornar o sistema de pagamento de porcentagens, as trabalhadoras constroem estratégias para atrair clientes fora das plataformas. O uso de redes sociais tradicionais como *Instagram*, *Twitter*, *WhatsApp* e *Telegram* tem sido uma forma eficaz de fazer isso. As trabalhadoras costumam deixar o mesmo nome de suas contas em plataformas adultas para que os clientes possam encontrá-las em outras redes sociais. A criação de conteúdo mediado por plataformas pode ser compreendida sob a ótica do trabalho criativo (Huws, 2011) na medida em que é feito com fins de autoexpressão. De acordo com Huws o trabalho criativo é “reprodutivo não remunerado”, na medida em que produz valores sociais de uso.

Manter um perfil público proeminente permite que camgirls se apresentem como pseudocelebridades, contando com uma campanha de boca a boca popular para aumentar seu público e se diferenciar da legião de outras camgirls encontradas nos principais sites de hospedagem. Camgirls com um perfil público ativo podem complementar a receita obtida em sites de hospedagem de webcams fazendo apelos diretos à sua base de fãs. As camgirls costumam usar as mídias sociais para anunciar suas 'listas de desejos', permitindo que os fãs subvertam o sistema tradicional de pagamento enviando itens diretamente para as performers. (Beakley, 2014, p. 900, tradução nossa<sup>85</sup>)

A finalidade desse trabalho, ao blogar, postar fotos, *stories* e vídeos em redes sociais fora da plataforma voltadas ao trabalho sexual, por exemplo, tem o efeito de alavancar o acesso aos perfis de trabalho, tornando-se base de divulgação desses serviços. Criar conteúdo fora das plataformas destinadas a exclusivamente a venda deles pode ser visto inicialmente como uma atividade não remunerada, porém tem impacto direto do trabalho, pois torna-se uma remuneração extra ao passo que consolida uma base sólida de clientes.

---

<sup>85</sup> “Maintaining a prominent public profile allows camgirls to cast themselves as pseudo-celebrities, relying on a grassroots word-of-mouth campaign to grow their audience and differentiate themselves from the legion of other camgirls found on major hosting websites. Camgirls with an active public profile are able to supplement the revenue earned on webcam hosting websites by making direct appeals to their fan base; camgirls often use social media to advertise their ‘wishlists’, allowing fans to subvert the traditional camgirl payment system by sending items directly to performers.”

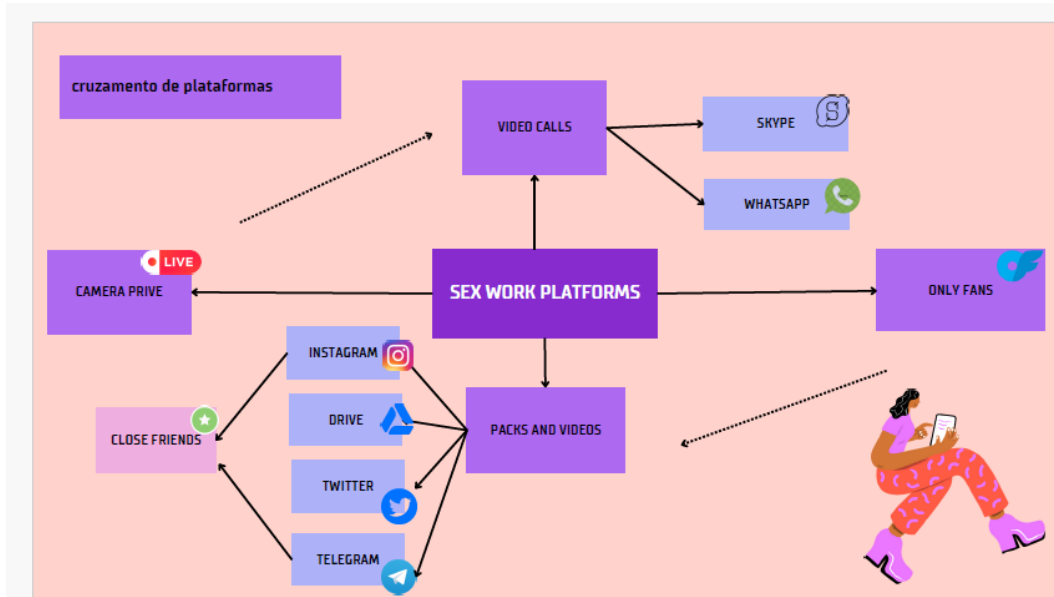
Como exposto no capítulo anterior, a desplataformização de trabalhadoras sexuais em mídias digitais diversas teria um impacto negativo na visibilidade que elas construíram nesse ambiente. No entanto, se pensarmos na estrutura operacional do OF, veremos que ela não funciona como uma plataforma independente, mas sim necessita de todo um ecossistema de mídia social em que as trabalhadoras devem possuir contas em várias plataformas. O OF foi projetado pensando em criadores de conteúdo que estabeleçam base de seguidores em plataformas alternativas, conforme relatado pelas trabalhadoras.

Quem não é visto não é lembrado, as redes sociais, *Instagram* e *twitter*, é muito mais fácil converter uma pessoa em cliente, são redes muito visuais e não tão pessoais quanto *Facebook*. No *Instagram* faço o que dá, no limite, para ser vista. É um passo a passo para vender o conteúdo que começa nas redes sociais. Feliz ou infelizmente elas são fundamentais, é importante pois muda a qualidade do público que consome. (Entrevista com a trabalhadora Bella, 2021)

*OnlyFans* não funciona sozinho, isso é um fato. Se você entrar agora, fizer sua conta, não aparece sugestões de pessoas para seguir nem sua lista de contatos, nada disso. As pessoas acham você no *OnlyFans* através de outras redes sociais, então não tem como ganhar dinheiro se não tiver uma rede virada para isso, obviamente. Porque também não adianta de nada fazer um *OnlyFans* sem divulgar sua conta pessoal. Lá não é uma rede nichada, com consumidores. Se você não divulgar ou não souber usar sua exposição de forma lucrativa, transformando sua imagem em produto de fato na rede social, na minha cabeça não faz o menor sentido. Se não quer que as pessoas te vejam, separando 100% vida pessoal do trabalho de *sex worker*, você não vai conseguir. A gente não tem uma sociedade desenvolvida o suficiente para isso, não tem um lugar em que as pessoas falem “aqui, venda de fotos”. Como vai vender? Não tem como ganhar dinheiro. Se você não quiser que as pessoas te vejam, não entre. Porque não tem como. (Entrevista com a trabalhadora Julia, 2022)

O relato das trabalhadoras descrito acima ilustra o que a grande maioria delas fazem, a utilização das redes sociais para vender suas assinaturas em plataformas exclusivas, mas também para vender pacotes de conteúdo diretamente para os clientes, bem como a realização de videochamadas. Isso constitui um sistema que definimos nessa tese como *cruzamento de plataformas*, pois muitos clientes as encontram diretamente nas plataformas de trabalho sexual e migram para fora delas, enquanto outros as encontram pelas redes sociais e “descobrem” o trabalho que realizam em plataformas pagas/por assinatura. A imagem abaixo visa ilustrar a maneira com esse cruzamento acontece:

**Figura 11.** Ilustração/exemplificação da dinâmica denominada “cruzamento de plataformas”.



FONTE: CRISTIANE DE MELO, 2024.

Pelo *cruzamento de plataformas* uma outra dinâmica e estratégia é realizada pelas trabalhadoras entrevistadas, a postagem em suas redes sociais de vídeos ou fotos do cotidiano seguido de uma legenda “veja sem censura” ou “me acompanhe mais de perto” com a indicação de forma abreviada do nome da plataforma e do pedido para que as pessoas “acessem o *link* da bio”. Esse *link* é encontrado em todos os perfis de redes sociais onde se é redirecionado para um outro site que organiza uma “biografia” com todos os *links* das plataformas que a trabalhadora presta serviços, vende conteúdo ou transmite ao vivo.

Entretanto, após o estabelecimento dos termos de uso que passaram a restringir a visibilidade das trabalhadoras, elas enfrentam o desafio de promover seus perfis de trabalhos em outras plataformas. As trabalhadoras foram confrontadas com políticas cada vez mais restritivas, que as impedem de incluir esses links diretos para OF no *Instagram* ou no *TikTok*, por exemplo. Como resultado, elas devem encontrar um equilíbrio delicado e criar estratégias que de criação de conteúdo que incentive o público a segui-las até as plataformas de trabalho sexual ao passo que aderem às regras estabelecidas pela plataforma (van der Nagel, 2021).

As estratégias criadas visam burlar a censura imposta pelo *Instagram* e demais plataformas do grupo *META* e atrair clientes para que haja uma conexão que ao despertar a curiosidade faça com que haja uma afinidade que termine com a finalização de uma venda. Ainda, o uso das redes sociais tem desempenhado um papel de mobilização e visibilidade das agendas e identidades profissionais das trabalhadoras do sexo. A exposição de clientes ou situações abusivas com as

plataformas, orientações sobre vazamento de conteúdo e frentes para organização de cursos e *workshops*, por exemplo, são amplamente compartilhadas entre as trabalhadoras. Com relação a construção de identidade e a mobilização dela dentro das plataformas, é interessante considerarmos como proposto por Leitão e Gomes (2017) que essa construção necessita de uma maneira de habitar as plataformas dado que os espaços em que transitam é produzido de maneira que possam vivenciar e visibilizar a identidade que está sendo mobilizada.

Deste modo, e diante do exposto, essas são algumas das estratégias acionadas cotidianamente por essas trabalhadoras, visando, além de subversão do controle algoritmo, a construção de redes de apoio e de compartilhamento de experiências entendidas como bem-sucedidas entre elas. Interessante notar que a tática de conexão tem sido mobilizada enquanto uma característica marcante de sucesso dentro desses trabalhos. Existe um apelo por uma lógica de erotização do cotidiano dessas trabalhadoras que funcionam para além dos conteúdos sexuais em si e dos shows de exibição ao vivo. Essa lógica busca a construção de um senso de realidade que permeia essas práticas o que corrobora com o entendimento que o “eu” cotidiano pode ser atrativo e monetizado assim como uma marca de autenticidade (Sibilia, 2016).

## 6.2 Conexão emocional e monetização do cotidiano

Por que é importante toda essa conexão para vendas em redes sociais? Veja bem, se fosse para consumir o conteúdo de uma pessoa qualquer e aleatória, era mais fácil ir para sites abertos e gratuitos. Por isso aliás, acredito que a inteligência artificial não vai roubar o trabalho de ninguém do nosso meio. Somos pessoas reais e é isso que faz com que os outros nos procurem. Se conecte com o seu público que tudo vai dar certo! Dicas para criação de stories de conexão: rotina matinal, algum livro ou série que esteja assistindo, organizando cenário para criar conteúdo, abra caixinhas de perguntas sobre o que eles gostariam de ver ou opinando para a próxima criação de conteúdo, lugares que vai, seus pets, contando alguma história que aconteceu naquele dia (ou nem precisa ser naquele dia, ninguém vai saber mesmo) ... coisas pequenas e básicas, se ainda não se sente à vontade para aparecer falando nos stories não tem problema, isso vem com o tempo, o importante é ir fazendo aos poucos para começar a se soltar. (Anotações do diário de campo, 2023)

Essa anotação do campo de pesquisa em uma página dedicada a mentoria de trabalhadora sexuais exemplifica que nos processos de interações decorrentes do trabalho sexual plataformizado a personalização do conteúdo possibilita que as trabalhadoras se constituam para o olhar do outro por meio de uma tecnologia que permite uma “personalização do desejo do

consumo de corpos, identidades e subjetividades e divulgação da intimidade” (Sibilia, 201, p. 271) como trabalho. Segundo as trabalhadoras entrevistadas as modalidades de trabalhos desempenhadas por elas oferecem o diferencial de uma “autenticidade” que consiste em uma performance que passa a impressão de uma conexão física e emocional ao se produzir um conteúdo personalizado em uma interação em tempo real.

Nas mídias digitais em geral há um apelo pela “comercialização de realidade”, uma espécie de incentivo a que se exiba e se consuma vidas reais, o que difere das mídias anteriores onde se buscava principalmente a ficcionalização da vida (Sibilia, 2016). Nesses processos houve um deslocamento da noção de intimidade no sentido de um anseio crescente pelo consumo de vidas alheias. Operam-se interações que envolvem desejo, prazer e interesse focado no desempenho da pessoa do outro lado da tela, onde o olhar alheio passa a legitimar a existência daquilo que é mostrado, ou seja, a exibição da “realidade” é atestada pelas interações que operam na rede.

O fato de estar sendo olhado não é mais colocado em termos de impotência, mas sim na potencialização de um auto prazer por meio de um olhar erótico (Atwood, 2011) e ainda, há um entendimento de que a exposição promovida pode ser gerenciada de forma efetiva, de acordo com Paula Sibilia

Essa tendência aponta para a autoconstrução como personagens reais, porém ao mesmo tempo ficcionalizados, frutos da competência midiática que cada um adquiriu em contato com a linguagem altamente codificada dos meios de comunicação, que leva a administrar as táticas audiovisuais e interativas para gerenciar a própria exibição aos olhares alheios. (Sibilia, 2016, p. 83)

O que percebemos como inovação e diferencial nas plataformas para trabalho sexual é a possibilidade de monetização do cotidiano enquanto uma ferramenta que enseja a obtenção de maiores rendimentos financeiros. O fato de as exibições ao vivo serem na maioria das vezes transmitidas dentro da própria casa das trabalhadoras possibilita a criação de um ar de autenticidade e de proximidade que se estabelece do lado dos clientes para com elas. Na produção e na venda de conteúdo, ainda que muitos ensaios sejam “profissionais” no sentido de ter um roteiro, uma caracterização e muitas vezes ter parceria com fotógrafos, as fotos do cotidiano, do acordar, do almoço e das mais rotineiras atividades de uma pessoa comum se tornam atrativas.

Para além da sensação de proximidade essa estratégia visa burlar a censura imposta pelo *Instagram* e demais plataformas do grupo *META* e despertar a curiosidade de possíveis novos

clientes. Além disso, essa publicização também funciona como uma forma de aproximar as trabalhadoras dos clientes, criando assim uma “conexão emocional” entendida como mais autêntica. O termo *conexão emocional* é utilizado e mobilizado de forma distinta pelas trabalhadoras sexuais e acompanha o surgimento de pessoas “especializadas” em cursos e mentorias, tanto a respeito do *camming* quanto da venda de conteúdo. Acompanhamos quatro mentoras que oferecem um curso com aulas *online* visando aumentar os rendimentos no *camming* e fidelizar cada vez mais clientes e, ainda, uma que possui uma agência especializada em mentoria para mulheres que querem trabalhar com venda de conteúdo adulto, tendo como foco o OF.

Questões burocráticas de aceite da plataforma, na venda de forma autônoma e em outras plataformas, tendo em vista que muitas vem fazendo a venda de forma independente, são conceitos chaves dessas mentorias. Nesses casos observamos toda uma estruturação que visa profissionalizar esses serviços e ainda, pelo que acompanhamos, o foco central dessas mentorias é fazer com que as trabalhadoras consigam obter grande parte de suas rendas por meio de gorjetas e presentes que os clientes podem dar, além daquilo que já é disponibilizado pelas plataformas. Um dos perfis de mentoria de *camming* que acompanhamos oferece um módulo de três cursos que objetivam que as trabalhadoras consigam ganhar o maior número de presentes dos clientes “sem tirar uma peça de roupa”.

Grosso modo os presentes são enviados para as trabalhadoras dentro dos chats, ou seja, para além da cobrança por minuto é possível que o cliente envie uma quantidade a mais para as trabalhadoras. De acordo com essa mentoria, seria o recebimento desses presentes o responsável pelos maiores rendimentos. Essa estratégia coloca o termo *conexão emocional* como uma ferramenta que possibilita que a trabalhadora mantenha o cliente por um maior tempo na plataforma, ou seja, quanto mais conversa mais minutos e presentes são contabilizados.

Para que isso se efetive as trabalhadoras passam a capitalizar outras plataformas de mídias digitais para construir identidades e estabelecer marcas pessoais que fidelizem seus clientes em um nível entendido como sendo mais profundo de intimidade e que extrapole o conteúdo sexual em si. Isso não apenas abre caminhos para fontes suplementares de renda, mas também apresenta o potencial para modelos de negócios que sejam mais duradouros e robustos como proposto por Swords et al. (2021). De acordo com uma trabalhadora:

Mostrar o cotidiano te humaniza, eles te veem como igual, como alguém acessível e isso monetiza legal, cria vínculos emocionais com as pessoas. Meu público me respeita muito, tenho uma ligação emocional com meus clientes, eles são realmente fãs, compram algo pra ter contato com você, saber mais de você, não te veem como objeto, é muito além disso.

Quando passam dos limites eu uso o botão restringir (risos). Geralmente eu ganho mais do que o cara que está comprando algo de mim. Mostrar a parte da humanização é essencial, (mostrar) que você tem uma vida e demais coisas como todos eles, estabelecer isso com clientes já traz um respeito maior da parte deles. (Entrevista com a trabalhadora Carol, 2021)

O relato da trabalhadora Carol, mulher branca de 25 anos de idade, nos levou a notarmos que a dinâmica das plataformas digitais, principalmente no que diz respeito a interações interpessoais, tendem a embaçar as fronteiras entre o que é entendido como ficção realidade, ainda que as noções de *autenticidade*, *realidade* e *tempo real* sejam acionadas enquanto um diferencial para legitimar e diferenciar as práticas mencionadas. Há um objetivo na estilização dessa realidade que se dá por meio da performance do eu, onde as trabalhadoras passam a conquistar uma maior visibilidade e alcance nas redes.

Esse objetivo se apoia na ideia de que a percepção que os clientes recebem a respeito da vida cotidiana das trabalhadoras tem um impacto direto na atuação delas dentro das plataformas. Como apontado por Beakley (2014), quanto maior a sensação de acesso a vida cotidiana das trabalhadoras por parte de seus clientes, mais bem sucedida elas serão e isso ainda teria o efeito de contrapor essa atuação aos discursos tradicionais a respeito da pornografia e dos demais trabalhos sexuais que alocam as mulheres envolvidas em uma situação de desumanização. Ainda, podemos compreender essas estratégias enquanto parte de um movimento maior de exteriorização da subjetividade que passa a privilegiar a interação com outros sujeitos e principalmente a maneira com que esses sujeitos enxergam aquilo que as tornam únicas. Essa percepção de particularidade é o que irá diferenciá-las dos demais perfis disponíveis nas redes e, precisamente, expressa uma projeção da própria sexualidade que passa a estimular uma “experimentação epidérmica” e a estruturação do eu em torno do corpo (Sibilia, 2016).

As estratégias de conexão emocional e monetização do cotidiano operam por meio de uma crescente demanda de espetacularização do eu e por um realismo. Esses processos passam a transformar a noção de personalidade e de vida privada em realidades que operam com recursos midiáticos. Esses recursos visibilizam ainda uma reivindicação da exibição para além dos limites vistos enquanto pertencentes ao âmbito privado, onde a noção de *autenticidade* é avaliada pela audiência que se atrai a esse tipo de conteúdo e a subjetividade passa a ser uma marca, colocada em circulação que por vezes deve ser recriada seguindo o ritmo que a demanda e o mercado dispõem.

As trabalhadoras engajam-se em produzir uma marca própria, um componente da lógica neoliberal em que mostram sua autenticidade apresentando uma versão comodizada e consumível de si mesmos por meio de plataformas de mídia social. Ao fazer isso, engajam-se em dois tipos fundamentais de trabalho que são indispensáveis na esfera do entretenimento nas mídias sociais: o trabalho relacional e o trabalho aspiracional (Banet-Weiser, 2012). O trabalho relacional envolve essa lógica da presença multiplataformas visando o estabelecimento de uma conexão emocional “autêntica” com uma base de fãs estabelecida. Já o trabalho aspiracional se refere a ações que não geram compensação imediata, mas visa recompensas futuras. Por meio desses processos as trabalhadoras entendem que podem exercer a sua capacidade de influência e autoridade na formação de como são percebidas por seu público, fornecendo assim a elementos que são entendidos por elas como uma “agência ativa” em todo o processo de criação (Paasonen *et al.* 2021).

A propagação de conteúdos sexuais platformizados modifica a relação entre o espectador passivo que olhava para a tela na reprodução de um filme ou de uma fotografia, para uma interação que se propõe a uma vivência única e em tempo real. De acordo com Jones (2021) as trabalhadoras “vendem a intimidade” de forma que a conversa se revela como parte principal dessa dinâmica. A autora mobiliza o termo “*autenticidade incorporada*” para diferenciar essas práticas da dinâmica que ocorre com a pornografia, por exemplo. A conexão enquanto estratégia de negócio operada pelas trabalhadoras promove uma gestão emocional que faz com o que os clientes as vejam como pessoas “*reais*” que estão se auto transmitindo na internet (Jones, 2021).

Na referida mentoria para as trabalhadoras sexuais, a conexão emocional aparece como uma estratégia para aumento do rendimento, bem como uma fórmula que diferenciaria as trabalhadoras que manejam essa gestão das demais. De acordo com a mentora o cliente tende a buscar nessas plataformas conexões que vão além do sexual e que demonstre que a trabalhadora tem “mais do que o corpo” para exhibir. Em entrevista com uma trabalhadora obtivemos o seguinte relato.

No Camera Prive, tem que pensar assim, qual o público que vai lá? Geralmente, é alguém cansado que quer ver um pornô, mas quer proximidade com alguém. Se fosse pornô por pornô, era só abrir um site gratuito. Então, quem está indo lá, quer contato humano. Eu tento conversar com a pessoa igual estou conversando com você agora, é da mesma forma, não trato diferente. Vou fazendo piada, esse tipo de coisa, aí a pessoa acaba se sentindo à vontade e fica. Tem gente que ficou já há um mês sem eu nem tirar a roupa ali, só conversando. Porque tem gente que acaba se apegando e está todo dia. Tinha um cara que passava toda madrugada lá. Acaba sendo chato, porque decidi trabalhar dessa forma,

sendo a pessoa que conversa, querendo saber do dia, das coisas e tal, para evitar fazer a parte sexual. Acaba sendo mais divertido para mim do que ficar fazendo para um e depois para outro. Ao mesmo tempo, dá uma aliviada nisso, mas quando uma pessoa se apega, aí dá dor de cabeça, é quando me arrependo... (Entrevista com a trabalhadora Karen, 2022)

Karen é uma mulher branca, de 25 anos de idade, estudante de Artes e que realizou o curso de mentoria para o *camming*. Ela já havia me relatado ter sido uma pessoa muito tímida e com questões de autoestima, o que dentro do universo do *camming* o “ser uma pessoa tímida” acabou se tornando sua marca de autenticidade. De qualquer forma para ela a interação que envolva conversa ao invés da nudez e exposição ainda é mais confortável e rentável. Ainda que o dispêndio de tempo e atenção para fazer a conexão emocional de forma efetiva garanta um melhor tempo de qualidade, a questão da saúde mental das trabalhadoras também deve ser levada em conta. Historicamente as trabalhadoras sexuais desempenham um trabalho de cuidado, o que no imaginário popular é ilustrado pela imagem do cliente que procura uma trabalhadora sexual para desabafar, o divã do sexo. Seguindo uma continuidade, no universo digital essa dinâmica adquire essa nova roupagem enquanto é vendida como uma técnica de sucesso que deve ser executada de acordo com o perfil que o cliente demonstre.

Funciona de formas diferentes, porque são pessoas diferentes. Algumas acham divertido, gostam de estar ali, passar o tempo conversando mesmo. Elas fazem isso, só que outras querem algo mais rápido, não sei por que estão ali, mas querem coisas rápidas demais. Então, quando vejo que a pessoa é meio assim, apressadinha, pedindo para tirar a roupa logo, eu digo “calma, entramos agora, não ganhei nem 10 centavos ainda” [risos]. Como vou tirar minha roupa desse jeito? Às vezes, sou direta, depende muito da minha paciência, mas falo que não gosto de tirar a roupa logo de cara, se me derem tanto de presente, tiro. Não vou de graça, não vale a pena para o meu bolso, aí a pessoa paga, ok, mas tem gente que sai, não fica. Quando vejo que não querem pagar, dá para ver a quantidade de dinheiro que têm ali aí vou enrolando, falando um monte de coisa, tentando conversar “se você tivesse isso, o que você faria? Gosta de tal coisa, o que mais você gosta”, sabe? O cara vai respondendo para mostrar que ele é o bonzão mesmo, geralmente é isso, vou dando corda, o crédito dele acaba todinho e não tiro a roupa. Primeiro você lê a pessoa, tanto que as primeiras perguntas que tento fazer no início é de onde a pessoa é e quantos anos tem, porque tiro uma ideia dali mais ou menos. Se der abertura para eu conversar mais, já pergunto sobre a profissão, outros tipos de coisa, o que gostam de fazer, daí acabo conseguindo conversar melhor. Mas quando é um cara muito apressado que não quer papo, geralmente pergunto só de onde é e a idade, que já ajuda bastante. Com as respostas dele, vou me virando e consigo sugar

todo o saldo dele. Não tiro nada, o cara sai, depois vem outro parecido e é isso. Você acaba fazendo mais dinheiro quando se faz de sonsa, porque tem muito cara escroto. Se você chuta todos, no final, não é sempre que vai ter um cara legal, aí tem que ir pegando essas minúcias assim para conseguir um valor legal depois. (Entrevista com a trabalhadora Rosa, 2022).

No relato exposto pela trabalhadora Rosa, mulher branca de 24 anos de idade, é interessante notarmos como o apelo a uma realidade e autenticidade se mistura com a ideia de um personagem no que diz respeito a “fazer a sonsa”. Ainda que as trabalhadoras reiterem que é a noção de realidade que fideliza clientes, quando essa estratégia encontra alguma barreira elas buscam formas de prender o cliente ainda que seja necessário encenar um papel que faça com que ele permaneça no chat e gaste todo seu saldo. Além da conexão emocional, o compartilhamento do cotidiano além de ter o resultado de aumentar o senso de proximidade, também faz com que as trabalhadoras monetizem momentos que elas não estejam necessariamente realizando alguma performance sexual e aproveitem o horário de um exercício físico, por exemplo, como é o caso da trabalhadora Bella.

No [perfil de trabalho] não posto nada com minha filha ou que apareça ela, mas posto meus gatos em cima de mim, coisas da minha rotina, fumando narguilê, compartilho memes aleatórios. Porque penso que qualquer pessoa que você segue nas redes sociais, se a pessoa é designer de sobancelhas e posta todo tempo para comprar o produto, com promoção para semana que vem ou sobre design perfeito, para marcar horário, as pessoas perdem o interesse, porque elas sabem que você vende aquilo. Agora, elas querem saber por que você vende, detalhes do seu produto, algo que dá para manter as pessoas perto o tempo inteiro. Agora, se a gente valoriza e mostra que está num momento em que tem de trabalhar, mas posta um momento aleatório da vida no meio, as pessoas veem que você é normal, que tem um trabalho diferente, inclusivo. Às vezes, você vê que muitos caras assinam esses sites tipo o Suicide, têm contato com várias modelos, porque eles não têm ninguém. Não têm amigos próximos, não têm parentes ou então ninguém liga para eles, sabe? Aí num pouquinho na sua live que você entra, “você tá bem, de onde você é, como está o dia na sua cidade?” Tem caras que entram em todas as minhas lives. Ficam online o dia inteiro esperando eu entrar. Não é algo forçado, você acaba considerando aquelas pessoas como seus conhecidos. Você passa a conhecer a vida deles, eles falam muito da vida deles. O negócio é retribuir, prestar atenção no que a pessoa está falando. Você escuta para ser escutado, isso é uma coisa muito bacana. Às vezes, eles mandam umas gorjetas bacanas. Eu escolho uma lingerie ou só uma calça legging, como escolhi hoje, e eu malho de calcinha. Eu tenho uns pesinhos em casa, vou malhando e conversando com o pessoal. Aí eles começam a me seguir, descobrem meu OnlyFans, entendeu? Isso me dá um retorno muito bacana, porque de pouquinho em pouquinho, eu vou

atraindo seguidores que são fixos. Meus seguidores fixos do OnlyFans estão comigo desde que abri meu OnlyFans. Entendeu? Tem uns 2 anos. Então, eu não tenho muita rotatividade, vou atraindo as pessoas e elas ficam. (Entrevista com a trabalhadora Bella, 2022).

Ainda que a conexão emocional e a monetização do cotidiano objetivem uma maior lucratividade, o discurso da humanização é recorrente. As trabalhadoras percebem que clientes com quem se envolvam emocionalmente tendem a respeitá-las e a negociação sobre limites e conexões passam a ocorrer de forma mais natural. Por outro lado, outras trabalhadoras não enxergam essas estratégias de forma tão positiva. Maria, uma trabalhadora branca de 22 anos de idade, relata que o chamado “método *camming*” acaba por promover uma diferenciação entre as trabalhadoras resultando num reforço do estigma ao trabalho sexual. Para a trabalhadora esses cursos acabam por criar uma “síndrome da Madonna prostituta”, dividindo as trabalhadoras entre mulheres de valor, que apenas conversam, e as putas, que se exibem de forma mais contundente.

O mais interessante do ponto de Maria é que ao contrário do que as outras trabalhadoras trazem, essas táticas acabam por desumanizar, alocando as trabalhadoras em uma espécie de meritocracia por meio de uma fórmula que ela pontua como sendo “tosca<sup>86</sup>”. A função das “plataformas +18”, nos termos dela, é exatamente o sexual, sendo esses discursos uma maneira de higienizar as plataformas e até mesmo corroborar com o discurso das empresas que querem se posicionar contrárias ao trabalho sexual. Outra questão levantada é sobre o custo de saúde mental para as trabalhadoras que já lidam com temas sensíveis e acabam por absorver demandas e histórias pessoais de clientes.

As estratégias para fidelizar clientes e montar uma base sólida de fãs ainda que aprofunde a noção de intimidade para além do sexual, é algo visto de modo ambivalente pelas trabalhadoras entrevistadas. O desgaste emocional relatado por aquelas que não se adaptaram a essa mentoria é o que associa esse tipo de trabalho aos trabalhos de cuidado de forma mais ampla. A noção de exposição é mobilizada de forma dúbia, pois prevalece uma incerteza de que se mais vale a “*exposição corporal*” ou a “*exposição emocional*” o que as demandaria um esforço psicológico maior para lidar com problemas pessoais que não serão sanados pelos serviços que elas oferecem.

A questão sobre a privacidade também aparece como uma preocupação a respeito desses métodos, pois até que ponto as trabalhadoras podem absorver as demandas dos clientes, expor

---

<sup>86</sup> A palavra tosca refere-se a a uma pessoa ou situação que é ou está sem instrução, cultura ou refinamento; estúpido, inculto. No caso da fala da trabalhadora podemos ainda entender como uma fórmula que é rudimentar, sem apuro.

suas vidas privadas e colocar a mesa suas intimidades que extrapolam os serviços sexuais? As plataformas, de modo geral oferecem segurança para que essas estratégias tragam mais benefícios para as trabalhadoras? No próximo tópico buscaremos iniciar essa discussão.

### 6.3 Privacidade, segurança e a governança privada

Produzir conteúdo por fora corre o risco de a pessoa salvar e compartilhar seus vídeos em outros lugares, onde bem quiserem. Pegou, enviou, já está na galeria pronto. No Camera Prive não, as fotos ficam ali, a pessoa baixa, olha, fica online, tem a conta dela. Se dá algum problema, você tem com quem conversar, tem um suporte da plataforma, você conversa direto com pessoas ali. Rola uma segurança a mais também. Sei que se eu vir conteúdos que postei lá veiculados em outro lugar, a plataforma se responsabiliza por isso, então já é uma baita de uma segurança. (Entrevista a trabalhadora Barbara, 2022)

A fala da trabalhadora ilustra uma preocupação difundida no campo de pesquisa com relação a segurança das plataformas para trabalho sexual, quando há o vazamento de imagens e/ou vídeos. Ainda que a taxa de hospedagem seja um motor para que elas passem a oferecer seus serviços fora das plataformas para esse fim, relatos de vazamentos e venda de conteúdo de forma indevida é uma realidade recorrente entre as trabalhadoras. As questões que envolvem a privacidade das trabalhadoras e a noção de segurança que as plataformas teoricamente oferecem estão totalmente atreladas a um conceito chave denominado *governança de plataforma*.

A governança de plataforma é um termo abrangente que elucida os procedimentos de moderação realizados pelas plataformas, bem como a regulamentação das empresas de plataforma pela via estatal. No campo das mídias digitais, as partes interessadas envolvidas na governança incluem os usuários, as empresas de plataformas, os prestadores de serviços, formuladores de políticas e defensores (Gorwa, 2019).

Esses grupos de interessados encontram-se em posições de poder díspares e possuem interesses diversos sobre o que é permitido, o que é inadmissível e quem assume a responsabilidade em casos de violação de termos. Consequentemente, a governança de plataforma abrange uma esfera de pesquisa, ativismo e discurso que explora as implicações e o impacto das características, funções e regras das plataformas, por um lado, e por outro, concentra-se na dinâmica regulatória internacional que impactam nas liberdades, responsabilidades e obrigações das empresas da plataforma, assim como dos usuários de forma

mais ampla (Gorwa 2019). Alguns dos impactos da governança foram exemplificados no capítulo sobre a desplataformização das trabalhadoras sexuais.

A ausência de regulamentações sólidas e abrangentes para governar as plataformas digitais de trabalho resulta na possibilidade irrestrita das empresas em exercerem sua influência e controle, já que essas plataformas operam de forma independente e sem supervisão ou orientação externa (Rani et al. 2022). Essa falta de regulamentação permite que elas delineiem o molde e a definição suas próprias regras e políticas, sem a necessidade de intervenção ou controle externo. Em um cenário de plataformização de diversos setores laborais, aspectos tecnológicos extrapolam as fronteiras nacionais e conseqüentemente a mediação com as empresas responsáveis se manifesta com pouca ou nenhuma regulamentação. Nesse fato incorre que as corporações responsáveis pelas estruturas digitais acabam por adquirem de forma esmagadora as vantagens decorrentes de disparidades significativas de poder (Posada, 2023)

Como demonstrado anteriormente, o sexo e os conteúdos sexuais mantêm uma associação complexa e contraditória com o capitalismo de consumo e, conseqüentemente, com o capitalismo de plataforma. No capitalismo de plataforma, o sexo é utilizado de forma controlada e higienizada para manipular o foco dos usuários. No entanto, várias expressões visam construir uma autenticidade pautadas em diversas formas de sexualidade que são desconsideradas devido à percepção de que anunciantes e investidores tendem a se afastar desse tipo de conteúdo. Por esse motivo, no cenário atual de domínio das plataformas, os direitos e as culturas sexuais encontram-se em constante vulnerabilidade (Tiidenberg, 2021).

Assim como o conceito de precarização, podemos considerar que a governança se manifesta de forma ambivalente ao olharmos para a plataformização do trabalho sexual. Se por um lado os termos de uso são essenciais para as plataformas modelarem o modus operandi do mercado sexual digital (Stegeman, 2021), por outro eles se revelam enquanto dispositivos que são percebidos pelas trabalhadoras enquanto a materialização de uma formalização de trabalho (Caminhas, 2023). Concretamente esse fato nos interessa pois devemos considerar que diversos grupos de usuários, movidos por motivações distintas, vivenciam a governança da plataforma de maneiras variadas, possuem múltiplas opções ao se engajar em atividades nas redes sociais e, conseqüentemente, são impactados de forma heterogênea pela governança.

A consideração da perspectiva das trabalhadoras atuantes nesse mercado acaba por revelar uma complexa dinâmica onde impera a ideia de autonomia pessoal conjuntamente as estratégias que elaboram para minimizar a influência que as plataformas operam na dinâmica

estabelecida. Ainda que os termos de usos tenham sido alterados e feitos de maneira que a sexualidade, o sexo e principalmente trabalhadoras sexuais sejam ofuscadas nessas mídias, muitas questões perpassam a discussão sobre a governança privada, como as que envolvem a privacidade e a segurança.

As plataformas são realmente seguras? Essa pergunta carrega duas questões principais que caminham lado a lado: a segurança física e a de imagem. Se por um lado a mediação tecnológica é vista como uma barreira para situações de agressões ou assédio físico que trabalhadoras presenciais estariam mais propensas a vivenciar, por outro lado existem outras formas de violação, entre elas a de imagem. Algumas trabalhadoras optam por escolher o raio de cobertura que seus perfis alcançarão, tendo em vista a ocultação dos perfis em regiões próximas à familiares ou à cidade natal. Entretanto, ainda que as plataformas exclusivas tenham ferramentas para coibir esses comportamentos, como o que foi exposto no relato de Barbara, situações diversas irrompem o que algumas vezes é colocado em termos de segurança e privacidade absolutas.

Algumas trabalhadoras entrevistadas relataram alguns casos de vazamento de conteúdo na plataforma Privacy, de transmissões ao vivo dos chats do CP em outras plataformas de transmissão, bem como casos em que um potencial cliente acaba por comprar pacotes avulsos de diversas trabalhadoras e cria um perfil falso para revender esses materiais em plataformas como o X (antigo twitter), por exemplo. O vazamento de imagens íntimas ou nudes, ocorre quando a divulgação dessas ocorre sem o consentimento das trabalhadoras e deixa de ser posse de um único comprador, passando a ser acessada por milhares de pessoas sem o consentimento da trabalhadora (Lins, 2021).

O fato de as plataformas serem governadas por empresas com interesses privados e, principalmente, por se tratar de serviços que não são regulamentados, essa questão passa a ter uma complexidade ainda maior.

Enfrentei isso umas duas vezes e sempre foi complicado, tive vontade de desistir. Descobri um perfil se passando por mim e fiquei desamparada, porque se você vai à delegacia, a lei não está muito a seu favor, vão te julgar. Lembro que na época consegui resolver, porque a comunidade é bem forte. Pedi para denunciarem, e resolveu por enquanto. Tem grupos desses homens nojentos onde eles pegam conteúdo que alguma pessoa comprou, vão lá e vazam. É horrível imaginar que em algum lugar está rolando foto minha que não tenho consentimento, não permiti. Isso me pega bastante. Sei lá até quando. Eu posso parar com isso e, daqui a 20 anos, achar em algum grupo com alguém para quem nunca vendi nada nem autorizei. Sempre posto minhas fotos com marca d'água, já

editaram em cima do meu corpo, fizeram desaparecer a marca. É uma coisa pesada para mim, muito difícil, porque não autorizei. Aconteceu poucas vezes, no caso duas. É até pouco se parar para pensar, fora as vezes que aconteceu e não descobri, foi bem foda. Pensei em fazer B.O., mas não foi necessário, porque resolveu. Existem grupos de apoio onde você relata o que está acontecendo, várias *sex workers* seguem, algumas pessoas que comprem também e sempre ajudam. Mostram alguma coisa de errado no conteúdo de quem está se passando por você, mostram o perfil, denunciam e, normalmente, dão conta. (Entrevista com a trabalhadora Mica, 2023).

Vendo [conteúdo por fora], mas ultimamente rolam umas ondas absurdas de venda de conteúdo por fora. Se entra no Twitter, você acha umas 50 páginas de um filho da puta que vai lá comprar conteúdo de 15 mulheres e depois revende. Por esse motivo que por fora o OnlyFans tem uma política de vazamento bem restrita, então se alguém vazar na internet e souber, eu mando para o OnlyFans. Eles mesmos apagam e processam a pessoa, mas não quero ter esse trabalho, então se for vender para fora, vendo pelo dobro. O povo é pão duro, ninguém quer pagar. (Entrevista com a trabalhadora Jenny, 2022)

As situações relatadas pelas trabalhadoras Mica, mulher negra de 19 anos de idade e de Jenny, mulher branca de 28 anos, as colocam em uma conjuntura em que deve haver um grande esforço em balancear a lucratividade das vendas diretas e o “controle” sobre o conteúdo que é produzido. Após ocorrer uma venda ou uma interação é impossível saber como o cliente irá se portar com o material que recebe e até mesmo se não está gravando uma interação em tempo real. Em suma, o vazamento de contato indevido é uma constante preocupação, embora o não seja a única violência que pode ocorrer com as trabalhadoras no ambiente digital.

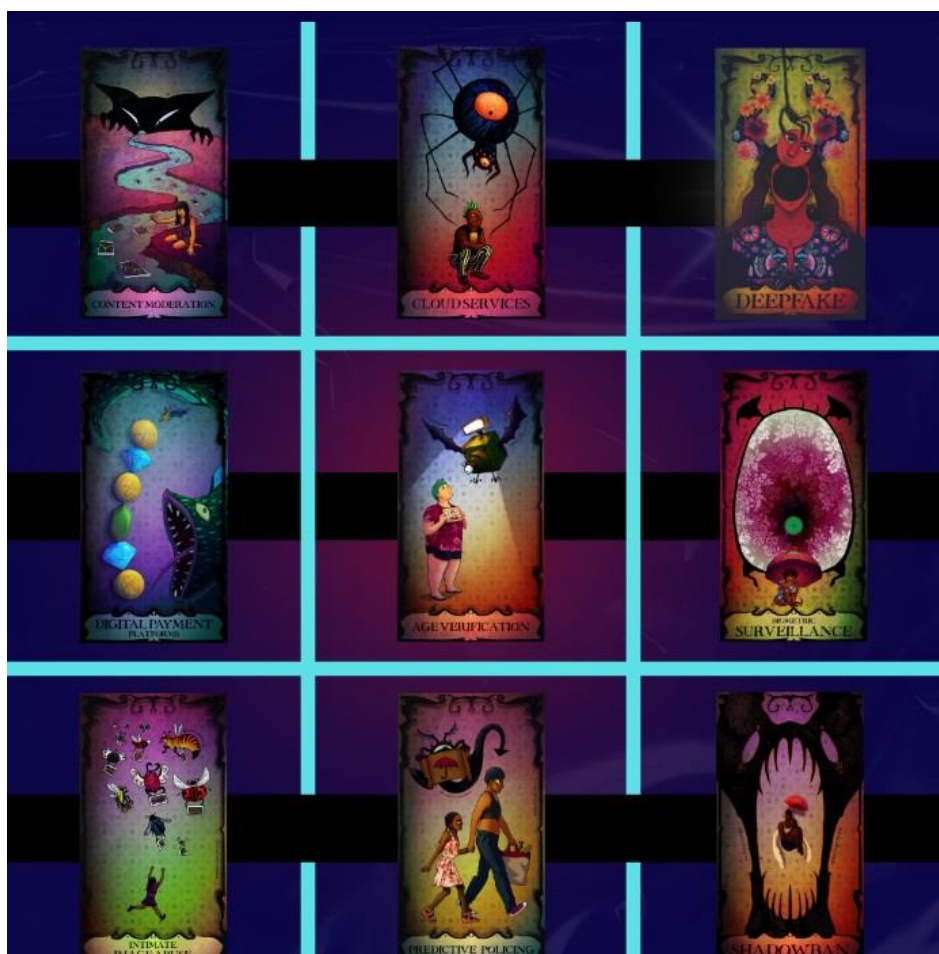
Em contexto transnacional a organização ESWA lançou um guia, em forma de cartas de tarot, que discorrem sobre a interseção entre tecnologia e trabalho sexual<sup>87</sup>. Esta iniciativa é um componente do projeto Direitos Digitais da ESWA, projetada para equipar as trabalhadoras sexuais e grupos de defesa com informações essenciais que cobrem aspectos pertinentes aos direitos digitais. A iniciativa apresentada pela ESWA serve como um apoio para as diversas lutas enfrentadas pelas trabalhadoras em relação aos contextos digitais, além de facilitar o diálogo e promover uma maior cooperação na defesa universal dos direitos digitais.

---

<sup>87</sup> Códigos QR foram incorporados em cada cartão, fornecendo acesso a materiais on-line complementares criados por organizações não governamentais para posterior investigação e compreensão do assunto em questão. O design artístico dos cartões foi criado por Ambrose Treasvel, enquanto os direitos de propriedade intelectual foram retidos pela ESWA. O apoio financeiro para esta iniciativa foi concedido pelo Fundo Europeu dedicado à Inteligência Artificial e à Sociedade. Os cartões completos podem ser acessados no seguinte link: < [https://www.eswalliance.org/tarot\\_cards](https://www.eswalliance.org/tarot_cards)>. Acesso em agosto de 2024.

Cada cartão individual mostra uma obra de arte visualmente em sua frente, retratando um aspecto fundamental relacionado aos direitos digitais das trabalhadoras. A coleção de 9 cartões aborda tópicos como *Shadowban*, *Deepfakes*, serviços de pagamento digital, verificação de idade, policiamento preditivo, vigilância biométrica, moderação de conteúdo, abuso de imagens íntimas e serviços em nuvem. As cartas abordam de forma efetiva as dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras ao interagir com as tecnologias específicas. No verso de cada cartão há uma explicação resumida e informativa da questão destacada, sua importância para as trabalhadoras e estratégias de resistência implementadas para enfrentar esses obstáculos. A imagem abaixo ilustra os cartões apresentados.

**Figura 12.** *Sex Wor & Tech Tarot cards* ESWA em ordem – moderação de conteúdo; serviços de nuvem; *deepfake*; processadores de pagamento digitais; verificação de idade; vigilância biométrica; abuso de imagem íntima; policiamento preditivo; *shadownban*.



FONTE: EUROPEAN SEX WORKERS' RIGHTS ALLIANCE

Por meio das imagens apresentadas podemos perceber que as discussões sobre os direitos digitais perpassam desde a questão da privacidade e segurança das trabalhadoras como também envolvem os aspectos elucidados sobre a governança de plataforma, tendo em vista que são empresas privadas que acabam por ditar as regras e os termos de uso de cada uma dessas tecnologias. No caso específico do trabalho sexual, o status que esse trabalho ocupa no debate público influencia diretamente na maneira como essas violências são vivenciadas pelas trabalhadoras. Dentre as trabalhadoras entrevistadas, o vazamento de imagens e vídeos também é compreendido de forma ambígua por elas.

Por um lado, como já exemplificado em alguns recortes de entrevistas, algumas trabalhadoras optam por permanecer em plataformas exclusivas, dado que pelos direitos de imagens que as empresas possuem existem procedimentos internos para combater o vazamento e circulação de imagens e vídeos que sejam retirados de dentro dessas plataformas. É interessante ponderarmos que essas políticas são apoiadas no direito de imagem que a plataforma detém do conteúdo que é veiculado dentro dela, ou seja, não há uma preocupação com as trabalhadoras, mas com o material que deveria estar exclusivamente em posse da plataforma. As políticas e estratégias de vazamento se apoiam nos interesses comerciais dessas plataformas. Já as trabalhadoras que oferecem serviços fora das plataformas exclusivas, encontram uma maior vulnerabilidade sobre os vazamentos e os procedimentos que devem ser adotados caso isso aconteça. De acordo com um manual elaborado por uma trabalhadora:

Se você vende conteúdo diretamente para o usuário e tem técnicas de diferenciação, consegue saber quem foi o comprador daquele item. Sabendo quem foi, você tem uma chance melhor de conseguir culpabilizá-lo com base no Art. 218C do código penal: “Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor a venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio [...] sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia.” Se você vende por plataformas, confira o contrato e as informações sobre segurança de dados. Se o vazamento veio por descuido da plataforma, você tem o direito de processá-la, caso esteja localizada no Brasil, então procure um advogado. Doxxing, o vazamento de todos os seus dados, é um perigo brutal que a plataforma deve arcar e resolver. Não tenha medo de buscar um profissional que a auxilie. Denúncias em grupo, direitos autorais ou spam: em plataformas mais famosas e gratuitas, essas são as principais formas de derrubar conteúdo vazado. Essa é uma tentativa incerta, contudo, mesmo se o conteúdo permanecer, o excesso de denúncias diminuirá o alcance dele. Parte do trabalho é lidar com o desrespeito constante de quem compra nossos conteúdos. O vazamento é real e uma hora vai acontecer, então esteja preparada para encontrar e derrubar o mais rápido possível. Não esqueça a marca d'água. Saber de onde vazou facilitará sua vida. (Anotações do caderno de campo, 2023)

A falta de reconhecimento do trabalho sexual enquanto trabalho, agrava as possibilidades efetivas de mitigar os vazamentos. No último ano muitas trabalhadoras têm relatado vazamentos tanto nas plataformas privadas quanto nas *alternativas*<sup>88</sup>. Entretanto, para uma parte dessas trabalhadoras é possível surfar na onda do vazamento e em alguns casos reverter isso em uma espécie de propaganda gratuita.

[Olha] mesmo que seja desesperador, incômodo e estressante, de certa forma pode também trazer novos clientes. Muitxs vendedorxs que tem seu conteúdo vazado relatam uma remessa grande de compradores novos. (Anotações do caderno de campo, 2023)

Já "vazei" previa de conteúdo em site como forma de marketing. Sempre que rola disso minhas vendas e assinantes só aumentam. Se quiser entrar nesse mercado tem que saber que isso vai acontecer, a única coisa que você tem controle é decidir como lidar com isso. Eu fico de cara que tem gente burra a ponto de gastar dinheiro pra agradar amiguinhos que usam fake na internet igual ele, mas percebi que nunca ninguém vaza conteúdo de mais de 200 reais. Se o cara não valoriza o dinheiro que gasta não é problema meu, mas normalmente acaba sendo propaganda gratuita mesmo, porque os conteúdos "melhores" só se comprar diretamente comigo, acredito que ninguém seja burro de dar de graça pra estranhos. Tem que saber se prevenir também ao máximo, eu por exemplo quando vendo vídeo tenho esquema, não vou falar qual pra não entregar (risos), mas coloco um diferencial para cada cliente no conteúdo, bem sutil, mas eu sei e anoto. (Anotações do caderno de campo, 2023)

Esses fatos somados aos relatos colhidos em campo demonstram que as trabalhadoras percorrem um caminho em que riscos e oportunidades assumem uma posição ambígua. As discussões sobre vazamentos de imagens e vídeos íntimos sem o consentimento carrega um recorte de violência de gênero que se capilarizam em um longo caminho de inserção em instituições sociais distintas (Lins, 2021). Contudo, nas experiências das trabalhadoras entrevistadas essa situação pode ser encarada como uma oportunidade mercadológica, ainda que haja uma violação de um direito. Do lado das plataformas a discussão segue o caminho da questão de direito autorais e de imagem e a preocupação com o vazamento está atrelada a perda de um material que deveria ser exclusivo daquela empresa, ou seja, a violação de uma propriedade, do lucro.

---

<sup>88</sup> Informações disponíveis em: < [https://reporterbrasil.org.br/2024/04/musas-criticam-onlyfans-camera-privé-vazamentos/?utm\\_source=instagram&utm\\_medium=post&utm\\_campaign=piratariaonlyfans&fbclid=PAAabkgmb97X7x\\_BXI7qwueFtR9579bpqVEswQj-BNKCRnPdcgA0hW3VKbkio](https://reporterbrasil.org.br/2024/04/musas-criticam-onlyfans-camera-privé-vazamentos/?utm_source=instagram&utm_medium=post&utm_campaign=piratariaonlyfans&fbclid=PAAabkgmb97X7x_BXI7qwueFtR9579bpqVEswQj-BNKCRnPdcgA0hW3VKbkio)>. Acesso em agosto de 2024.

O aspecto da governança privada das plataformas reflete diretamente na percepção que as trabalhadoras mobilizam em diferentes momentos no que diz respeito aos aspectos que envolvem a privacidade e a segurança. A imprevisibilidade do comportamento dos clientes somada a escalabilidade que um vazamento pode atingir no digital, coloca as trabalhadoras em uma posição em que devem gerir esse tipo de violência, caracterizando mais uma particularidade do *empreendedorismo de si* nessa modalidade de trabalho. Há uma constante negociação entre os fluxos de interesses que partem das trabalhadoras e a estratégias que assumem frente aos riscos que podem sofrer com a exposição e demais tipos de violências. Ainda que esses aspectos se fundamentem em posições distintas de poder, é possível afirmar que as trabalhadoras manifestam agenciamentos frente as diversas circunstâncias que implicam um acordo entre prazer, risco e trabalho.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese buscou compreender os aspectos que envolvem a (des)plataformização do trabalho sexual no contexto brasileiro. Procuramos analisar a reconfiguração do mercado sexual no Brasil nos últimos anos, por meio da complexa relação entre o *trabalho sexual*, *desejo* e os *agenciamentos* mobilizados por trabalhadora sexuais no contexto digital, explorando as oportunidades, desafios e as dinâmicas de poder que permeiam a (des)plataformização.

Os resultados apontam para a mobilização do termo *ambivalência* como uma forma para compreender a existência simultânea de dois movimentos em relação a plataforma do trabalho sexual que ocorrem na mesma intensidade, mas se complementam em uma oposição mútua. De um lado a plataforma do trabalho sexual se refere à crescente adoção de plataformas digitais para a execução, transmissão, produção e distribuição de conteúdo sexual. Essa tendência impacta profundamente a forma cultural do trabalho sexual, introduzindo novas formas de interação, produção e consumo. Já a desplataformização se manifesta na remoção, banimento e diminuição da visibilidade de perfis e conteúdo de trabalhadoras sexuais em plataformas digitais. Essa dinâmica de exclusão e censura, frequentemente impulsionada por políticas de uso das plataformas, gera obstáculos e desafios para as trabalhadoras sexuais.

Por meio do termo *conteúdo adulto* buscamos acompanhar a forma pela qual o mercado e as trabalhadoras sexuais entrevistadas absorveram as políticas de uso das plataformas digitais, ou seja, a sua utilização é uma estratégia que opera em negociação por diferentes atores sociais. Ainda que o mercado sexual se fundamente na inclusão de várias formas de trabalho e serviços, e considerando que o trabalho sexual se assenta em uma natureza precária, sem qualquer garantia social ou trabalhista, é por meio da *informalidade* e do *empreendedorismo de si* que as trabalhadoras sexuais se inseriram na economia plataformizada. A mediação do mercado do sexo digital e, conseqüentemente, das trabalhadoras provocou algumas rupturas, bem como continuidades, na visão de que as trabalhadoras sexuais têm, historicamente, desempenhado um papel pioneiro de “empreendedoras de si mesmas”.

Aludindo a discussão proposta por Peter Frase (2012) que afirma que problema do trabalho sexual não é o sexo, mas o trabalho, percebemos que as trabalhadoras tendem a valorar o trabalho sexual plataformizado diante da associação direta com os valores convencionais atribuídos as demais formas de trabalho ao mesmo tempo em que aludem aos seus desejos e

questões subjetivas de visibilidade. A tese não buscou romantizar uma indústria e mercado em específico, pela sua possibilidade de subversão de uma ordem moral sexual vigente, mas procuramos demonstrar que essa ocupação é historicamente repleta de contradições e disputas. As mudanças tecnológicas e informacionais ocorridas do mundo do trabalho em geral aprofundaram o discurso do empreendedorismo de si mesmo, colocando como pilares dessa acepção a flexibilização e a noção de *autonomia* e *desejo*.

As narrativas das trabalhadoras entrevistadas corroboraram com o entendimento de que empregos formais se contrapõem aos ideais de independência financeira e individual. Para elas a noção de liberdade e controle com suas atividades laborais estão estritamente relacionadas com a falta de uma regulação exterior que controlaria suas rotinas, horários, metas, estilo de vida e até sua corporalidade. Portanto, noções como “eu sou minha própria empresa” e “estou no controle total dos meus negócios” engendram a constituição dessa subjetividade descrita nos capítulos anteriores. O alinhamento a ideologias neoliberais a respeito da autonomia e da liberdade é o que auxilia as trabalhadoras a sobreviverem a um contexto anterior de violência estatal que perpetua a precariedade do trabalho (Jones, 2021). A tecnologia é percebida como um recurso na busca do reconhecimento, visibilidade e profissionalização das trabalhadoras sexuais.

Nesse sentido, há um reconhecimento da relação entre trabalho e a mobilização do desejo e da sexualidade, terreno no qual as trabalhadoras passam a lidar e operar a intersecção entre tecnologias, sexualidade e trabalho, evidenciando a preponderância do desejo, do prazer e da subjetividade como um elo de negociação entre o indivíduo e a sociedade. As experiências sexuais produzidas nesses contextos digitais, cuja materialidade se constitui a partir de repertórios desejanter, atendem a interesses pessoais e coletivos nos quais confluem em uma ética que envolve prazer, desejo, consumo, trabalho e mercado. Por meio dessa análise buscamos um afastamento da noção totalizante do poder das plataformas, ao examinar as experiências, interações e usos das trabalhadoras envolvidas no mercado sexual.

A extrapolação da categoria *trabalho sexual* se dá por meio de uma construção digitalmente mediada que cria uma gramática do desejo afeita à incitação sexual de quem produz, busca e consome esses conteúdos. Ainda, essa gramática cria processos identitários e agenciadores os quais interpelam a categoria “mulher” como sujeito desejanter. Nesse processo, é possível reconhecermos uma íntima relação entre uma economia do desejo que se dá por meio da noção de sucesso, em termos de lucratividade e da produção do prazer por meio da produção do lucro. Em vista disso, essa dinâmica conflui em um produto específico do capitalismo digital.

Ainda que a noção de risco seja fundamento histórico atrelado aos trabalhos sexuais mais diversos, essa realidade vem sendo enfrentada e negociada pelas trabalhadoras sexuais desde os primórdios de suas atividades em suas lutas por reconhecimento. Em sua pesquisa sobre o mercado transnacional do sexo, Larissa Pelúcio (2011) nos demonstrou como as diferenças e estereótipos são manipulados pelas trabalhadoras para “jogar” com os diferentes papéis que são requeridos a elas, o que muitas vezes é colocado em termos de dominação, passividade, poder e submissão. Aspectos ambivalentes são fundamentos cruciais nas diversas dinâmicas que operam o mercado sexual digital, bem como a noção de *agenciamentos* que se aprofunda na interseção entre sexo e plataformas digitais. Nesse sentido, a agência das trabalhadoras sexuais não é um resultado do processo de plataformização, mas se manifesta como uma estratégia de sobrevivência no ambiente digital, sendo ele revelado enquanto campo de batalha.

Teorias e pesquisas que tendem a incorrer em um determinismo econômico a respeito do trabalho sexual ignoram que, sob o regime capitalista, grande parte das pessoas não possui acesso pleno aos recursos que são vitais para sobrevivência, desconsideram que, no contexto brasileiro, quase metade dos brasileiros se encontram em ocupações informais<sup>89</sup>. Com isso, precisamos considerar que a marginalização e a estigmatização são componentes anteriores que fundamentam opressões e violências em um regime desigual. A mobilização de uma subjetividade desejante incorre em um senso de resiliência que fazem com que as trabalhadoras se alinhem a um entendimento de que são empreendedoras autônomas que são “pagas para terem orgasmos” e se divertirem (Jones, 2021). Assim como outros grupos subalternos é a mobilização subjetiva que as fazem desenvolver agência, no sentido de que a autonomia é vista como a possibilidade de balancear as oportunidades e os riscos, ao passo em que garantem que o prazer não seja sacrificado nessa dinâmica.

Assim como toda pesquisa empírica, esta tese tem suas limitações, tendo em vista o recorte da amostra das entrevistadas. A identificação que elas trazem de serem trabalhadoras sexuais se fundamenta, principalmente, em níveis altos escolaridade o que reflete em uma maior flexibilidade a respeito de suas atividades e do posicionamento da sua profissão em uma pauta identitária internacional a respeito do reconhecimento da legitimidade da ocupação. A definição de que “somos *sex workers*” infere na mobilização de capitais simbólicos. Fora da dinâmica das plataformas, também precisamos ponderar que a base de todo trabalho historicamente precário é violenta. Entretanto, a mercantilização da exposição corporal e do *prazer em se exhibir* se insere em

---

<sup>89</sup> Informações disponíveis em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/41016-pnad-continua-trimestral-desocupacao-recua-em-15-das-27-ufs-no-segundo-trimestre-de-2024>>. Acesso em agosto de 2024

uma lógica própria das plataformas digitais, na qual há uma exacerbação do *self* e uma hierarquização da atividade, considerando aspectos objetivos e subjetivos. A noção de autonomia é balizada tanto pela caracterização do trabalho sexual enquanto uma atividade que sempre necessitou de mediadores diversos, quanto pelo discurso de liberdade. A movimentação de um empreendedorismo de si na esfera tecno-midiatizada também acaba por confluir com a mensagem corporativa que as plataformas procuram vender (Miskolci, 2021).

Os aspectos que procuramos elencar nessa tese são circundados pela noção de *ambivalência* e *agenciamentos*. O trabalho e a tecnologia, a subjetividade e o desejo, a gestão dos prazeres e dos corpos e as estratégias de navegação entre riscos e oportunidades operam em polos difusos que passam a reatualizar toda uma moralidade de trabalho. O discurso do desejo se solidifica como uma demanda histórica que se instaurou desde a emergência da revolução sexual. No contexto da plataformização, esse discurso é desenhado na confluência entre um sujeito que busca a realização de direitos políticos e sociais e as plataformas que se colocam como uma alternativa mercadológica e individualizante para a realização dessas demandas.

Ao pensarmos no contexto brasileiro sobre a inserção de plataformas no mundo do trabalho, as noções de *uberização* (Abílio, 2017) e *precarização* carecem de suporte empírico para dar conta das dinâmicas observadas no mercado sexual. A plataformização do trabalho sexual vem acompanhada da desplataformização dele, o que não ocorre na *uberização* no qual os trabalhadores são subordinados pelas plataformas digitais, mas não são desplataformizados. Ainda que isso ocorra, esses trabalhadores podem se utilizar de mídias sociais convencionais diversas enquanto uma ferramenta de visibilidade para mediatizar suas demandas e conteúdos relacionados ao seu trabalho, diferentemente das trabalhadoras sexuais devido a estigmatização automatizada que essas mídias operam sob conteúdos sexuais.

A plataformização do trabalho sexual oferece às trabalhadoras sexuais um certo nível de controle sobre seu trabalho e a maneira como sua sexualidade é representada. No entanto, essa aparente autonomia é limitada pelas políticas de uso das plataformas, que podem censurar, banir ou restringir o conteúdo. Nesse sentido, a desplataformização recupera o debate histórico sobre regulamentação e estigmatização do trabalho sexual, tanto no nível das plataformas quanto do trabalho de modo geral. Esses fatos apontam para uma especificidade da plataformização do trabalho sexual que exige a adaptação de análises por parte dos pesquisadores e novas perspectivas de organização sejam realizadas por parte das trabalhadoras.

A produção, venda e distribuição de conteúdo adulto digital é uma atividade que envolve interesses diversos, incluindo a busca por prazer, autoexpressão, independência financeira, e

reconhecimento social. Nesse cenário complexo, as trabalhadoras sexuais navegam buscando equilibrar seus desejos e necessidades com as demandas do mercado e as regulamentações das plataformas. Uma demanda específica nesse mercado já apontada em pesquisas anteriores sobre outros serviços sexuais (Piscitelli *et al*, 2009) é a atualização de um apelo e de uma busca pelo banal, o vulgar e o cotidiano. As interações propostas por essas mídias promoveram um deslocamento do consumo e interesse em “vidas exemplares” para a vida de pessoas comuns (Sibilia, 2016), assentada em noções de *autenticidade e realidade*.

Além de uma demanda específica desse mercado, essas noções se mostraram como uma estratégia na qual trânsitos são negociados e empreendidos pelas trabalhadoras sexuais, criando diversas definições, fluxos e significados que passam a recompor a definição do trabalho sexual e do papel da mulher nos deslocamentos que são operados nesses contextos. Por não ter sido absorvido enquanto uma pauta na esfera pública, a discussão e visibilidade a respeito do reconhecimento do trabalho sexual enquanto trabalho passa a se desenrolar num contexto plataformizado, tecnológico, midiático e com apelo comercial, no qual as trabalhadoras necessitam assumir um perfil que incorra em popularidade e em uma economia da atenção que é altamente competitiva (Miskolci, 2021). Contudo, esse processo não as submete a uma mitigação de seus prazeres e desejos. Pelo contrário, deflagra uma teia complexa que extrapola a questão do trabalho em si ao mobilizar uma subjetividade que tem o desejo como seu elo principal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abílio, L. (2017). Uberização do Trabalho: Subsunção real da viração. Acesso em agosto de 2024, disponível em [www.passapalavra.info/2017/02/110685/](http://www.passapalavra.info/2017/02/110685/)
- Abílio, L. C., Amorim, H., & Grohmann, R. (2021). Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*, pp. 26-56. doi:10.1590/15174522-116484
- Abílio, L. (s.d.). Uberização e juventude periférica. Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos Estudos. CEBRAP*, pp. 579-597. doi:10.25091/s01013300202000030008
- Agustín, L. (2005). La industria del sexo, los migrantes y la familia europea. *Cadernos Pagu*, pp. 107-128. doi:10.1590/S0104-83332005000200005
- Agustín, L. (20 de Junho de 2012). *Sex as work and sex work: a marxian take*. Acesso em agosto de 2024, disponível em [libcom.org: https://libcom.org/article/sex-work-and-sex-work-marxian-take](https://libcom.org/article/sex-work-and-sex-work-marxian-take)
- Antunes, R., & Filgueiras, V. (2020). Plataformas Digitais, Uberização do Trabalho e Regulação no Capitalismo Contemporâneo. *Revista Contracampo*, pp. 27-43. doi:10.22409/contracampo.v39i1.38901
- Attwood, F. (2011). Through the Looking Glass? Sexual Agency and Subjectification Online. Em R. Gill, & C. Scharff, *New Femininities: Postfeminism, Neoliberalism and Subjectivity* (pp. 203-214). doi:10.1057/9780230294523\_14
- Augustin, L. (15 de Agosto de 2008). *Trabajar em la indústria del sexo*. Acesso em agosto de 2024, disponível em [The Naked Anthropologist: https://www.lauraagustin.com/trabajar-en-la-industria-del-sexo](https://www.lauraagustin.com/trabajar-en-la-industria-del-sexo)
- Baltar, M. (2013). *Corpos em projeção: gênero e sexualidade no cinema latino-americano*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- Baltar, M. (2013). Femininas Pornificações. Em M. d. Bragança, & M. C. (Org.), *Corpos em Projeções* (pp. 74-92). Rio de Janeiro: 7Letras.
- Baltar, M., & Barreto, N. (2014). As pornificações de si em Diário da putaria. *Crítica Cultural*, 9, pp. 265-275. doi: <https://doi.org/10.19177/rcc.v9e22014265-278>
- Banet-Weiser, S. (2012). *Authentic™: The politics of ambivalence in a brand culture*. New York: NYU Press.
- Barss, P. (2011). *The Erotic Engine: How Pornography has Powered Mass Communication, from Gutenberg to Google*. Toronto: Doubleday Canada.
- Beakley, P. (2014). “500 Tokens to Go Private” Camgirls, Cybersex and Feminist Entrepreneurship. *Sexuality & Culture*, pp. 892-910. doi: 10.1007/s12119-014-9228-3

- Becker, H. S. (2008). *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bendassolli, P. F., Jr, T. W., Kirschbaum, C., & Cunha, M. P. (2009). Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades. *RAE*, pp. 10-18. doi:10.1590/S0034-75902009000100003
- Berg, H. (2021). *Porn Work: Sex, Labor, and Late Capitalism*. University of North Carolina Press.
- Blanchette, T., & Silva, A. P. (2018). Putas Com Classe: Interseções entre Classe, Gênero, e Trabalho Sexual nas ideologias do Movimento Putafeminista no Brasil. *Contexto Internacional*, pp. 549-571. doi:10.1590/S0102-8529.2018400300007
- Blunt, D., & Stardust, Z. (2021). Automating whorephobia: sex, technology and the violence of deplatforming. *Porn Studies*, pp. 350-366. doi:10.1080/23268743.2021.1947883
- Blunt, D., & Wolf, A. (2020). Erased: The impact of FOSTA-SESTA and the removal of Backpage on sex workers. *Anti-Trafficking Review*, pp. 117-121. doi:10.14197/atr.201220148
- Boltanski, L., & Chiapello, È. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bregantin, R. (2020). Camgirl and the Uberization of Sex Work on the Internet in Brazil. *ALAS - Las Encrucijadas abiertas de America Latina: La Sociología en tiempos de cambio.*, (pp. 1-14). Montevideo. doi:10.29327/119412.2017-1
- Bronstein, C. (2021). Deplatforming sexual speech in the age of FOSTA/SESTA. *Porn Studies*, pp. 1-14. doi:10.1080/23268743.2021.1993972
- Brouwers, L., & Brouwers, L. (2020). “We Have Advised Sex Workers to Simply Choose Other Options”—The Response of Adult Service Websites to COVID-19. *Social Sciences*, pp. 1-15. doi:10.3390/socsci9100181
- Brouwers, L., & Herrmann, T. (2020). “We Have Advised Sex Workers to Simply Choose Other Options”—The Response of Adult Service Websites to COVID-19. *Social Sciences*, pp. 1-25. doi:10.3390/socsci9100181
- Butler, J. (2014). Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, pp. 249-274. doi:10.1590/0104-8333201400420249
- Butler, J. (2018). *Problemas de Genero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Callander et al, D. (2022). Sex workers are returning to work and require enhanced support in the face of COVID-19: results from a longitudinal analysis of online sex work activity and a content analysis of safer sex work guidelines. *Sexual Health*. doi:10.1071/SH20128
- Caminhas, L. (2023). The politics of algorithmic rank systems in the Brazilian erotic webcam industry. *Porn Studies*, pp. 1-17. doi:10.1080/23268743.2022.2083661
- Caminhas, L. R. (2018). A midiaticização dos mercados do sexo e a configuração da experiência erótica mediada. *Galáxia*, pp. 162-174. doi: https://doi.org/10.1590/1982-2554132548
- Caminhas, L. R. (2021). Webcamming erótico comercial nova face dos mercados do sexo nacionais. *Rev. antropologia*, pp. 1-22. doi:10.11606/1678-9857.ra.2021.184482

- Castells, M. (2003). *A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Castells, M. (2011). *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Collins, P. H. (2017). Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Revista Parágrafo*.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Declercq, M. (4 de fevereiro de 2020). *Tab Uol*. Acesso em agosto de 2024, disponível em UOL: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/02/04/a-uberizacao-do-porno-os-influencers-estao-mudando-o-mercado-adulto.htm>
- Dejours, C. (2003). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV.
- Díaz-Benítez, M. E. (2010). *Nas redes do sexo: os bastidores do pornô brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Easterbrook-Smith, G. (2022). OnlyFans as gig-economy work: a nexus of precarity and stigma. *Porn Studies*, pp. 252–267. doi:10.1080/23268743.2022.2096682
- Easterbrook-Smith, G. (2022). OnlyFans as gig-economy work: a nexus of precarity and stigma. *Porn Studies*, pp. 252–267. doi:10.1080/23268743.2022.2096682
- Engels, F. (2020). *A origem da família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: BestBolso.
- Facioli, L. R., & Padilha, F. A. (2019). Ética e pesquisa em ciências sociais: reflexões sobre um campo conectado. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, pp. 228–258. doi:10.5433/2176-6665.2019v24n1p228
- Faraj, S., Pachidi, S., & Sayegh, K. (2018). Working and organizing in the age of the learning algorithm. *Information and Organization*, pp. 62–70. doi:10.1016/j.infoandorg.2018.02.005
- Federici, S. (2018). *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante.
- Foucault, M. (2012). *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Frase, P. (28 de Março de 2012). *The Problem With (Sex) Work*. Acesso em agosto de 2024, disponível em Jacobin: <https://jacobin.com/2012/03/the-problem-with-sex-work>
- Garcia, G. (2020). *Shift + Cntrl + End + Delete. [Encoded Stigma]*. New York: New York University.
- Gillespie, T. (2013). The Relevance of Algorithms. Em P. B. arleton Gillespie, *Media Technologies*. Cambridge, MA: MIT Press. doi:10.7551/mitpress/9780262525374.003.0009
- Gillespie, T. (2018). *Custodians of the Internet: Platforms, Content Moderation, and the Hidden Decisions That Shape Social Media*. Yale University Press. doi:10.12987/9780300235029
- Gonçalves, I. V. (2020). Da etnografia multissituada à “plataformizada”: aproximações entre antropologia e estudos de plataforma. *Cadernos de Campo*, pp. 1–20. doi:10.11606/issn.2316-9133.v29i2pe175274
- Gorwa, R. (2019). What is platform governance? *Information, Communication & Society*, pp. 854–871. doi:10.1080/1369118X.2019.1573914

- Gregori, M. F. (2016). *Prazeres perigosos: Erotismo, gênero e limites da sexualidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Grohmann, R., Aquino, M. C., Rodrigues, A., Matos, É., Govari, C., & Amaral, A. (2022). Plataformas de fazendas de cliques: condições de trabalho, materialidades e formas de organização. *Galáxia*, pp. 1-24. doi:10.1590/1982-2553202257969
- Haraway, D. (1988). Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, pp. 575-599. doi:doi.org/10.2307/3178066
- Haraway, D. (1998). Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, pp. 575-599. doi:10.2307/3178066
- Hine, C. (2015). *Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and Everyday*. Routledge.
- Huws, U. (2011). Mundo material: o mito da economia imaterial. *Mediações*, pp. 24-54. doi:10.5433/2176-6665.2011v16n1p24
- Jin, D. Y. (2013). The Construction of Platform Imperialism in the Globalization Era. *tripleC: Communication, Capitalism*, pp. 145-172. doi:10.31269/triplec.v11i1.458
- Jones, A. (2016). "I Get Paid to Have Orgasms": Adult Webcam Models' Negotiation of Pleasure and Danger. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*. doi:10.1086/686758
- Jones, A. (2016). I get paid to have orgasms?: adult webcam models' negotiations of pleasure and danger. *Signs Journal of Women in Culture*, pp. 227-256. doi:10.1086/686758
- Jones, A. (2020). *Camming: Money, Power and Pleasure in the Sex Work Industry*. New York: New York University Press.
- Leite Junior, J. (2006). *Das maravilhas e prodígios sexuais: a pornografia "bizarra" como entretenimento*. São Paulo: Annablume.
- Leite Junior, J.. (2011). A pornografia contemporânea e a estética do grotesco. *(In)visível*, pp. 11-22.
- Leite Junior, J. (2012). Labirintos conceituais científicos, nativos e mercadológicos: pornografia com pessoas que transitam entre os gêneros. *Cadernos Pagu*, pp. 99-128. doi:10.1590/S0104-83332012000100004
- Leite Junior, J.. (2014). A pornografia é um morto-vivo? *Revista Crítica Cultural*, pp. 179-195. doi:10.19177/rcc.v9e22014179-196
- Krein, J. D. (2018). O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. *Tempo Social*, pp. 77-104. doi:10.11606/0103-2070.ts.2018.138082
- Kumar, K. (1997). *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna. Novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Leitão, D. K., & Gomes, L. G. (2017). Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. *Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia*, pp. 41-65. doi:10.22409/antropolitica2017.1i42.a41884

- Lima, J. C. (2010). Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho. *Sociologias*, pp. 158-198. doi:10.1590/S1517-45222010000300007
- Lima, J. C., & Holzmann, L. (2015). Tempo, espaço e trabalho. Em C. Eckert, *Etnografias do trabalho narrativas do tempo* (pp. 52-77). Porto Alegre: Marcavizual.
- Lima, J. C., & Oliveira, D. R. (2017). Trabalhadores digitais: as novas ocupações no trabalho informacional. *Soc. Estado*, pp. 115-143. doi:https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3201006
- Lins, B. A. (2021). *Caiu na net: nudes e exposição de mulheres na internet*. Telha.
- MacDonald, M. (2019). Desire for Data: Pornhub and the Platformization of a Culture Industry. doi:10.13140/RG.2.2.14687.02729
- Machado, L., & Alvim, M. (19 de Outubro de 2019). *BBC News Brasil*. Fonte: BBC: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49886712>
- Mackinnon, C. (1993). La pornografía no es un asunto moral. Em C. Mackinnon, & R. Posner, *Derecho y Pornografía*. Bogotá: Universidad de los Andes-Siglo del Hombre Editores.
- Marcus, G. (1995). Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited. *Annual Review of Anthropology*, pp. 95-117. doi:10.1146/annurev.an.24.100195.000523
- Melo, C. V. (2019). “Bod Mod e Bod Med”: uma reflexão sobre como xs agentes da body modification entendem as tentativas de criminalização de suas práticas. São Carlos, São Paulo, Brasil.
- Miller, D., & Horst, H. A. (2015). O Digital e o Humano: prospecto para uma Antropologia Digital. *Revista Paragrafo*.
- Miller, D., & Slater, D. (2004). Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. *Horizontes Antropológicos*. doi:10.1590/S0104-71832004000100003
- Miller, D., Costa, E., Haynes, N., McDonald, T., Nicolescu, R., Sinanan, J., . . . Matta, J. O. (2019). *Como o mundo mudou as mídias sociais*. Londres: UCL Press.
- Miskolci, R. (2009). A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, 11. Acesso em agosto de 2024, disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/8863>
- Miskolci, R. (2011). Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. *Cronos*. Acesso em agosto de 2024, disponível em <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3160>
- Miskolci, R. (2016). Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da comunicação em rede. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. doi:http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.014
- Miskolci, R. (2017). *Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros online*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Miskolci, R. (2021). *Batalhas Morais: Política identitária na esfera pública técnico-midiatizada*. Belo Horizonte: Autentica Editora.

- Moraes, E. R. (2003). O efeito obsceno. *Cadernos Pagu*, pp. 121-130. doi:10.1590/S0104-83332003000100004
- Murphy, D. (2022). Walking, Talking, Imagining: Ethical Engagement with Sex Workers. *Ethics and Social Welfare*, pp. 219-234. doi: 10.1080/17496535.2022.2033809
- Nagel, E. v. (2021). Competing platform imaginaries of NSFW content creation on OnlyFans. *Porn Studies*, pp. 394-410. doi:10.1080/23268743.2021.1974927
- Nicolaci-da-Costa, A. M. (2002). Revoluções tecnológicas e transformações subjetivas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, pp. 193-202. doi:10.1590/S0102-37722002000200009
- Ochigame, R. (2020). Informatics of the Oppressed. Acesso em agosto de 2024, disponível em <https://logicmag.io/care/informatics-of-the-oppressed/>
- Paasonen, S., Nikunen, K., & Saarenmaa, L. (2007). *Pornification: Sex and Sexuality in Media Culture*. Oxford: Berg.
- Paasonen, S. (2010). Labors of love: netporn, Web 2.0 and the meanings of amateurism. *New Media & Society*, pp. 1297-1312. doi:10.1177/1461444810362853
- Paasonen, S. (2011). *Carnal Resonance. Affect and online pornography*. Cambridge: The MIT Press. doi:10.7551/mitpress/9780262016315.001.0001
- Paasonen, S. (2011). Revisiting Cyberfeminism. *The European Journal of Communication Research*, pp. 335-352. doi:10.1515/comm.2011.017
- Paasonen, S., Jarrett, K., & Light, B. (2019). *NSFW: Sex, Humor, and Risk in Social Media*. Cambridge: The MIT Press.
- Parreiras, C. (2012). Altporn, corpos, categorias e cliques: notas etnográficas sobre pornografia online. *Cadernos Pagu*, pp. 197-222. doi:10.1590/S0104-83332012000100007
- Parreiras, C. (2017). Pornografias.com: as convenções do Altporn. *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, pp. 16-40. doi:10.22409/antropolitica2017.1i42
- Patella-Rey, P. (2021). Sex Cam Modeling - Labor, Intimacy, and Prosumer Porn. doi:10.13140/RG.2.2.21571.53282
- Pelucio, L. (2011). Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids. *Saude Soc.*, pp. 76-85. doi:10.1590/S0104-12902011000100010
- Pelucio, L. (2016). O Cu (de) Preciado – estratégias cucarachas para não higienizar o queer no Brasil. *Iberic@l*, pp. 126-136.
- Pelúcio, L. (2022). A uberização do amor: aplicativos de encontros em cenário tecnoliberal e pandêmico. *Revista TOMO*. doi:10.21669/tomo.vi41.17480
- Pheterson, G. (1994). The Whore Stigma: Female Dishonor and Male Unworthiness. *Social Text*, pp. 39-64. doi:10.2307/466259
- Pires, B. (2009). *Corpo Inciso, Vazado, Transmutado. Inscrições e temporalidades*. São Paulo : Annablume, FAPESP.
- Piscitelli, A. (2002). Recriando a (categoria) mulher? Em L. M. Algranti, *A prática feminista e o conceito de gênero* (pp. 1-25). Campinas: IFCH.

- Piscitelli, A. (2005). Apresentação: gênero no mercado do sexo. *Cadernos Pagu*, pp. 7-23. doi:10.1590/S0104-83332005000200001
- Piscitelli, A. (2005). Cadernos PAGU 25. *Dossiê Mercado do Sexo*. Acesso em agosto de 2024, disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/issue/view/1104>
- Piscitelli, A. (2009). Gênero: a história de um conceito. Em H. B. Almeida, & J. Szwako, *Diferenças, igualdade* (pp. 118-146). São Paulo: Berlendis & Vertecchia.
- Piscitelli, A. (2011). ¿Actuar la brasileñidad? Tránsitos a partir del mercado del sexo. *Etnográfica*, pp. 5-29. doi:10.4000/etnografica.765
- Piscitelli, A. (2016). Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas – novas questões conceituais. *Cadernos Pagu*. doi:10.1590/18094449201600470005
- Platform Authority and Data Quality. (2023). Em R. p. Canada, *Decoding Digital Authoritarianism* (pp. 81-84).
- Poell, T., Nieborg, D., & Dijck, J. V. (2019). Platformisation. *Internet Policy Review*, pp. 1-14. doi:10.14763/2019.4.1425
- Posada, J. (2023). Platform Authority and Data Quality. Em *Decoding Digital Authoritarianism*. 81-84.
- Prada, M. (3 de Agosto de 2018). Fonte: <https://moniqueprada.wixsite.com/siteoficial/post/o-que-%C3%A9-e-o-que-defende-o-putafeminismo>
- Preciado, P. B. (2018). *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: N-1 Edições.
- Qadri, R., & D'Ignazio, C. (2022). Seeing like a driver: How workers repair, resist, and reinforce the platform's algorithmic visions. *Big Data & Society*. doi:10.1177/20539517221133780
- Rand, H. (2019). Challenging the invisibility of sex work in digital labour politics. *Feminist Review*, pp. 40-55. doi:<https://doi.org/10.1177/0141778919879749>
- Rani, U., Gobel, N., & Dhir, R. (2022). Experiences of women on online labour platforms: Insights from global surveys. Em *Global perspective on women, work, and digital labour platforms: A collection of articles from around the world on women's experiences of digital labour platforms* (pp. 13-23). Digital Future Society.
- Researchers, A. o. (2020). Internet Research: Ethical Guidelines 3.0. pp. 1-83. Acesso em agosto de 2024, disponível em <https://aoir.org/reports/ethics3.pdf>
- Rodrigues, M. T. (2009). A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? *Rev. katálysis*, pp. 68-76. doi:10.1590/S1414-49802009000100009
- Romano, A. (2 de Julho de 2018). *A new law intended to curb sex trafficking threatens the future of the internet as we know it*. Acesso em agosto de 2024, disponível em <https://www.vox.com/culture/2018/4/13/17172762/fosta-sesta-backpage-230-internet-freedom>

- Rost, M. (2016). Sexualidades em negociação: a pornografia live streaming no CAM4.com. São Leopoldo, RS. Acesso em agosto de 2024, disponível em <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5818>
- Rubin, G. (2003). Pensando sobre sexo : notas para uma teoria radical da política da sexualidade. *Cadernos Pagu*, pp. 41-81.
- Sanders, T., Scoular, J., Campbell, R., Pitcher, J., & Cunningham, S. (2018). *Internet Sex Work: Beyond the Gaze*. Palgrave MacMillan. doi:10.1007/978-3-319-65630-4
- Sennett, R. (1999). *A corrosão do caráter. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. São Paulo: Record.
- Sibilia, P. (2015). A nudez autoexposta na rede: deslocamentos da obscenidade e da beleza? *Cadernos Pagu*, pp. 171-198. doi:10.1590/1809-4449201500440171
- Sibilia, P. (2016). *O Show do Eu: A intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Slee, T. (2017). *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Elefante.
- Smith, B. (2019). *Algorithmic Warfare*. Acesso em agosto de 2024, disponível em [hackinghustling.org](https://hackinghustling.org): <https://hackinghustling.org/algorithmic-warfare-bardot-smith/>
- Smith, M., & Mac, J. (2020). *Revolting Prostitutes: The Fight for Sex Workers' Rights*. London, New York: Verso.
- Srnicek, N. (2016). *Platform Capitalism*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Stegeman, H. M. (2021). Regulating and representing camming: Strict limits on acceptable content on webcam sex platforms. *New Media & Society*, pp. 1-17. doi:10.1177/14614448211059117
- Susanna Paasonen, F. A. (2021). *Objectification: On the Difference between Sex and Sexism*. New York: Routledge. doi:10.4324/9780429244032
- Swords, J., Laing, M., & Cook, I. R. (2023). Platforms, sex work and their interconnectedness. *Sexualities*, pp. 277-297. doi:10.1177/13634607211023013
- Tiidenberg, K. (2021). Sex, power and platform governance. *Porn Studies*, pp. 381-393. doi:10.1080/23268743.2021.1974312
- van Doorn, N. (2014). The Neoliberal Subject of Value: Measuring Human Capital in Information Economies. *Cultural Politics*, pp. 354-375. doi:10.1215/17432197-2795729
- van Doorn, N. (2018). The Parameters of Platform Capitalism: [Review of: N. Srnicek (2017) Platform Capitalism]. *Krisis*, pp. 103-107. Acesso em agosto de 2024, disponível em <https://archive.krisis.eu/nl/the-parameters-ofplatform-capitalism/>
- van Doorn, N. (2019). On the conditions of possibility for worker organizing in platform-based gig economies. *Notes From Below*. Acesso em agosto de 2024, disponível em <https://notesfrombelow.org/article/conditions-possibility-worker-organizing-platform>
- van Doorn, N., & Velthuis, O. (2018). A good hustle: the moral economy of market competition in adult webcam modeling. *Journal of Cultural Economy*, pp. 177-192. doi:10.1080/17530350.2018.1446183

- van Dijck, J. (2013). *Culture of Connectivity: A Critical History of Social Media*. Oxford: Oxford University Press. doi:10.1093/acprof:oso/9780199970773.001.0001
- van Dijck, J. (2016). La producción de la socialidad en el marco de una cultura de la conectividad. Em J. V. Dijck, *La Cultura de la Conectividad: una história crítica de las redes sociales*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno.
- van Dijck, J. (2018). The Platform Society as a Contested Concept. Em J. V. al, *The Platform Society* (pp. 7-30). doi:10.1093/oso/9780190889760.003.0002
- van Dijck, J., Poell, T., & Waal, M. d. (2018). *The Platform Society: Public Values in a Connective World*. Oxford University Press.
- Viana, L. G., & Vieira, L. (2014). Obscenidade refletida: noções e ressonâncias pornográficas. *Revista Crítica Cultural*, pp. 197-214. doi:10.19177/rcc.v9e22014197-214
- Vieira, M. S. (2015). *ireito ao Corpo – Modificações corporais, limites da disponibilidade e responsabilidade*. Curitiba: Editora Juruá.
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Tematicas*, pp. 203-220. doi:10.20396/tematicas.v22i44.10977
- Willians, R. (2016). *Televisão: tecnologia e forma cultural*. São Paulo: Boitempo.
- Zarifian, P. (2002). Engajamento subjetivo, disciplina e controle. *Novos Estudos CEBRAP*, pp. 23-31.

## APÊNDICE

**Figura 13.** Perfil das trabalhadoras entrevistadas.

Nome	Cor/Etnia	Escolaridade	Idade	Região de Procedência	Plataformas em que atuam
Barbara	Branca	Superior Completo	21	Sudeste	Camera Prive, Alternativas, Privacy
Babi	Branca	Superior Completo	22	Sul	OnlyFans, Gringas, PornHub
Betina	Branca	Superior Incompleto	30	Sul	Camera Prive, OnlyFans, Alternativas, Suicide Girls
Bella	Branca	Superior Completo	30	Sudeste	Only Fans, Alternativas, Suicide Girls
Bruna	Negra	Superior Incompleto	22	Sudeste	Camera Prive, Alternativas, Privacy
Carol	Branca	Médio Completo	25	Sul	Camera Prive, ManyVids, OnlyFans, Alternativas, Gringas, PornHub, Privacy, Suicide Girls
Fer	Branca	Médio Incompleto	20	Sudeste	Camera Prive, OnlyFans, Alternativas, PornHub, Privacy, Xvideos
Fabi	Branca	Superior Completo	28	Sudeste	Camera Prive, Alternativas
Jenny	Branca	Superior Completo	28	Sudeste	Camera Prive, OnlyFans, Alternativas, Suicide Girls
Julia	Branca	Superior Completo	26	Sudeste	OnlyFans, Suicide Girls
Juma	Branca	Médio Incompleto	25	Sudeste	Alternativas, Suicide Girls

Karen	Parda	Superior Incompleto	25	Sudeste	Camera Prive, Alternativas, Privacy
Lari	Branca	Médio Completo	26	Sudeste	Camera Prive, ManyVids, OnlyFans, Alternativas, PornHub, Suicide Girls, Xvideos
Lili	Branca	Superior Incompleto	23	Sul	Camera Prive, OnlyFans, Alternativas
Lina	Branca	Superior Completo	29	Sudeste	Camera Prive, OnlyFans, Suicide Girls
Louise	Branca	Superior Incompleto	23	Sudeste	Camera Prive, Gringas
Luma	Branca	Superior Completo	24	Sudeste	Camera Prive, OnlyFans, Suicide Girls
Mara	Branca	Superior Incompleto	28	Sudeste	Camera Prive, OnlyFans, Alternativas, Gringas
Mariah	Parda	Superior Completo	21	Nordeste	Camera Prive, Gringas
Mel	Negra	Curso Tecnico	29	Sudeste	Camera Prive, OnlyFans, Alternativas, Gringas, Privacy
Mica	Negra	Superior Incompleto	19	Sudeste	OnlyFans, Alternativas, PornHub
Mirela	Branca	Superior Completo	29	Sudeste	Camera Prive, OnlyFans, Alternativas, Privacy
Monisa	Branca	Médio Incompleto	18	Sudeste	Camera Prive, OnlyFans, Alternativas
Nani	Branca	Superior Completo	25	Sudeste	Camera Prive, Alternativas, Xvideos
Nath	Branca	Superior Incompleto	22	Sul	OnlyFans, Alternativas

Paula	Branca	Médio Completo	22	Sudeste	Camera Prive, ManyVids, OnlyFans, Alternativas, Gringas, PornHub, Privacy, Xvideos
Rosa	Branca	Superior Completo	24	Sudeste	Camera Prive
Samira	Branca	Superior Incompleto	20	Sudeste	Alternativas, Gringas
Sassa	Parada	Superior Incompleto	27	Sudeste	Camera Prive, Alternativas, Gringas, Suicide Girls
Tati	Parada	Curso Técnico	22	Sudeste	Camera Prive, Alternativas, Gringas, PornHub, Privacy, Xvideos
Vanessa	Branca	Superior Incompleto	21	Sul	Camera Prive, Only Fans, Alternativas, Suicide Girls

FONTE: CRISTIANE DE MELO, 2024